

Diário do Legislativo de 17/11/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líderes: José Henrique e Dimas Rodrigues

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: José Milton

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto, Maria José Hauelsen e Rêmoló Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PMDB Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Morais PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

SUPLENTES:

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTES:

Deputada Maria José Hauelsen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTE:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 52ª Reunião Especial

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

RESOLUÇÃO

Resolução Nº 5.189, de 16 de novembro de 1999.

Dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Os serviços administrativos da Assembléia Legislativa são executados por sua Secretaria, conforme a orientação e sob a supervisão da Mesa da Assembléia, nos termos do inciso V do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, alterada pela Resolução nº 5.183, de 14 de julho de 1998, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - A estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa abrange:

I - no primeiro grau, a Mesa da Assembléia;

II - no segundo grau, como unidade administrativa, a Diretoria-Geral;

III - no terceiro grau, como unidades operacionais, a Diretoria Legislativa, a Diretoria de Informação e Comunicação, a Diretoria Administrativa e Financeira, a Assessoria de Planejamento Estratégico e a Procuradoria-Geral.

Art. 3º - A Escola do Legislativo é órgão integrante da estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa e se vincula administrativamente à Diretoria Administrativa e Financeira.

Art. 4º - Fica transformado em Assessor Executivo de Planejamento e Controle o cargo de Secretário-Geral da Mesa, de provimento em comissão e recrutamento amplo, mantidas as mesmas codificação e remuneração.

§ 1º - O provimento do cargo de que trata este artigo se dará por ato do Presidente da Assembléia, após aprovação da Mesa.

§ 2º - São requisitos para o exercício do cargo de que trata este artigo:

I - formação de nível superior concluída pelo menos dez anos antes da data da nomeação;

II - experiência comprovada de, no mínimo, oito anos no exercício de função ou atividade profissional que exija conhecimentos de planejamento, gestão organizacional, gestão e administração de recursos humanos e materiais;

III - idoneidade e reputação ilibada;

IV - inexistência de parentesco consanguíneo ou afim, até o 3º grau, com membros da Mesa da Assembléia.

§ 3º - A exoneração do ocupante do cargo de que trata este artigo se dará por ato do Presidente da Assembléia, de ofício ou em cumprimento de determinação expressa da Mesa.

Art. 5º - Compete ao Assessor Executivo de Planejamento e Controle assessorar a Mesa da Assembléia.

Art. 6º - Cabe à Diretoria Legislativa coordenar o assessoramento à Mesa, ao Plenário e às comissões nas matérias relativas ao processo legislativo e a atividades decorrentes do trabalho parlamentar, competindo-lhe ainda:

I - assessorar o Presidente da Assembléia e as comissões no processo legislativo e nas atividades político-parlamentares;

II - colaborar com o 1º-Secretário no despacho de expediente referente ao processo legislativo e às atividades político-parlamentares e providenciar seu encaminhamento à Mesa da Assembléia;

III - classificar as proposições de conformidade com o Regimento Interno;

IV - numerar as proposições e resoluções da Assembléia Legislativa;

V - coordenar a elaboração da ordem do dia, de acordo com a orientação do Presidente da Assembléia;

VI - registrar, em livro próprio e com índice remissivo, para publicação anual, as decisões de caráter normativo da Presidência sobre questões de ordem;

VII - suprimir de pronunciamento, por ordem do Presidente da Assembléia, expressão ou conceito de uso vedado pelo Regimento Interno;

VIII - secretariar as reuniões da Mesa no que se refere ao processo legislativo;

IX - exercer outras atividades afins, de acordo com a orientação e em cumprimento a determinação da Mesa da Assembléia e da Diretoria-Geral.

Art. 7º - Cabe ao Diretor-Geral administrar as unidades operacionais da Secretaria da Assembléia Legislativa em sintonia com as diretrizes definidas pela Mesa da Assembléia, competindo-lhe ainda:

I - assessorar a Mesa nos assuntos administrativos, visando ao eficaz e eficiente desempenho de suas atividades;

II - responder pelas unidades operacionais da Secretaria da Assembléia, responsabilizando-se pela execução das ações definidas pela Mesa;

III - propor medidas de organização, otimização e racionalização administrativa;

IV - propor diretrizes e políticas de recursos humanos, bem como orientar e avaliar sua aplicação;

V - propor planos de ação para atendimento das metas estabelecidas para as unidades operacionais;

VI - sugerir substituto para o exercício da função de direção dos órgãos subordinados à Diretoria-Geral;

VII - recomendar auditoria em órgão da Secretaria da Assembléia;

VIII - encaminhar à Mesa da Assembléia, até quinze dias após a instalação da sessão legislativa, o balanço geral relativo ao exercício anterior;

IX - cumprir e fazer cumprir as decisões e deliberações da Mesa da Assembléia;

X - secretariar as reuniões da Mesa no que se refere a matéria administrativa;

XI - exercer outras atividades afins.

Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 16 de novembro de 1999.

Deputado Anderson Aduato - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Gil Pereira - 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 52ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 11/11/99

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho - Palavras da Sra. Nelsa Trombino - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - César de Mesquita - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Ivo José - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Bilac Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Nelsa Trombino, proprietária do Restaurante Xapuri, e os Exmos. Srs. Jairo Monteiro, ex-Deputado Federal e ex-Deputado Estadual e ex-Secretário de Estado da Justiça; Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário desta Casa; e Deputado Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião e homenagear a Sra. Nelsa Trombino, proprietária do Restaurante Xapuri.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sr. Deputado José Braga, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Presidente, Deputado Anderson Aduino; Ilma. Sra. Nelsa Trombino, proprietária do Restaurante Xapuri, nossa homenageada; Exmo. Sr. Dr. Jairo Monteiro, ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, ex-Secretário de Estado, de quem tenho a honra de receber o apoio na cidade do Serro; Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e meu companheiro de partido; demais companheiros Deputados e Deputadas; Prefeitos aqui presentes - esta noite temos a honra de ter aqui presentes três Prefeitos que são companheiros do extremo Sul de Minas, o Prefeito de Extrema, Dr. Luiz; o Prefeito de Itapeva, Hilton Monteiro; e o Prefeito Jurandir, de Munhoz, além de lideranças e ex-Prefeitos de cidades da nossa região central de Guanhães -; demais autoridades; minhas senhoras e meus senhores; há 11 anos plantado na região da Pampulha, o Restaurante Xapuri, de D. Nelsa Trombino, com seus pratos e guloseimas tipicamente mineiros, é um "prato cheio" para quem gosta de apreciar a boa comida. Por isso mesmo, com frequência tem recebido elogios da imprensa especializada. A revista "Quatro Rodas", por exemplo, como mostram os inúmeros troféus ostentados nas suas paredes, premiou o restaurante seguidamente e chegou a elegê-lo, em 1996, como o melhor do Brasil.

Sem as formalidades das casas chiques, mas temperados com muito amor, os pratos de D. Nelsa são realmente de dar água na boca. Quem já provou de suas delícias não tem como não se render ao toque mágico que ela imprime nas iguarias que prepara.

Cliente fiel do Xapuri há muitos anos, creio que não estarei exagerando se fizer valer para ele os versos famosos do poeta de "Os Lusíadas", com uma ligeira modificação:

"Cesse tudo o que a cozinha antiga canta,/

Que outro valor mais alto se levanta...".

Ao contrário de outras casas que viram moda e se esvaem com o tempo, o Xapuri veio para ficar. Não tenho dúvidas de que terá vida longa, pois está plantado no solo fértil destas Gerais e resulta de um projeto que traz a marca inconfundível de sua proprietária: o zelo, a dedicação e a originalidade.

Reproduzindo um ambiente agrário e exibindo uma decoração rústica, os quais evocam as fazendas de Minas, o Xapuri, com seu enorme e fumegante fogão de lenha, é realmente um "lugar bonito e agradável", consoante a etimologia dessa palavra tupi-guarani. Tem tudo para crescer e ganhar o mundo, impulsionado pela determinação de sua proprietária - uma paulista de Cubatão, que se tornou mineira de coração e de tempero.

Todos conhecemos as experiências da gastronomia desta terra. Com origem que remonta às antigas trilhas do circuito do ouro e do diamante, a cozinha mineira foi-se forjando, ao longo dos tempos, nas trempes improvisadas dos tropeiros, nas painéis de pedra das casas-grandes e nos caldeirões das senzalas, com seus aromas e sabores picantes.

Apaixonada por essa culinária secular, já sobejamente rica por si só, D. Nelsa tem dado uma contribuição enorme, enriquecendo-a com o toque mágico de suas mãos. Esse é, sem dúvida, o segredo dessa fada do forno e fogão: nos quitutes que faz, sempre imprime o tempero de seu carinho.

Inventiva e buscando constantemente opções gastronômicas, ela sempre está a oferecer a seus clientes iguarias novas e saborosas. São criações suas, por exemplo, pratos deliciosos como o "jeca" - um verdadeiro manjar dos deuses - e a inigualável moranga com requeijão e frango.

Tal como os desbravadores de outrora, com suas entradas e bandeiras, D. Nelsa é uma bandeirante de nosso tempo, que encontrou, neste solo, um novo e rico filão de ouro: o eldorado da comida típica.

Como tantos outros irmãos brasileiros que vieram de fora para trabalhar neste Estado e com ele crescer, ela tem contribuído, com a discrição e simplicidade próprias dos mineiros, para o engrandecimento de Minas.

Aclimatada a esta terra e identificada com sua gente, ela assimilou não apenas os valores da arte de cozinhar mineira: a bandeirante da pátria de Fernão Dias é, hoje, uma autêntica "montanhesa", para usar um termo tão caro ao Governador Itamar Franco.

Com efeito, sem negar a origem alegre e expansiva de sua ascendência italiana, ela encarna bem, com seu modo sóbrio de viver, sua maneira discreta de agir e seu dinamismo que não faz alarde, a mais legítima mineiridade.

Freqüentado, no início, apenas por um grupo de amigos e vizinhos, que se deliciavam com a comidinha bem mineira da paulista D. Nelsa, rápido o Xapuri cresceu e agigantou-se em fama, embalado pela qualidade de seus quitutes.

Com a mística e o charme que foi acumulando ao longo do tempo, o restaurante constitui, hoje, uma das opções mais atraentes desta Capital. Nele, além da boa comida, quem procura os prazeres da mesa encontra, em meio a músicas sertanejas interpretadas ao vivo, um atendimento primoroso, marcado pela descontração.

Com o reconhecimento público alcançado e buscando outros horizontes, a casa começa, literalmente, a alçar vôos para além das montanhas de Minas: nas asas da VARIG, companhia aérea que convidou a empresária a preparar cardápios para suas viagens internacionais, a culinária de D. Nelsa ganha alturas para conquistar o planeta.

Provam, ainda, o prestígio dessa pioneira da comida típica entre nós os inúmeros convites para representar Minas e o Brasil no exterior, em ocasiões especiais.

Foi nessa condição que ela, recentemente, participou do Projeto Mês do Brasil, em Taiwan, e, há pouco, chegou da Alemanha, onde, num evento comemorativo dos 500 anos do Descobrimento, deleitou os comensais com guloseimas dignas dos deuses.

Igualmente na esteira desse prestígio, coube a ela, em uma promoção da Nestlé, realizada em outubro último, a missão de produzir um prato especial alusivo ao milênio que se avizinha.

Parabéns, D. Nelsa! À senhora e a toda a sua equipe, apresentamos os cumprimentos desta Assembléia pela excelência de suas iguarias. O Xapuri, sem dúvida, confere arte ao ato de comer e enobrecer o prazer gastronômico.

Ao prestar-lhe esta homenagem, o Legislativo mineiro não está apenas exaltando as qualidades de uma empresária bem-sucedida, que tem alçado o nome de Minas, mas está reconhecendo um trabalho sério e competente, que gera desenvolvimento e honra as tradições culinárias das Alterosas.

Além da atribuição precípua de legislar e fiscalizar, por certo é também função desta Casa incentivar quantos buscam estas montanhas com o escopo de propiciar o crescimento e a grandeza deste Estado. Muito obrigado. Parabéns, D. Nelsa.

Palavras da Sra. Nelsa Trombino

Boa-noite a todos. Gostaria de iniciar meu pronunciamento agradecendo a presença de todas as autoridades, do Vice-Presidente da Assembléia, Deputado José Braga, e, especialmente, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que é um grande amigo que acompanhou toda a trajetória do Restaurante Xapuri, nos meus 11 anos de trabalho e dedicação.

Estou muito feliz e emocionada com esta homenagem, pois sou natural de Cubatão, mas, de coração, sempre fui mineira. Quando cheguei a Minas Gerais, apaixonei-me pelo céu, pela cultura e pela tradição. A tradicional família me encantou, contando suas histórias, e fui, dia após dia, dedicando-me à sua cultura, com a alma e o coração.

Tenho agradecimentos especiais às famílias mineiras. São muitas pessoas. Eu não poderia falar de todas. A primeira família que tive foi a Figueiredo, nas pessoas de Fábio, de Olga, que é a minha sogra, de Mariângela e de Ieda. Enfim, são muitas pessoas. Se fosse falar de cada uma, ficaria aqui até amanhã. Agradeço à família Braga, nas pessoas de Márcio e D. Penha Braga, do Samurai's, onde tive meu primeiro emprego e onde aprendi, com grandes empresários, o trabalho de relações públicas e gerenciamento e onde tive, também, a oportunidade de mostrar minha arte culinária.

Quero agradecer a todos. São ao todo 20 anos, entre Samurai's e Xapuri, de muito trabalho e luta, mas de muito amor. Neste final de milênio, em que, no dia 25, farei 61 anos de idade, minhas metas e expectativas são a de continuar um trabalho sério, sempre vibrante, ajudando todos que puder.

Estou muito orgulhosa de integrar a comitiva da Cooperativa da Cachaça, pois, através dela, pude mostrar um pouco da nossa cultura na Alemanha, e já amanhã estaremos indo a Londres com o mesmo propósito.

Conto hoje com 70 colaboradores, todos integrados ao Programa de Qualidade, sob o comando do experiente consultor José Luiz Meirelles, o que me permitirá continuar buscando meios de difundir a cultura mineira, dentro e fora do nosso País.

Quero, também, agradecer muito a meus filhos pela sua contribuição com amor e afeto: à Fernanda, que também dá duro no Xapuri; ao Flávio, que não trabalha no Xapuri, mas é um grande amigo e filho, e à minha filha que mora em São Paulo e não pôde vir, apesar de me dar muito apoio e amor, pois ela tem que trabalhar muito atualmente. Além deles, gostaria de agradecer à minha futura nora, que trabalha comigo. Queria agradecer a todos, com muito carinho.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar à Sra. Nelsa Trombino uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Na pessoa da empresária Nelsa Trombino, a Assembléia Legislativa aplaude a arte culinária e o trabalho desenvolvido pelo Restaurante Xapuri na difusão da cultura gastronômica do Estado, contribuindo, com o sabor genuinamente mineiro e a qualidade dos seus serviços, para bem divulgar a imagem de Minas Gerais no País e no exterior. Belo Horizonte, 11 de novembro de 1999".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

A sabedoria popular ensina-nos que uma vida bem-sucedida não é fácil, sendo construída sobre a disciplina, a diligência e a integridade. Pois, na personalidade da Nelsa Trombino, nossa homenageada de hoje, podemos dizer que a essas qualidades junta-se enorme talento.

Realmente, talento e inteligência é o que também não faltam a essa paulista de nascimento e italiana de origem, mas mineira de coração. Talvez esteja aí, exatamente, o segredo de seu sucesso. A Itália, São Paulo e Minas Gerais orgulham-se, cada um à sua maneira e conforme sua cultura própria, da tradição da boa mesa.

Podemos dizer, sem exagero, que o Restaurante Xapuri - empreendimento que a Sra. Nelsa Trombino tão bem dirige - é um verdadeiro templo da culinária das Alterosas. Sua fama hoje transcende os limites do Estado e do País para chegar ao exterior: com freqüência, nossa homenageada atende a convites para encantar paladares exigentes em várias partes do mundo.

Já se disse que culinária é cultura, e nada mais verdadeiro. Modernamente, ao aspecto cultural agrega-se o componente econômico, já que a profissionalização do setor estimula o turismo, gerando empregos e aumentando a arrecadação de tributos. E nossa homenageada, com a modéstia característica das pessoas de valor, colabora, como ninguém, para esse ciclo produtivo.

Esta Assembléia tem procurado acompanhar com interesse a trajetória dos que se empenham na construção da cidadania. A homenagem à Sra. Nelsa Trombino faz parte desse acompanhamento: ao reconhecermos seus méritos pessoais, estamos também reconhecendo a ressonância socioeconômica do trabalho bem feito. Dessa maneira, a reunião de hoje - em oportuna iniciativa do companheiro Deputado Alberto Pinto Coelho - tem duplo e positivo significado.

D. Nelsa Trombino, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, reafirmamos-lhe nosso apreço e admiração. E apresentamos nossos votos de que, em seu recanto simpático do Xapuri, continue a nos deleitar com seus petiscos inigualáveis.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Chico Rafael, Sargento Rodrigues, Sebastião Navarro Vieira e Fábio Avelar (substituindo o Deputado Agostinho Patrús, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão de Administração Pública; Jorge Eduardo de Oliveira (substituindo o Deputado Márcio Cunha, por indicação da Liderança do PMDB), Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Rêmolo Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Presente também o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rêmolo Aloise, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres para o 1º turno, no âmbito destas Comissões, do Projeto de Lei nº 333/99, do Governador do Estado, que autoriza a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG a participar de consórcio para construção da hidrelétrica de Irapé e dá outras providências. A Presidência informa que continua em discussão o parecer do relator, Deputado Arlen Santiago, que emitiu seu parecer pela aprovação da matéria pela Comissão de Administração Pública. Na fase de discussão são apresentadas duas propostas de emendas: a primeira, do Deputado Chico Rafael, e a segunda do Deputado Mauro Lobo. Fazem uso da palavra para discutir os Deputados Carlos Pimenta, Fábio Avelar, Rêmolo Aloise e Sebastião Navarro Vieira. Colocado em votação o parecer do relator, Deputado Arlen Santiago, salvo propostas de emendas apresentadas, esse parecer é aprovado. Em votação a proposta de Emenda nº 1, do Deputado Chico Rafael. Esta é aprovada com votos contrários dos Deputados Sebastião Navarro e Fábio Avelar. Em seguida é colocada em votação a proposta de Emenda nº 2, do Deputado Mauro Lobo, que é aprovada com votos contrários dos Deputados Chico Rafael e Sargento Rodrigues. Na ausência do Deputado Arlen Santiago, o Presidente solicita ao Deputado Chico Rafael que, nos termos do art. 138, § 1º, do Regimento Interno, elabore a nova redação do parecer, que conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1 e 2. Não havendo quem se oponha a nova redação, a Presidência dá o parecer por aprovado. Registra-se neste momento a presença dos Deputados Márcio Cunha, Miguel Martini e Olinto Godinho. Com a palavra o Deputado Márcio Cunha, que emite seu parecer pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, concluindo pela aprovação do projeto na forma original, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Na fase de discussão do parecer, o Deputado Mauro Lobo apresenta requerimento solicitando a votação destacada da parte do parecer a que se refere a Emenda nº 2. Na fase de votação do parecer, fazem uso da palavra para encaminhar a votação os Deputados Miguel Martini e Carlos Pimenta. Colocado o parecer em votação, salvo parte do parecer a que se refere a Emenda nº 2, este é aprovado. Em votação, a parte do parecer a que se refere a Emenda nº 2 é rejeitada. O Presidente solicita ao Deputado Márcio Cunha que elabore a nova redação do parecer, nos termos regimentais, concluindo pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1, ambas da Comissão de Administração Pública. Não havendo quem se oponha a nova redação apresentada, o Presidente dá o parecer por aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Doutor Viana - Arlen Satiago - Ermano Batista - Chico Rafael - Ivo José - Eduardo Hermeto.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Às quinze horas do dia vinte e oito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ailton Vilela (substituindo a Deputada Elbe Brandão, por indicação da Liderança do PSDB), Márcio Cunha e Alberto Bejani, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Bejani, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir a explanação do Sr. David Márcio Santos Rodrigues, Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA - sobre a contribuição que o Instituto pode oferecer às atividades turísticas do Estado e a apreciar matéria constante na pauta. A Presidência passa a palavra ao Deputado Márcio Cunha, autor do requerimento que motivou a reunião. Em seguida, a palavra é concedida ao convidado, para fazer suas considerações iniciais. Segue-se amplo debate. Após as considerações finais dos presentes, e tendo em vista a necessidade de os Deputados Ailton Vilela e Alberto Bejani se ausentarem, o Presidente deixa de submeter à apreciação os Requerimentos nºs 687, 731 e 736/99, agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1999.

Elbe Brandão, Presidente - Márcio Cunha - Alberto Bejani.

ATA DA 26ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às quatorze horas e quinze minutos do dia cinco de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos, Antônio Andrade e Bené Guedes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidência esclarece que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a debater, em audiência pública, o golpe do consórcio de automóveis aplicado no Estado, o qual tem lesado diversos consumidores com práticas enganosas e abusivas. Informa, ainda, que se encontra em poder da Presidência e à disposição dos Deputados a correspondência publicada no "Diário do Legislativo" do dia 30/9/99, do Sr. Pedro Batista Martins, Diretor Jurídico da EMBRATEL, em que presta informações sobre o Telexexo Internacional, solicitado por essa Comissão. Após, o Presidente solicita ao Deputado Bené Guedes que proceda à leitura da Decisão da Mesa, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 21/10/99 e relativa à nova coordenação do PROCON-Assembléia. Passa-se à discussão e à votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 746/99 e, logo após, submete a votação essa matéria, que é aprovada. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado João Paulo passa a Presidência à Deputada Elaine Matozinhos e, em seguida, apresenta requerimento em que solicita seja submetida ao exame da Comissão a proposta de elaboração do manual do consumidor, contendo informações sobre os direitos do consumidor nas questões que envolvem relações de consumo. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado João Paulo reassume a direção dos trabalhos e comunica que serão ouvidos na reunião os Srs. Dyrant Ferraz de Souza, Maria Aparecida Carvalho e Ana Cristina Barcellos Costa, Coordenadora de Pequenos Anúncios e Supervisora de Postos de Anúncio da Coordenadoria de Pequenos Anúncios dos jornais "Estado de Minas" e "Diário da Tarde", respectivamente; Boris Feldman, editor do "Caderno de Veículos" do jornal "Estado de Minas"; e Reinaldo Vasconcelos, Delegado-Geral de Polícia da Delegacia Especializada em Combate ao Crime de Falsificações e Defraudações. Ato contínuo, a Presidência explica o objetivo da reunião e, logo após, passa a palavra aos convidados supracitados, que fazem as suas exposições e respondem às perguntas formuladas pelo Deputado João Paulo, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1999.

Benê Guedes, Presidente - Elaine Matozinhos - Antônio Andrade - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 20ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às dez horas do dia seis de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Paulo Piau, Dimas Rodrigues e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental e estando presentes também os Deputados Fábio Avelar, Arlen Santiago, Carlos Pimenta, José Braga e Sebastião Costa, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a discutir a reabertura dos frigoríficos Frimusa e Kaiowa, localizados respectivamente nos Municípios de Teófilo Otoni e Janaúba. A seguir, a Presidência registra as presenças dos Srs. Raul Belém, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Olavo Vieira da Silva, Secretário Adjunto de Estado de Indústria e Comércio e Turismo; João Alberto Visato, Assessor da Secretaria de Estado da Fazenda; Paulo Caldeira Brant, da Associação dos Frigoríficos de Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal - AFRIG -; Antônio Carlos Ferreira Lopes, representante do Ministério da Agricultura em Teófilo Otoni; Estevalves Nascimento, Presidente da Cooperativa de Laticínios de Teófilo Otoni Ltda; Wildemar Maximino da Cruz, Prefeito Municipal de Janaúba; Sérgio Luís Ferreira Amaral, Diretor-Superintendente da SUDENOR; Alaor Brito Júnior, Diretor da SUDENOR em Montes Claros; Gilman Viana Rodrigues, Presidente da FAEMG; Rogério Rocha Rafael, Presidente da AMEJE; Ronaldo Mota Dias, Presidente da AMAMS; Wilson dos Santos, Superintendente Regional do Banco do Nordeste; Antônio Bahia Filho, Presidente da EMBRAPA; Luiz Eduardo Ferreira Fontes, Professor do Departamento de Solos da UFV; Guilherme Gonçalves de Oliveira, Diretor da CODEVASF em Brasília; Carlos Antônio Landi Pereira, Gerente do Distrito de Irrigação do Projeto Jaíba; Roberto Grapiuna, Presidente da AMBAJ. A Presidência convida os Srs. Raul Belém e Wilson dos Santos para tomarem assento à Mesa. A seguir, os Deputados Márcio Kangussu e Dimas Rodrigues, autores dos requerimentos que deram origem a esta reunião, tecem os comentários iniciais. A começar pelo Sr. Gilman Viana Rodrigues, convidados e Deputados fazem exposição sobre o tema e se envolvem em amplo debate. Encerrada essa fase, procede-se à assinatura de protocolo de intenções entre as Secretarias de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Planejamento e Coordenação Geral, o Banco do Nordeste, a EMBRAPA, a UFV e outros, visando a direcionar recursos de financiamentos para as atividades com cadeia produtiva fechada as quais estejam dentro da política do Estado. Foi assinado, também, protocolo de pesquisa entre o Banco do Nordeste, a EMBRAPA-Sete Lagoas, a FUNARBE-UFV, a EPAMIG e a EMATER, no valor de R\$134.800,00, com o objetivo de financiar, a fundo perdido, projetos de pesquisa para o Norte de Minas. Continuando, o Deputado João Batista de Oliveira, passa a Presidência ao Deputado Paulo Piau, que apresenta requerimento em que solicita seja encaminhado expediente ao Diretor do IGAM, solicitando-lhe cadastramento dos produtores rurais estabelecidos às margens do córrego Tenda, em Rio Manso, para efeito de utilização das águas desse córrego; solicita ainda seja enviado expediente ao Presidente da EMATER-MG, solicitando-lhe sejam elaboradas soluções técnicas visando a assegurar água para irrigação aos produtores rurais residentes nas margens do córrego Tenda, em Rio Manso; solicita, por fim, seja enviado expediente ao Diretor do IGAM, solicitando-lhe a cópia do relatório da visita técnica em Rio Manso, realizada em 27/9/99, com o objetivo de apurar irregularidades no uso das águas do córrego Tenda. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. O Deputado João Batista de Oliveira reassume os trabalhos e procede à leitura de requerimentos do Deputado Anderson Aduato em que solicita seja realizada audiência pública, em Uberaba, para debater sobre os focos de febre aftosa que surgiram no Brasil; do Deputado Paulo Piau solicitando audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 523/99; do Deputado Márcio Kangussu solicitando audiência pública, visando a esclarecer critérios para a liberação de licença ambiental; este parlamentar procede à leitura de requerimento do Deputado Gil Pereira em que solicita seja realizada reunião da Comissão, em Montes Claros, com a finalidade de se discutir a situação dos produtores rurais da região. Em seguida, o Presidente procede à leitura de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita reunião, em Funilândia, para tratar de assuntos referentes ao assentamento da fazenda Patronato. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. A Comissão decide não apreciar na reunião o Requerimento nº 692/99, do Deputado Chico Rafael, constante na pauta. Logo após, a Presidência tece as considerações finais sobre a reabertura dos frigoríficos Frimusa e Kaiowa, localizados, respectivamente, nos Municípios de Teófilo Otoni e Janaúba e informa que os assuntos tratados na reunião se encontram registrados nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos Deputados e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Dimas Rodrigues - Márcio Kangussu.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas do dia seis de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Paulo Piau (substituindo o Deputado Sebastião Navarro Vieira, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente informa aos membros da Comissão o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a quem foram distribuídas: Projetos de Lei nºs 424 e 512/99, respectivamente, aos Deputados Doutor Viana e Chico Rafael. Passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia com discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Fazem uso da palavra, cada um por sua vez, os Deputados Doutor Viana e Paulo Piau, que apresentam requerimentos solicitando a retirada de pauta dos Projetos de Lei nºs 489/99 e 464/99, respectivamente. Colocados em votação, são os requerimentos aprovados. Continua em discussão o parecer do Deputado Arlen Santiago, ao Projeto de Lei Ordinária nº 373/99, no 1º Turno, que conclui pela aprovação do projeto na forma apresentada. Faz uso da palavra, para discutir, o Deputado Sargento Rodrigues. Encerrada a fase de discussão é colocado em votação o parecer, o qual é aprovado. Com a palavra o Deputado Doutor Viana, relator do Projeto de Lei nº 346/99, no 1º turno, emite seu parecer que conclui pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2 apresentadas. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir com a palavra o Deputado Arlen Santiago, relator do Projeto de Lei nº 389/99, no 1º Turno, que emite seu parecer o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. Colocado em discussão e votação, fica o parecer aprovado. O Deputado Doutor Viana, relator do Projeto de Lei nº 496/99, no 1º Turno, emite seu parecer que conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado Sargento Rodrigues apresenta seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 520/99, no 1º Turno, que conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. É colocado em votação e aprovado o Requerimento nº 742/99, de autoria do Deputado Chico Rafael. Passe-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com discussão e votação de proposições da Comissão. Sobre a mesa requerimento do Deputado Paulo Piau em que solicita a realização de Audiência Pública desta Comissão, a fim de se debater o Projeto de Lei nº 464/99, tendo em vista a importância da matéria para a indústria mineira de comunicação. Colocado em votação é o requerimento aprovado. A seguir é votado e aprovado requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando a realização de Audiência Pública desta Comissão, a fim de se discutir a administração dos Estádios Magalhães Pinto e Jornalista Felipe Drummond, convidando os representantes da ADEMG, do Conselho de Administração da ADEMG, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Associação Mineira de Cronistas Esportivos, do Cruzeiro Esporte Clube, do Clube Atlético Mineiro, do América Futebol Clube, da Federação de Judô, da Federação de Basquete e Ronaldo Gontijo, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Sobre a mesa requerimento do Deputado Carlos Pimenta solicitando a realização de Audiência Pública desta Comissão para se discutir a renovação da concessão de serviços da COPASA-MG para o Município de Montes Claros e os objetivos traçados em decorrência da renovação, bem como seu cumprimento. Colocado em votação, é o requerimento rejeitado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Doutor Viana - Chico Rafael - Arlen Santiago - Agostinho Patrús.

ATA DA 20ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados César de Mesquita, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta e Cristiano Canêdo. Está presente também o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado César de Mesquita, assume regimentalmente a Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidência solicita ao Deputado Carlos Pimenta que proceda à leitura da correspondência. Esse parlamentar lê ofício do Secretário de Estado da Saúde divulgando a Campanha Nacional de Multivacinação. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência passa a palavra ao Deputado Cristiano Canêdo, relator do Projeto de Lei nº 224/99, no 1º turno, que emite parecer mediante o qual conclui pela rejeição do projeto. Submetida a discussão e votação, é essa matéria aprovada. Prosseguindo, o Deputado Cristiano Canêdo procede à leitura do parecer para o 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 372/99, mediante o qual conclui pela aprovação com as Emendas de nºs 1 a 6, 9 e 10, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 11 a 17, do relator. Submetida a discussão e votação, é essa matéria aprovada. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Com a chegada do Deputado Edson Rezende, o Deputado César de Mesquita passa a ele a direção dos trabalhos. O Presidente apresenta requerimento solicitando a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 286/99 em turno único. Colocado em votação, é esse requerimento aprovado. A

seguir, a Presidência submete a votação o Requerimento nº 752/99, que é aprovado. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento solicitando audiência pública para discutir o financiamento, a atenção à saúde e a prevenção de doenças na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Deputado Cristiano Canêdo apresenta requerimento do Deputado Alberto Bejani solicitando que a Comissão de Saúde se desloque para o Município de Juiz de Fora, com a finalidade de promover audiência pública e verificar a situação da Maternidade Therezinha de Jesus. O Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta um substitutivo solicitando encaminhar o requerimento à Secretaria de Estado da Saúde, para verificar a situação da maternidade referida, e solicitando, ainda, dar-se ciência à Comissão de Saúde da Assembléia da conclusão dos trabalhos da SES. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são esses requerimentos aprovados. Logo após, o Deputado Edson Rezende passa a direção dos trabalhos ao Deputado Cristiano Canêdo, para apresentar requerimento de sua autoria. O Deputado Edson Rezende apresenta requerimento solicitando debate público com a presença de vereadores de todo o Estado com a finalidade de discutir a implantação do SUS e o papel do Legislativo. Submetido a votação, é esse requerimento aprovado. Ao retomar os trabalhos, tendo sido cumprida a finalidade da reunião, o Deputado Edson Rezende agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1999.

Edson Rezende, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Cristiano Canêdo.

ATA DA 12ª REUNIÃO Ordinária da comissão de redação

Às quinze horas do dia sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmo Braz, Djalma Diniz, Maria Olívia e Marco Régis, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmo Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Prosseguindo, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui à Deputada Maria Olívia os Projetos de Lei nºs 217, 368, 421, 425, 463, 470, 471 e 473/99. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre matéria de deliberação conclusiva das comissões. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 217, 368, 421, 425, 463, 470, 471 e 473/99 (relatora: Deputada Maria Olívia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 1999.

Elmo Braz, Presidente - Maria Olívia - Marco Régis.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura das atas da 26ª Reunião Ordinária e da 4ª Reunião Especial, as quais são dadas por aprovadas e são subscritas pelos membros presentes. A Presidência procede à leitura da seguinte correspondência: convite da Deputada Federal Maria do Carmo Lara, da Deputada Maria Tereza Lara e do Sr. Eutair Antônio dos Santos, Secretário de Educação de Betim, para a solenidade de abertura do Seminário A Educação Que Interessa aos trabalhadores e o Desafio das Administrações Populares, a realizar-se em 3/11/99, às 19 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Betim; carta do Sr. Marcelo da Cruz Trigueiro, Juiz de Direito da Comarca de Itaguara (publicada no "Diário do Legislativo" de 15/10/99); ofício do Sr. Márcio Edmundo Duarte, Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de Ouro Preto, solicitando a indicação de cadeias públicas que possam ser visitadas para a obtenção de informações que subsidiem a elaboração de uma política carcerária a ser aplicada na nova cadeia pública de Ouro Preto; ofício do Sr. Itamar Franco, Governador do Estado, em resposta ao Ofício nº 1.924/94/SGM (publicado no "Diário do Legislativo", de 21/10/99). O Presidente comunica que a Comissão realizará, em 28/10/99, às 8h30min, visita ao Hospital Psiquiátrico André Luiz, a pedido do Deputado Sargento Rodrigues, para verificar o número de policiais militares internados nessa instituição e suas condições de tratamento; e informa que a reunião se destina a discutir e elaborar um relatório sobre a situação do Estado quanto ao cumprimento do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a ser incorporado em relatório da Câmara dos Deputados; e a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão, ocasião em que o Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado Glycon Terra Pinto, em virtude da apreciação de matéria de sua autoria. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado João Leite em que solicita a realização de visita aos prédios ocupados por sem-casas no Bairro Santa Tereza; a realização de debate público sobre a segurança dos taxistas em Belo Horizonte; e a realização de debate público sobre a reforma do Código Penal. Em seguida, o Deputado Glycon Terra Pinto retorna a Presidência ao Deputado João Leite, autor do requerimento que originou esta reunião, o qual faz suas considerações iniciais sobre o assunto em pauta e convida a compor a Mesa os Srs. Mário César Motta, Promotor de Justiça da Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte; José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos; José Bernardo da Mata Machado, pesquisador da Fundação João Pinheiro; Jésus Trindade Barreto Filho, Delegado de Polícia e representante do Sr. Mauro Lopes, Secretário da Segurança Pública, e Fernando de Almeida Martins, Procurador da República; e as Sras. Diva Moreira, Secretária Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, e Maria Caiafa, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Em seguida, a palavra é concedida aos parlamentares e aos componentes da Mesa para suas exposições sobre o assunto, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à fase de debates, em que são formuladas questões aos componentes da Mesa, conforme registrado nas notas taquigráficas. A seguir, o Presidente informa que será formada uma comissão para a elaboração de um relatório sobre os temas tratados nesta reunião, a partir de subsídios colhidos nas notas taquigráficas, para encaminhamento à Câmara dos Deputados, e solicita aos presentes que manifestem seu interesse em dela participar. As Sras. Maria Caiafa e Diva Moreira se colocam à disposição para colaborar e fazerem parte da referida comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1999.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Marcelo Gonçalves.

ATA DA 25ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Cabo Morais e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também a Deputada Elaine Matozinhos e o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Glycon Terra Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura das atas da 12ª e da 13ª Reuniões Extraordinárias da Comissão, as quais são dadas por aprovadas e são subscritas pelos membros da Comissão presentes. A Presidência procede então à leitura da seguinte correspondência recebida: carta do Sr. Hermann Mallard denunciando as condições da Cadeia Pública de Pirapora e solicitando a elaboração de um relatório a respeito da situação desse presídio; carta da Sra. Sabrina da Conceição de Melo solicitando a transferência de seu marido, Ailton Azevedo Profeta, portador de Hanseníase, da Penitenciária Nelson Hungria para outro presídio, onde ele possa receber tratamento adequado. O Presidente comunica que foram designados os seguintes relatores: Deputada Maria Tereza Lara, para o Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do Deputado Pastor George; Deputado Marcelo Gonçalves, para o Projeto de Lei nº 537/99, de autoria do Deputado Anderson Aduato; Deputado Glycon Terra Pinto, para o Projeto de Lei nº 540/99, de autoria do Deputado Carlos Pimenta. Em seguida, o Deputado Glycon Terra Pinto informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 393/99, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404, de 1994, que contém normas de execução penal e, em seguida, passa a condução dos trabalhos à Deputada Maria Tereza Lara, autora do requerimento que originou a reunião, a qual convida a compor a Mesa os Srs: Waldyr Soares, Juiz Auditor do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais; Gilberto Marques de Sá, membro da Ordem dos Advogados do Brasil de Betim; e Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação de Praças. A Deputada Maria Tereza Lara faz suas considerações iniciais sobre o assunto em pauta e, em virtude da presença do Deputado João Leite, passa a ele a condução dos trabalhos. A seguir, inicia-se a fase de debates, quando o Presidente concede a palavra aos demais Deputados e aos participantes da Mesa, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Glycon Terra Pinto - Marcelo Gonçalves - Irani Barbosa.

ATA DA 8ª REUNIÃO Especial da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dezenove horas e trinta minutos do dia quatorze de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparece no auditório do Conselho Regional de Desenvolvimento Industrial - Centro-Oeste, em Divinópolis, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, membro da supracitada Comissão. Nos termos do § 3º do art. 125 do Regimento Interno, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e subscreve a ata da reunião anterior. O Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 51/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que cria o Código do Contribuinte do Estado de Minas Gerais. O Presidente convida a compor a Mesa os Srs. Carlos Alves de Araújo, Presidente do CRDI - Centro-Oeste; José Aparecido de Pádua, Presidente do SINDFISCO, Adalgiza Maria da Silva, representando o Presidente do CDL-BH, e Euler da Cunha Peixoto. Prosseguindo, o Deputado Sebastião Navarro Vieira faz sua exposição sobre o Projeto de Lei nº 51/99. A seguir, fazem uso da palavra os convidados componentes da Mesa. Na fase dos debates, faz uso da palavra o Sr. Petrónio Aquino e são encaminhadas aos componentes da Mesa diversas perguntas, que são prontamente respondidas. O Deputado Sebastião Navarro Vieira faz uso da palavra, agradece e informa que todas as sugestões apresentadas ao projeto de lei supracitado serão devidamente encaminhadas ao relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Olinto Godinho - Rogério Correia - Mauro Lobo - Rêmoló Aloise.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Às dez horas do dia dezoito de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Amílcar Martins, Cristiano Canêdo, Luiz Menezes e Ronaldo Canabrava, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Menezes, dispensa a leitura das atas da 5ª Reunião Especial e da 22ª Reunião Ordinária, as quais são dadas por aprovadas e são subscritas pelos membros presentes. A seguir procede à leitura de ofícios do Sr. Sylo da Silva Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, e do Sr. Luiz Antônio Rocha Mascarenhas, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaúna, ambos publicados na edição do "Diário do Legislativo" do dia 9/10/99. O Presidente procede à distribuição de matérias a relatores, cabendo ao Deputado Luiz Menezes os Projetos de Lei nºs 113, 565 e 568/99; ao Deputado Ronaldo Canabrava, os Projetos de Lei nºs 524 e 525/99; ao Deputado Amílcar Martins, o Projeto de Lei nº 548/99; ao Deputado Cristiano Canêdo, os Projetos de Lei nºs 560 e 562/99; e avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 550/99. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, e são aprovados, os Projetos de Lei nºs 486 com a Emenda nº 1, e 516/99 (relator: Deputado Luiz Menezes); 500/99 (relator: Deputado Cristiano Canêdo); 501/99 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Amílcar Martins); e 465 e 508/99 (relator: Deputado Ivo José), o último com a Emenda nº 1. Dando prosseguimento, submete a votação os Requerimentos nºs 758, 770, 774, 783, 786 e 787/99, que são aprovados. Neste momento, os Srs. Mário Santiago, da UNITRABALHO; Darkan Viana Almeida, da SETASCAD, e as Sras. Meire Coutinho, da SEPLAN; e Maria de Fátima Pessoa, do SEBRAE, integrantes da comissão de representação criada para elaborar o documento final sobre o Seminário Legislativo "Desemprego e Direito ao Trabalho", entregam aos membros desta Comissão o documento aprovado na plenária final do referido Seminário. Após, o Presidente submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 217, 368, 421, 425, 463, 470, 471 e 473/99, que são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1999.

Ivo José, Presidente - Cristiano Canêdo - Luiz Menezes.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas e quinze minutos do dia dezoito de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente, Deputado Márcio Cunha, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e procede, na fase de 1º Turno, à distribuição de matérias a relatores, cabendo ao Deputado Olinto Godinho o Projeto de Lei nº 224/99; ao Deputado Eduardo Hermeto, o Projeto de Lei nº 372/99; ao Deputado Mauro Lobo o Projeto de Lei nº 467/99; ao Deputado Rêmoló Aloise o Projeto de Lei nº 484/99, e ao Deputado Rogério Correia o Projeto de Lei nº 530/99. O Presidente comunica o recebimento de ofícios do Secretário da Fazenda, do Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional da Assistência Social e do Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Colocados em discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 14/99, na forma do vencido em 1º turno, (relator: Deputado Mauro Lobo), sendo voto vencido os Deputados Olinto Godinho e Rêmoló Aloise, e 76/99, e, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 110/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Olinto Godinho); 202/99 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; 270/99 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rogério Correia); 303/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social (relator: Deputado Mauro Lobo); 331/99 com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 5 a 9, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Eduardo Hermeto); 350/99 (relator: Deputado Mauro Lobo); 363/99 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Saúde; 369/99 (relator: Deputado Mauro Lobo); e 416/99 (relator: Deputado Márcio Cunha). Após discussão e votação, são aprovados os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 185/99 (relator: Deputado Márcio Cunha); e 332/99 (relator: Deputado Rêmoló Aloise), sendo voto vencido o Deputado Márcio Cunha. O Deputado Eduardo Hermeto, relator para o 1º turno do Projeto de Lei nº 362/99, solicita prazo regimental para emitir seu parecer, pedido que é deferido pelo Presidente. O Deputado Rogério Correia, relator para o 1º turno do Projeto de Lei nº 115/99 solicita seja baixado em diligência à Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração o mencionado projeto, pedido que também é deferido pela Presidência. O Deputado Eduardo Hermeto emite parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 227/99, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, que apresenta. Na fase de discussão, o Deputado Mauro Lobo apresenta requerimento solicitando seja a proposição baixada em diligência à Secretaria de Estado da Fazenda. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Presidente, nos termos do art. 301 do Regimento Interno, suspende a tramitação da proposição por cinco dias. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Colocados em votação, são rejeitados os Requerimentos nºs 735/99, do Deputado Arlen Santiago, e 782/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior. O Presidente, nos termos do art. 284, I, do Regimento Interno, declara a prejudicialidade do Requerimento nº 781/99, do Deputado Alberto Bejani. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião especial, em 21/10/99, no Município de Patos de Minas, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo - Sebastião Navarro Vieira - Hely Tarquínio.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária DA CPI DO IPSM

Às quinze horas e dez minutos do dia dezoito de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Roberto, Cabo Moraes, Sargento Rodrigues e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Roberto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Coronel reformado Zeder Gonçalves do Patrocínio e o Major PM Domingos Sávio de Mendonça e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições da Comissão. São votados e aprovados, cada um por sua vez, requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja ouvido pela Comissão o Major PM Domingos Sávio de Mendonça; seja pedida ao Secretário de Recursos Humanos e Administração a inclusão de representantes do IPSM no Grupo de Trabalho da Reforma Previdenciária, a que se refere o Decreto nº 40.286, de 1999; seja pedido ao Procurador-Geral de Justiça do Estado, o acompanhamento dos trabalhos da CPI por um Promotor de Justiça especializado em defesa do patrimônio público; e sejam pedidas ao Diretor do IPSM cópia do acordo firmado esse Instituto e o Governo do Estado, relativo ao parcelamento de dívida do Estado, informações sobre o regime previdenciário a que ficam sujeitos os servidores militares estaduais licenciados ou agregados e as condições para que esses segurados permaneçam no uso e gozo dos benefícios e serviços oferecidos pelo Instituto; relação dos servidores do Instituto, detentores de cargo em comissão e a remuneração de cada um e relação dos bens imóveis pertencentes ao Instituto, incluindo os alienados nos últimos oito anos, com os respectivos registros em cartório. Em seguida, são ouvidos os depoentes, cada um por sua vez, aos quais são prestados esclarecimentos sobre o funcionamento das CPLs. Cada depoente é devidamente qualificado e responde a perguntas feitas pelos membros da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1999.

Antônio Roberto, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Sargento Rodrigues - Cabo Morais.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às dez horas do dia vinte de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Paulo Piau, Dimas Rodrigues e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental e estando presente também os Deputados José Henrique, Doutor Viana e Jorge Eduardo de Oliveira, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os benefícios e o alcance do Banco da Terra. O Presidente informa o comparecimento dos expositores Srs. Fernando Pimenta, Diretor Fundiário do INCRA em Brasília, representando o Ministro da Agricultura e o Presidente do INCRA; e José Silvério Martins Torres, Diretor de Coordenação Executiva de Programa da SUDENOR; e como debatedores os Srs. Sérgio Alberto da Silva Dias, Gerente Operacional de Programas da SUDENOR; Nilton Francisco Rodrigues, representando a RURALMINAS; Wagner Cardoso de Mesquita, representando a Superintendência Estadual do Banco do Brasil; Túlio Trubbiano, da RURALMINAS; Américo Lacerda, da SUDENOR; Jomar Campanha de Souza, Consultor da SUDENOR; Melchior Augusto de Melo, Superintendente Regional do INCRA; Alberto Adhmar Valle Júnior, da Cooperativa Agropecuária de Araxá Ltda. - CAPAL -; Antônio Bastos Garcia, Secretário de Agricultura de Uberaba; Luís Henrique Borges Fernandes, Presidente da CERTRIN-ACOTRIN, representando o Sindicato Rural de Uberaba; Alberto Ferreira, Diretor Financeiro do CREDIMINAS, representando o Presidente do BANCOOB; Crispim Moreira, representando o Coordenador do Grupo de Execução de Acesso à Terra - GEAT -; Rui Soares Leal, Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal. A Presidência designa o Deputado Luiz Fernando Faria para relatar o Projeto de Lei nº 445/99, do Deputado Edson Rezende, no 1º turno; o Deputado Márcio Kangussu para relatar o Projeto de Lei nº 531/99, do Deputado Paulo Piau, no 1º turno; e o Deputado Paulo Piau para relatar o Projeto de Lei nº 532/99, do Deputado Doutor Viana, no 1º turno. Continuando, o Deputado João Batista de Oliveira passa a Presidência ao Deputado Dimas Rodrigues e apresenta requerimento em que solicita audiência pública para discutir com o Secretário da Fazenda a entrega para o Governo Federal do CEASA e da CASEMG como pagamento de dívidas. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. O Deputado João Batista de Oliveira reassume os trabalhos e passa a palavra ao Deputado Márcio Kangussu, que apresenta requerimento solicitando seja marcada nova data para a audiência pública da Comissão na cidade de Almenara. A seguir, o Deputado Dimas Rodrigues solicita seja agendada novamente a visita da Comissão ao Município de Monte Azul e ao Projeto Jaíba. O Deputado Paulo Piau solicita reunião conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, para se discutir, em audiência pública, a execução do Sistema de Controle Ambiental, proposta pela SILEMG e pela OCEMG. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Passando-se à fase de exposição, o Deputado Paulo Piau tece considerações sobre os benefícios e o alcance do Banco da Terra. A seguir, os Srs. Fernando Pimenta e José Silvério Martins Torres fazem exposição sobre a matéria, com apresentação de transparências e "slides". Logo após, Deputados e convidados se envolvem em amplo debate conforme consta nas notas taquigráficas. De comum acordo, os membros da Comissão deixam de apreciar as proposições constantes na pauta. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Dimas Rodrigues - Luiz Fernando Faria.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da cpi dos fundos do poder executivo

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dinis Pinheiro, Paulo Piau, Rogério Correia, Mauro Lobo, Álvaro Antônio, José Milton e Antônio Andrade (substituindo este ao Deputado Dimas Rodrigues, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Álvaro Antônio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a finalidade da reunião é apreciar o relatório final dos trabalhos realizados pela Comissão, cuja leitura do mesmo foi feita na reunião anterior, oportunidade em que foi deferido pedido de vista ao Deputado Mauro Lobo. Encerrado o prazo da vista, continua em discussão o relatório final. Usam da palavra, para discuti-lo, os Deputados Mauro Lobo, Paulo Piau, Álvaro Antônio e Rogério Correia. Durante a discussão, o Deputado Mauro Lobo apresenta a Proposta de Emenda nº 1, em que solicita sejam suprimidos os itens nºs 1 e 4 da conclusão do relatório final. O Deputado Paulo Piau apresenta a Proposta de Emenda nº 2, em que solicita seja suprimido o item nº 2 da conclusão do relatório final. A Presidência recebe as duas propostas de emenda e informa que serão votadas no momento oportuno. A pedido do Deputado Paulo Piau, o Presidente suspende a reunião por 3 minutos para que os membros da Comissão possam fazer a análise das propostas de emenda apresentadas. Reabertos os trabalhos, o relator, Deputado Rogério Correia, emite seu parecer oral sobre as propostas de emenda. Encerrada a discussão, o Presidente coloca em votação o relatório, salvo propostas de emenda. O relatório final é aprovado por quatro votos a favor (Deputados Dinis Pinheiro, Rogério Correia, José Milton e Antônio Andrade) e três contrários (Deputados Mauro Lobo, Paulo Piau e Álvaro Antônio). Em seguida, é colocada em votação a Proposta de Emenda nº 1, que é rejeitada por quatro votos contrários (Deputados Dinis Pinheiro, Rogério Correia, José Milton e Antônio Andrade) e três votos a favor (Deputados Mauro Lobo, Paulo Piau e Álvaro Antônio). Fazem declaração de voto sobre a Proposta de Emenda nº 1 os Deputados Álvaro Antônio, José Milton, Mauro Lobo e Paulo Piau. Colocada em votação, a Proposta de Emenda nº 2 é rejeitada por quatro votos contrários (Deputados Dinis Pinheiro, Rogério Correia, José Milton e Antônio Andrade) e dois votos a favor (Deputados Mauro Lobo e Paulo Piau). O Deputado Álvaro Antônio se abstém de votar. Fazem declaração de voto nessa votação os Deputados Paulo Piau, Mauro Lobo e Rogério Correia. Encerrada a votação, o Presidente solicita aos membros da Comissão que subscrevam o relatório final e suspende a reunião por 5 minutos para a lavratura da ata da reunião. Reabertos os trabalhos, e em virtude da aprovação de requerimento de dispensa da leitura da ata, feito pelo Deputado José Milton, o Presidente a dá por aprovada e solicita aos membros da Comissão que a subscrevam. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação e a colaboração dos parlamentares e dos assessores e dá por encerrados os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1999.

Dinis Pinheiro, Presidente - Rogério Correia - Paulo Piau - Mauro Lobo - Álvaro Antônio - José Milton - Antônio Andrade.

ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, César de Mesquita, Adelmo Carneiro Leão, Arlen Santiago, Carlos Pimenta e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, as Deputadas Maria Olívia e Elbe Brandão e o Deputado Marcelo Gonçalves. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Olívia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Edson Rezende, distribui os seguintes Projetos de Lei: 303/99 ao Deputado Cristiano Canêdo e 557/99 ao Deputado César de Mesquita. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. A Deputada Elbe Brandão, apresenta requerimento em que solicita sejam convidados o Presidente do Conselho de Odontologia - Seção de Minas Gerais, a Presidente da Associação Brasileira de Odontologia, Seção Minas Gerais, o Presidente da EAP-ABO-MG, o Sr. Arnaldo Garrocho, o Presidente do SOMGE, o Coordenador de Saúde Bucal da Secretaria de Estado da Saúde, e o Sr. Arthur Luiz Ribeiro Álvares, para discorrerem perante a Comissão sobre os efeitos da Lei nº 13.315, de 21/9/99, que institui no Estado de Minas Gerais a Semana Estadual de Promoção da Saúde Bucal. O Deputado Arlen Santiago, solicita seja pedido ao Secretário de Estado da Saúde que envie, com urgência, o resultado da auditoria realizada pela Secretaria de Estado da Saúde na Prefeitura Municipal de Montes Claros. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são esses requerimentos aprovados. O Presidente submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 439 e 485/99, os quais são aprovados. Prosseguindo, a Presidência transforma a reunião em reunião especial e informa que ela se destina a avaliar o corte no repasse de verbas do Sistema Único de Saúde - SUS em Minas Gerais e convida a tomar assento à mesa os Srs. Armando Costa, Secretário de Estado da Saúde; Hélio Areas, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde; João Gabbardo dos Reis, Diretor do Departamento de Análise da Produção de Saúde do Ministério da Saúde; João Gualberto, Presidente do Conselho de Secretários Executivos dos Consórcios de Minas Gerais, e Marílio Malagutti Mendonça, Secretário Municipal da Saúde de Belo Horizonte. A Presidência passa a palavra à Deputada Maria Olívia, autora do requerimento que motivou o convite. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Sr. João Gabbardo dos Reis, que faz sua exposição, ilustrada com "datashow". Prosseguindo, o Presidente passa a palavra aos convidados pela ordem acima mencionada. Ao se abrir a fase dos debates, participam as seguintes pessoas: o Prefeito de Igaratinga; a Sra. Iveta Malachias, Assessora de Planejamento da Secretaria de Estado da Saúde; o Sr. Alberto Rodrigues de Carvalho, do Instituto Regional de Saúde da Mulher, de Santo Antônio do Monte; a Sra. Myriam Tibúrcio, Secretária Municipal de Perdões; os Srs. Leonardo L. Camilo, Vereador à Câmara Municipal de Santo Antônio do Monte; Antônio Francisco Borges, Vereador à Câmara Municipal de Santo Antônio do Monte, e Lucas de Rezende, Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, conforme consta nas notas taquigráficas. Nos termos regimentais, a Presidência prorroga a reunião por mais duas horas. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência passa a palavra aos parlamentares e aos convidados para tecerem as suas considerações finais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 26/10/99, às 9h30min, com a finalidade de se discutirem o financiamento, a atenção à saúde e a prevenção de doenças na Região Metropolitana de Belo Horizonte, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 1999.

Edson Rezende, Presidente - Cristiano Canêdo - César de Mesquita - Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial da Mercedes-Benz

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Andrada, Bené Guedes, Wanderley Ávila, Luiz Fernando Faria e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bené Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente, Deputado Antônio Carlos Andrada, informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. José Meireles Filho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, que se faz acompanhar de dois assessores: Srs. Abimael Oliveira e Francisco Carlos Oliveira. Dando prosseguimento à reunião, a Presidência passa a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que a originou, para as considerações iniciais. A seguir, passa-se a palavra ao convidado. Ouvido o convidado, passa-se à fase dos debates e fazem ainda uso da palavra, cada uma por sua vez, as seguintes pessoas: Deputado Luiz Fernando, Abimael Oliveira, Deputado Bené Guedes, Francisco Carlos de Oliveira, Deputado Wanderley Ávila, Deputado Antônio Andrada. Ato contínuo, passa-se à fase de votação de proposições da comissão e são aprovados requerimentos do Deputado Rogério Correia em que solicita seja convidado o Prof. Fabrício Augusto de Oliveira a prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a implantação da Mercedes-Benz em Minas Gerais; do Deputado Luiz Fernando Faria (2) em que solicita sejam convidados a prestar esclarecimentos a esta Comissão o Sr. Tarcísio Delgado, Prefeito Municipal de Juiz de Fora, e o Sr. Luiz Soranço, Presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora; bem como os diretores das áreas administrativa, comercial, de produção e Financeira da Mercedes-Benz, unidade Juiz de Fora; do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública na cidade de Juiz de Fora, com a presença de Prefeitos, entidades de classe e a sociedade em geral, para a discussão dos impactos sociais do projeto Mercedes-Benz. Neste momento, o Deputado Antônio Carlos Andrada passa a presidência dos trabalhos ao Deputado Wanderley Ávila e apresenta requerimento em que solicita seja encaminhado ofício à Secretaria de Indústria e Comércio solicitando cópias do processo referente à assinatura do contrato entre o Estado e a Mercedes-Benz e suas possíveis alterações posteriores. Retomada a presidência dos trabalhos, o Deputado Antônio Carlos Andrada agradece a presença do convidado, dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de Outubro de 1999.

Antônio Carlos Andrada, Presidente - Rogério Correia - Bené Guedes - Luiz Fernando Faria.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Às dez horas do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Cristiano Canêdo e Luiz Menezes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Menezes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião destina-se a apreciar a matéria da pauta e a ouvir os Srs. Afonso Ligório, Superintendente do INSS em Minas Gerais; José Carlos de Oliveira, Coordenador de Arrecadação e Fiscalização do INSS em Minas Gerais; Liliâne Monteiro de Souza Rabelo, Assessora do Superintendente do INSS; Solange Guimarães Tarófaló Araújo e Euler Andrade de Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Sindicato dos Fiscais de Contribuição Previdenciária de Minas Gerais; Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Federação Nacional dos Previdenciários - FENASPAS -; e Maria Machado Cota, 2ª Vice-Presidente da Confederação Latino-Americana de Jubilados e Pensionados, que irão discutir a repercussão, o alcance e os efeitos da reestruturação do INSS no Estado, decorrente do Decreto nº 3.081, de 10/6/99. O Presidente convida os expositores a tomar assento à mesa e, em seguida, designa os relatores das seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 563/99, Deputado Cristiano Canêdo; 584/99, Deputado Luiz Menezes; 219/99, Deputado Ronaldo Canabrava. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, os Projetos de Lei nºs 526/99 (relator: Deputado Cristiano Canêdo); 527/99 (relator: Deputado Luiz Menezes); 535/99 (relator: Deputado Ivo José); 542/99 (relator: Deputado Amílcar Martins), os quais são aprovados. Após, o Presidente lê requerimento do Deputado Chico Rafael, em que solicita seja convidado o Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente Institucional da Caixa Econômica Federal em Minas Gerais, para prestar esclarecimentos a respeito do Programa de Arrendamento Residencial. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Prosseguindo, submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 114, 475, 477, 490, 491, 494 e 495/99, os quais são aprovados. Na sequência dos trabalhos, o Presidente justifica a ausência do Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que motivou a reunião, e, em seguida, passa a palavra aos convidados. Ato contínuo, passa-se à fase de debates, com a participação dos Deputados, dos Srs. Sérgio José, Agente Administrativo do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais - SINTSPREV -; Júlia Maria Vieira, também do SINTSPREV; Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Federação Nacional dos Previdenciários, e Edelvais Campos Silva, aposentada, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Ivo José, Presidente - Ronaldo Canabrava - Amílcar Martins - Cristiano Canêdo - Luiz Menezes.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Às dez horas do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva, José Milton, João Pinto Ribeiro e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a debater as normas de ensino superior em Minas Gerais, constantes do projeto de Lei nº 239/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada e apreciar a matéria constante da pauta. O Presidente transforma a 1ª Parte da Reunião em especial; registra a presença do Sr. Gerson Brito de Mello Boson, Reitor da UEMG, e do Sr. José Januzzi dos Reis, chefe de gabinete da UEMG; faz suas considerações iniciais, por ser o autor do requerimento que motivou a reunião, e concede a palavra aos convidados para suas explanações. Segue-se amplo debate, conforme consta das notas taquigráficas. Após as considerações finais dos presentes, o Presidente suspende os trabalhos para que os convidados possam se retirar. Reabertos os trabalhos, e tendo em vista a necessidade premente do Deputado Sebastião Costa se retirar, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva assume a Presidência. O Deputado José Milton lê as seguintes correspondências: do Deputado João Leite, através da qual encaminha denúncia contra funcionários da E. E. São Joaquim de Bicas; do Sr. Ivan Abrão, Presidente da Comissão Especial de Administração da Fundação de Educacional de Ituiutaba, reconhecendo equívoco na informação fornecida à Assembléia Legislativa sobre a referida unidade; do Sr. Aluísio Pimenta, encaminhando cópia do parecer do Promotor de Justiça de Passos sobre a FESP; do Sr. Paulo Rogério dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando representação contra o FIES; das entidades culturais de Minas Gerais manifestando apoio ao projeto "Biografia para o povo"; da Secretaria Municipal de Uberaba encaminhando cópia do projeto "Escola Cidadã"; do Sr. Iano Tomaz Maioline, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí, solicitando seja agilizado o processo de instalação de faculdades da UEMG, naquele município; do Sr. Donizette Lima Nascimento, Presidente da Associação dos Docentes da UNIMONTES, repudiando projeto daquela entidade escolar que importará na perda da qualidade de ensino; da Deputada Federal Maria do Carmo Lara, da Deputada Estadual Maria Tereza Lara e do Secretário da Educação de Betim, Eutair Antônio dos Santos, convidando os membros da Comissão para participar do Seminário "A educação que interessa aos trabalhadores e o desafio das administrações populares"; de cidadãos de Araxá solicitando o direito à reeleição da Diretora da E. E. Delfim Moreira, daquele município; e do Sr. José Itamar Medeiros solicitando empenho da Comissão no processo de reconhecimento da UTRAMIG, que já formou duas turmas, mas não teve ainda seus cursos reconhecidos. A seguir, o Presidente designa os relatores dos Projetos de Lei nºs 173 e 449/99 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada); 310, 558 e 572/99 (relator: Deputado José Milton); 504 e 556/99 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 536/99 (relator: Deputado Sebastião Costa); e 538/99 (relator: Deputado João Pinto Ribeiro). Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da Reunião, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposição sujeita à apreciação do Plenário. A requerimento, devidamente aprovado, do Deputado João Pinto Ribeiro, o Presidente retira da pauta o Projeto de Lei nº 499/99. O Presidente, relator do Projeto de Lei nº 504/99, transfere a direção dos trabalhos ao Deputado José Milton e emite parecer pela aprovação da matéria. Submetido à discussão e à votação, é aprovado o parecer. Na ausência dos Deputados Antônio Carlos Andrada e Sebastião Costa, relatores, respectivamente dos Projetos de Lei nºs 521 e 536/99, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, redistribui as matérias ao Deputado João Pinto Ribeiro, que solicita o prazo regimental para emitir os pareceres. O Deputado João Pinto Ribeiro, relator do Projeto de Lei nº 538/99, emite parecer pela aprovação da matéria. Submetido à discussão e à votação, é aprovado o parecer. Prosseguindo, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposição não sujeita à apreciação do Plenário. Submetidos à discussão e à votação, são aprovados os Projetos de Lei nºs 310 e 556/99 (relatores: Deputados José Milton e Dalmo Ribeiro Silva, respectivamente). Dando continuidade, o Presidente submete à votação, e são aprovados, os Requerimentos nºs 765, 766, 775 e 808/99. O Presidente passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposição da Comissão. Sob a Presidência do Deputado José Milton, são aprovados dois requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O primeiro requer que se oficie ao Secretário da Educação, solicitando seja providenciado estudo que viabilize os exames de banca e massas serem aplicados pelo CESU's; e o segundo requer que se oficie ao Secretário da Educação e ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, solicitando informações sobre o processo de reconhecimento da UTRAMIG, tendo em vista já terem sido aprovadas duas turmas, sem que seus cursos tenham sido reconhecidos. A seguir, o Presidente submete à discussão e à votação, e são aprovadas, as redações finais dos Projetos de Lei nºs 472, 474, 476, 481 e 581/99. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1999.

Sebastião Costa, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Agostinho Patrús.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às dez horas do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Rafael, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. A seguir o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício dos Vereadores à Câmara Municipal de Virgem da Lapa, publicada no "Diário do Legislativo" no dia 16/10/99. O Presidente procede à distribuição de matérias a relatores, cabendo ao Deputado Sargento Rodrigues o Projeto de Lei Complementar nº 16/99, no 1º turno; ao Deputado Arlen Santiago, o Projeto de Lei nº 507/99, no 1º turno; ao Deputado Agostinho Patrús, o Projeto de Lei nº 580/99, no 1º turno; ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, o Projeto de Lei nº 583/99, no 1º turno. Passa-se à 1ª fase da Ordem do dia com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, relator do Projeto de Lei nº 453/99, no 1º turno, passa à Presidência ao Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente desta Comissão, e, na oportunidade, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão de Constituição e Justiça; nºs 5 e 6, da Comissão de Administração Pública; e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase de discussão, o Deputado Sargento Rodrigues solicita vista da proposição, pedido que é deferido pelo Presidente. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira reassume a direção dos trabalhos. Com a palavra, o Deputado Arlen Santiago, relator, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 507/99, emite parecer pela rejeição da proposição. Na fase discussão, o Deputado Sargento Rodrigues solicita vista da matéria, pedido que é deferido pelo Presidente. A seguir o Deputado Chico Rafael, relator, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 512/99, profere seu parecer pela aprovação da matéria. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. São colocados em votação e aprovados, cada um por sua vez, em turno único, os seguintes requerimentos: 764/99, do Deputado Dimas Rodrigues; 768/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 771/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 788/99, do Deputado Antônio Carlos Andradá; 795 e 796/99, do Deputado Arlen Santiago; e 813/99, da Deputada Maria Olívia. Requerimento nº 794/99, do Deputado Amílcar Martins, é rejeitado. Passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Arlen Santiago apresenta requerimentos em que solicita sejam convidados, para prestar informações a esta Comissão sobre o andamento do processo de regularização fundiária e assentamento de colonos no Município de Jaíba, os Srs. Marcos Helênio Leoni Pena, Coordenador do Grupo Especial de Acesso à Terra - GEAT/SEPLAN/MG -; Avelino Pereira Nogueira, Presidente da Delegacia Regional do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Norte de Minas, de Jaíba; e Ademar Ramos Novais, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba; sejam convidados o Dr. Jobind T. Nankani, representante do Banco Mundial no Brasil; Deputados Federais e Estaduais; e o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para reunião desta Comissão em que será apresentado relato da bem-sucedida implantação do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores, I - PAPP I; sejam convidadas diversas entidades para reunião desta Comissão, com a finalidade de se discutir a legalidade e a competência do DETRAN-MG quanto à cobrança de multas, bem como a retenção de veículos em decorrência destas, considerando o teor da Lei Federal nº 6830, de 22/9/80, e do art. 262 do Código de Trânsito Brasileiro. Colocados em votação, são estes requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Doutor Viana - Chico Rafael - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Agostinho Silveira, Eduardo Daladier, Irani Barbosa e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Alberto Pinto Coelho, Antônio Carlos Andradá e Eduardo Hermeto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente, Deputado Ermano Batista, informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Resolução nº 578/99, da Mesa da Assembléia e apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 613/99 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista). Esgotada a matéria da Ordem do Dia, a Presidência transforma esta parte da reunião em audiência pública e registra a presença dos seguintes convidados: Adilson de Brito, representante dos funcionários da Assembléia; Solange Ferreira, ex-Diretora Administrativa e Financeira da Casa e Adair Ribeiro Vidal, representante dos funcionários do Quadro de Recrutamento Amplo da Assembléia, a quem convida para tomarem assento à Mesa. A Presidência concede a palavra, inicialmente, ao Deputado Antônio Carlos Andradá, autor do requerimento que motivou o convite. Abertos os debates, fazem uso da palavra todos os Deputados presentes, registrando-se amplo debate conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Maria Tereza Lara - Agostinho Silveira - Antônio Júlio - Eduardo Daladier - Paulo Piau.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Às quinze horas do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Hauelsen, Adelino de Carvalho e Antônio Roberto, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Hauelsen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Roberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidente passa à discussão e à votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário e, logo após, procede à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 528/99. Na fase de discussão, fazem uso da palavra os Deputados Carlos Pimenta, Adelino de Carvalho e Antônio Roberto. Submetido a votação, é aprovado o parecer com as Emendas nºs 2 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Subemenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, à Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Em seguida, o Deputado Antônio Roberto procede à leitura do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 543/99, do Deputado Cabo Morais, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Ato contínuo, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Presidente submete a votação os Requerimentos nºs 804 e 805/99, os quais são aprovados. A seguir, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Antônio Roberto em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão para se analisar e debater a criação de uma área de lavra garimpeira no Município de Rio Piracicaba, no local denominado córrego dos Anjos, como forma de se evitar conflitos entre os requerentes dos direitos minerários e os garimpeiros autônomos, que, após descobrirem ali ocorrência de águas-marinhas, ocupam o local, e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada audiência pública para se debater o Projeto de Lei nº 569/99, de sua autoria, que propõe a criação da Semana da Água, e as conseqüências da criação da Agência Nacional da Água - ANA - para o Estado de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 1999.

Cabo Morais, Presidente - Maria José Hauelsen - Antônio Roberto - Fábio Avelar.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, César de Mesquita, Adeldo Carneiro Leão e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente, Deputado Edson Rezende, passa a discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 503/99 ao Deputado Carlos Pimenta, que emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e nº

3, do relator. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente apresenta o Requerimento nº 801/99. Fazem uso da palavra, para encaminhar a votação, os Deputados Carlos Pimenta e Adelmo Carneiro Leão. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. A Presidência informa que a reunião se destina a analisar a conjuntura atual das escolas médicas. A seguir, o Presidente convida para tomarem assento à mesa os seguintes convidados: Srs. Marcos Borato Viana, Diretor da Faculdade de Medicina da UFMG; Itagiba de Castro Filho, ex-Diretor do Hospital das Clínicas de Montes Claros; Sebastião Helvécio, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; José Olindo Duarte Ferreira, Diretor da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora; José Guerra Lages, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Jésus Fernandes, Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina - CRM - e Secretário-Geral do Sindicato dos Médicos, representando o Presidente do CRM e o Presidente do Sindicato dos Médicos. O Deputado Edson Rezende explica o motivo que o levou a fazer tal convite. A Presidência passa, na ordem mencionada, a palavra aos convidados. O Sr. Itagiba faz sua exposição, que é ilustrada com transparências. Participam dos debates todos os parlamentares e convidados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária das 14h30min, com a finalidade de se discutirem os efeitos da Lei nº 13.315, de 21/9/99, que institui, no Estado de Minas Gerais, a Semana Estadual de Promoção da Saúde Bucal, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 1999.

Edson Rezende, Presidente - César de Mesquita - Elbe Brandão.

ATA DA 20ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas do dia três de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva e Agostinho Patrús (substituindo este ao Deputado Antônio Carlos Andrada, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Patrús, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva lê a seguinte correspondência: telegramas de cidadãos de Araxá solicitando o direito à reeleição da atual diretora da Escola Estadual Delfim Moreira desse município; ofício do Sr. Antônio José Machado Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Paracatu, encaminhando denúncia contra o Prefeito Municipal desse município; ofício do Sr. Murílio Hingel, Secretário da Educação, informando o recebimento de R\$6.085.537,26 do FNDE, correspondente à sétima parcela; ofício do Sr. Paulo Rogério dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando representação de repúdio pelo art. 8º, § 5º, inciso II, da Resolução nº 154, de 1999, da Secretaria da Educação; carta da Sra. Marlene Caproni Nogueira, Diretora do CESU de Machado, solicitando o apoio da Comissão para permitir a aplicação pelos CESUs dos exames de banca e massa; e carta da Sra. Leila Márcia Gonçalves encaminhando denúncia contra a Escola Estadual Padre Eustáquio, de Belo Horizonte, pelo tratamento dispensado à sua filha Layla. O Presidente comunica que na última reunião foi aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja acatado o pedido dos CESUs. Determina, ainda, que a assessoria providencie os requerimentos a serem dirigidos ao Secretário da Educação, quanto às denúncias do Presidente da Câmara Municipal de Paracatu e da Sra. Leila Márcia Gonçalves. A seguir, o Presidente designa os Deputados Antônio Carlos Andrada, José Milton e João Pinto Ribeiro, respectivamente, relatores dos Projetos de Lei nºs 357, 577 e 587/99. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na ausência do Deputado Antônio Carlos Andrada, relator do Projeto de Lei nº 499/99, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que emite parecer mediante o qual conclui por sua aprovação, com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça e com a Emenda nº 5, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Na ausência do Deputado João Pinto Ribeiro, relator do projeto de Lei nº 521/99, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Agostinho Patrús, que emite parecer mediante o qual conclui por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Da mesma forma, verificada a ausência do Deputado João Pinto Ribeiro, relator do Projeto de Lei nº 536/99, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que emite parecer mediante o qual conclui por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Dando prosseguimento, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições não sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 558/99 (relator: Deputado José Milton). A seguir, o Presidente submete a votação, e são aprovados, os Requerimentos nºs 822, 826, 827, 828 e 831/99. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Sebastião Costa, Presidente - Maria Tereza Lara - Antônio Carlos Andrada - José Milton.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas do dia três de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Continua em discussão, no 1º turno, o parecer do relator, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, sobre o Projeto de Lei nº 453/99, de autoria do Governador do Estado, o qual conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão de Constituição e Justiça; 5 e 6, da Comissão de Administração Pública; e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça. Encerrada a fase de discussão, é o parecer colocado em votação e aprovado. O Presidente informa que continua em discussão, no 1º turno, o parecer do relator, Deputado Arlen Santiago, sobre o Projeto de Lei nº 507/99, o qual conclui pela rejeição da matéria. Encerrada a fase de discussão, é o parecer colocado em votação e aprovado. Na ausência do Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator do Projeto de Lei nº 583/99, de autoria do Governador do Estado, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Chico Rafael, que, na oportunidade, solicita prazo regimental para emitir o seu parecer. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira passa a Presidência ao Deputado Doutor Viana e apresenta requerimento em que solicita a realização de reunião conjunta da Comissão com as Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 18/99, no 1º turno. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Doutor Viana retorna a Presidência ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Chico Rafael - Arlen Santiago - Doutor Viana - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira - Agostinho Patrús.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Às quinze horas do dia três de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cabo Morais, Maria José Hauelsen, Antônio Roberto e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Está também presente o Deputado Edson Rezende. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cabo Morais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Roberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Cabo Morais, informa que a reunião se destina a tornar público o "Diagnóstico de Saúde e Meio Ambiente da Bacia do Rio das Velhas", um trabalho do Prof. Marcus Vinícius Polignano e do aluno Paulo Magno do Bem Filho, realizado no âmbito do Projeto Manuelzão, para que se estabeleçam medidas de recuperação, preservação e conservação desse rio, afluente do rio São Francisco e de importância vital para a bacia hidrográfica de Minas Gerais. Ato contínuo, o Presidente convida a tomar assento à mesa os Srs. Apolo Heringer Lisboa, coordenador do projeto, Marcus Vinícius Polignano, Carlos Ribeiro, engenheiro sanitarista, e a representante do Secretário de Estado da Saúde, a Sra. Eva Irena Kurek. A seguir, a Presidência passa a palavra ao Sr. Apolo Heringer Lisboa e logo após o Sr. Marcus Vinícius Polignano faz a apresentação do trabalho. Em seguida, fazem uso da palavra os Srs. Carlos Ribeiro, Eva Irena Kurek, a Deputada Maria José Hauelsen, o Deputado Fábio Avelar e o Deputado Edson Rezende, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1999.

Cabo Morais, Presidente - Fábio Avelar - Antônio Roberto.

Às dez horas do dia nove de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Olinto Godinho, Rêmo Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Márcio Kangussu. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Hermeto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente, Deputado Márcio Cunha, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da CEF; José Pereira Silva, Diretor Substituto do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social; Lacy Carlos Dias, Presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia; Welington Landim; Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará; Marcílio Bezerra da Cruz, Vereador à Câmara Municipal de Taquaraçu; Davidson Barbosa, Gerente do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Norte de Minas; Paulo Rogério dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, e Reginaldo Bosco. O Presidente informa o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a que foram distribuídas: em 2º turno: Projetos de Lei nºs 93, 517 e 119/99 (Deputado Rogério Correia); 110 e 455/99 (Deputado Olinto Godinho); 134 e 78/99 (Deputado Mauro Lobo); 279/99 (Deputado Eduardo Hermeto); e em 1º turno Projetos de Lei nºs 283/99 (Deputado Rogério Correia); 507, 593 e 559/99 (Deputado Rêmo Aloise); 499/99 (Deputado Olinto Godinho) e Projeto de Lei Complementar nº 18/99 (Deputado Rêmo Aloise). Passa-se à 1ª Fase de Ordem do Dia, com a discussão e votação de pareceres sujeitos à apreciação do Plenário. O Presidente informa que continua em discussão o parecer do relator, Deputado Eduardo Hermeto, que conclui pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/99 na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. O Deputado Rogério Correia apresenta requerimento solicitando o adiamento da discussão do parecer por cinco dias. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Continua também em discussão o parecer do relator, Deputado Rogério Correia, o qual conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 440/99. Encerrada a discussão e colocado em votação, é o parecer aprovado, com votos contrários dos Deputados Rêmo Aloise e Mauro Lobo. A seguir, após discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 365/99 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (redistribuído ao Deputado Márcio Cunha), e 395/99 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, 4, da Comissão de Administração Pública, e 5, que apresenta (relator: Deputado Mauro Lobo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Mauro Lobo - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Eduardo Brandão, Ailton Vilela e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental e estando presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta, Ermano Batista, Antônio Andrada, Márcio Kangussu, José Braga e Edson Rezende, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião, a ser realizada em caráter de audiência pública, se destina a discutir a previdência municipal, visando obter esclarecimentos sobre a intenção manifestada pelo INSS de bloquear o fundo de participação dos municípios que optaram pelo regime próprio de previdência. A Presidência registra a presença dos Srs. Afonso Ligório de Faria, Superintendente do INSS em Minas Gerais; Sílvia Grossi, Superintendente da Associação Mineira de Municípios; Laura Maria Fernandes Dias, advogada especialista em Direito Previdenciário; Aloysio Dias Duarte, Assessor Jurídico e representante do Presidente do IPSEMG; Gilson Liboero, Prefeito Municipal de Codisburgo e Presidente da ASPEMG, e os convida a tomar assento à mesa. A Presidência registra, ainda, a presença dos Srs. Mateus Vieira, Prefeito Municipal de Guidoal e Vice-Presidente da ASPEMG; Márcio Gomes e Adelman Batista Lessa, respectivamente, Prefeitos Municipais de Itamarandiba e do Serro; e Teófilo Barbosa Neto, Prefeito Municipal de Setubinha e Presidente da AMUC; Prefeitos, Presidentes de associações microrregionais e Vereadores. O Deputado Ambrósio Pinto, autor do requerimento que deu origem a esta reunião, tece seus comentários iniciais, e, a seguir, o Sr. Afonso Ligório de Faria, Superintendente do INSS em Minas Gerais, expõe sobre o tema em questão. Encerrada essa fase, Deputados e convidados se envolvem em amplo debate, durante o qual o expositor responde às perguntas formuladas pelos debatedores. O Presidente tece suas considerações finais e informa que os assuntos tratados na reunião se encontram registrados nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente - Eduardo Brandão - Ailton Vilela.

ATA DA 12ª REUNIÃO Especial da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dezenove horas e quinze minutos do dia onze de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Nos termos do § 3º do art. 125 do Regimento Interno, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Mauro Lobo que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a debater com os convidados o Projeto de Lei nº 51/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que cria o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais. A seguir, convida a compor a mesa os Deputados e os Srs. Geraldo Luiz Brinatti, Presidente da AFFEMG; José Aparecido de Pádua, Presidente do SINDFISCO; Euler da Cunha Peixoto, professor da UFMG; Robson Braga de Andrade, Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da FIEMG, e a Sra. Adalgiza Maria da Silva, do CDL-BH. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, que procede à sua exposição sobre o projeto em debate. Registra-se a presença do Deputado Paulo Piau. A seguir, fazem uso da palavra, cada um por sua vez, os demais componentes da Mesa. O Deputado Márcio Cunha registra a presença do Sr. Manoel Bernardes, Presidente do CDL-BH, a quem convida a compor a mesa. Na fase dos debates, faz uso da palavra o Sr. Gilberto Fajoli, Presidente da União dos Varejistas de Minas Gerais, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Miguel Martini- Rogério Correia- Olinto Godinho- Mauro Lobo.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 16/11/99

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em Redação Final: Projetos de Resolução nºs 444/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, e 578/99, da Mesa da Assembléia; Projetos de Lei nºs 510/99, do Deputado César de Mesquita, e 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.

Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 221/99, do Governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 2, com a Emenda nº 2 na forma das Subemendas nºs 1, 3, 4 e 6; 170/99, do Deputado Sebastião Costa, na forma do Substitutivo nº 1; 295/99, do Governador do Estado, com a Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1; 415/99, do Deputado Chico Rafael, com a Emenda nº 1; e 416/99, do Deputado Chico Rafael.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 20/99, do Deputado Rogério Correia, na forma do Substitutivo nº 1; e 84/99, do Deputado João Leite, na forma do vencido em 1º turno.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 17/11/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial sobre a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Eduardo Carone Costa para a Vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que acrescenta parágrafo ao art. 36 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II do Título IV da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política de turismo no Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 117/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que altera a Lei nº 10.360, de 28/12/90, que dispõe sobre a transferência para o Arquivo Público Mineiro dos documentos que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Direitos Humanos opinou por sua aprovação e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Direitos Humanos que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/99, da Mesa da Assembléia, que extingue o Fundo de Previdência Complementar do servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 52/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Estado a doar ao Município de Conceição da Aparecida o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 66/99, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a concessão de inativos fiscais com o objetivo de estímulo, criação e amparo de entidades públicas de saúde, educação e assistência social em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 169/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que estabelece normas para o fornecimento, no âmbito do SUS, de contraceptivos de emergência na rede de saúde estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Eduardo Brandão solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 340/99, do Deputado Carlos Pimenta, que cria o Programa Ronda Escolar no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, com a Emenda nº1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 278/99, do Deputado Bené Guedes, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Vieiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 299/99, do Deputado Carlos Pimenta, que cria comissão estadual especial que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre o reconhecimento de localidade como estância hidromineral. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 331/99, do Deputado Chico Rafael, que assegura, na prestação de serviços públicos estaduais, tratamento especial em favor do usuário de baixa renda. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e 5 a 9, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e 5 a 9, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 350/99, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a fazer reversão de imóvel à Mitra Diocesana de Mariana. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 353/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre a isenção das taxas de inscrição nos processos seletivos das universidades estaduais para o aluno egresso da rede pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 358/99, do Deputado João Paulo, que torna obrigatória a notificação ao órgão executivo de trânsito sobre os recursos julgados procedentes pela Junta Administrativa de Recursos e Infrações. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 360/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a prática de educação física nas unidades do Sistema Estadual de Ensino. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 364/99, do Deputado Anderson Adauto, que dispõe sobre o fornecimento de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 383/99, do Deputado João Pinto Ribeiro, que dispõe sobre a criação de espaço publicitário nas faixas de domínio público que margeiam as rodovias estaduais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 395/99, do Deputado Arlen Santiago, que altera os arts. 2º, 3º, 5º e 6º da Lei nº 12.079, de 12/12/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e Emenda 4, da Comissão de Administração Pública. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, 4, da Comissão de Administração Pública, e 5, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 396/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui, no âmbito da administração pública estadual, o Programa Estadual de Reciclagem de Papel. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 422/99, do Deputado Hely Tarquínio, que altera o art. 2º da Lei nº 12.995, de 30/7/98. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 423/99, do Deputado Carlos Pimenta, que acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 583/99, do Governador do Estado, que suprime incisos e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 12.278, de 29/7/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 5, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da Comissão de Justiça, e pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4. Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 64/99, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 17/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 239/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 453/99, do Governador do Estado; 587/99, do Deputado Eduardo Hermeto.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 108/99, do Deputado Gil Pereira; 357/99, do Deputado Chico Rafael.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 18/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 575/99, do Deputado Bené Guedes; 579/99, do Deputado Marcelo Gonçalves.

Requerimento nº 874/99, da Comissão de Saúde.

Finalidade: Discutir as bases éticas e legais da perícia médica do INSS e as novas ordens de serviço sobre doenças ocupacionais (doenças do trabalho).

Convidado: Sr. Têlio Andrade de Araújo, Médico Perito Supervisor do INSS.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da Comissão Especial do Fundo SOMMA, a realizar-se às 9h30min do dia 18/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA MERCEDES-BENZ, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir ex-empregados da Mercedes-Benz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 18/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 17/11/99, destinada à discussão do projeto que muda a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte.

Palácio da Inconfidência, 16 de novembro de 1999.

Anderson Adatao, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, item XVII, do Regimento Interno, convoca reunião Extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 17/11/99, destinada, I - à apreciação do parecer da Comissão Especial sobre a Indicação do Nome do Sr. Eduardo Carone Costa para Ocupar a Vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas, e II - à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 15/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que acrescenta parágrafo ao art. 36 da Constituição Estadual; 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II do Título IV da Constituição Estadual e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política de turismo no Estado; 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 18/99, da Mesa da Assembléia, que extingue o Fundo de Previdência Complementar do Servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS; e dos Projetos de Lei nºs 169/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que estabelece normas para o fornecimento, no âmbito do SUS, de contraceptivos de emergência na rede de saúde

estadual e dá outras providências; 52/99, do Deputado Sebastião Navarro, que autoriza o Estado a doar ao Município de Conceição da Aparecida o imóvel que menciona; 64/99, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental; 66/99, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a concessão de inativos fiscais com o objetivo de estímulo, criação e amparo de entidades públicas de saúde, educação e assistência social em Minas Gerais; 117/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que altera a Lei nº 10.360, de 28/12/90, que dispõe sobre a transferência, para o Arquivo Público Mineiro, de documentos que menciona e dá outras providências; 340/99, do Deputado Carlos Pimenta, que cria o Programa Ronda Escolar no Estado; 278/99, do Deputado Bené Guedes, que autoriza o poder Executivo a fazer reverter ao Município de Vieiras o imóvel que especifica; 299/99, do Deputado Carlos Pimenta, que cria comissão estadual especial que especifica e dá outras providências; 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre o reconhecimento de localidade como estância hidromineral; 331/99, do Deputado Chico Rafael, que assegura, na prestação de serviços públicos estaduais, tratamento especial em favor do usuário de baixa renda; 350/99, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a fazer reversão de imóvel à Mitra Diocesana de Mariana; 353/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre a isenção das taxas de inscrição nos processos seletivos das universidades estaduais para o aluno egresso de rede pública; 358/99, do Deputado João Paulo, que torna obrigatória a notificação ao órgão executivo de trânsito sobre os recursos julgados procedentes pela Junta Administrativa de Recursos e Infrações; 360/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a prática de educação física nas unidades do sistema estadual de ensino; 364/99, do Deputado Anderson Aداuto, que dispõe sobre o fornecimento de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações; 383/99, do Deputado João Pinto Ribeiro, que dispõe sobre a criação de espaço publicitário nas faixas de domínio público que margeiam as rodovias estaduais; 395/99, do Deputado Arlen Santiago, que altera os arts. 2º, 3º, 5º e 6º da Lei nº 12.079, de 12/12/96; 396/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Programa Estadual de Reciclagem de Papel; 422/99, do Deputado Hely Tarquínio, que altera o art. 2º da Lei nº 12.995, de 30/7/98; 423/99, do Deputado Carlos Pimenta, que acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas estaduais; 444/99, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a criação do memorial de direitos humanos; 458/99, do Deputado Pastor George, que declara de interesse comum e imune de corte o buriti; 461/99, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a inclusão de artigo na Lei nº 12.971, de 27/7/98; 583/99, do Governador do Estado, que suprime incisos e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 12.278, de 29/7/96; 76/99, do Deputado Wanderley Ávila, que isenta o cidadão comprovadamente desempregado do pagamento de taxa de inscrição em concursos promovidos pelos órgãos públicos de Minas Gerais; 264/99, do Deputado Agostinho Silveira, que revoga o art. 2º da Lei nº 13.167, de 210/1/99; 274/99, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre o Programa de Atendimento voluntário aos alunos com deficiência no aprendizado escolar; e 64/99, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de novembro de 1999.

Anderson Aداuto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/11/99, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 105/99, do Deputado João Batista de Oliveira, e 545/99, da Comissão de Direitos Humanos, e os Requerimentos nºs 869/99, do Deputado Gil Pereira; 872 e 873/99, do Deputado João Leite; 880 a 884, 887 e 888/99, da Comissão de Direitos Humanos.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do IPSM

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cristiano Canêdo, Cabo Morais, Glycon Terra Pinto, João Paulo, Márcio Kangussu e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/99, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Pedro Antônio Nolasco, Judas Tadeu Monteiro Lobato, Marco Antônio Ripoli e Antônio Rodrigues Alves Júnior, Auditores do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

Antônio Roberto, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 575/99

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Bené Guedes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Hospital Comunitário de Laranjal, com sede no Município de Laranjal.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta, e, a seguir, foi encaminhada a esta Comissão para deliberação conclusiva em turno único, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade tem por objetivo prestar, segundo suas possibilidades, assistência hospitalar e ambulatorial aos enfermos. A realização de debates, congressos, seminários e a contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica também fazem parte de suas finalidades. É o seu trabalho, portanto, necessário e relevante para a comunidade de Laranjal, o que justifica a declaração de sua utilidade pública.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 575/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

Carlos Pimenta, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 583/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo suprimir a cobrança da contribuição previdenciária para aposentadoria de servidor estadual inativo.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria e apresentou ao projeto as Emendas nºs 1 a 5.

Posteriormente, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, e 5 e propôs a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

Agora, vem a matéria a esta Comissão para ser analisada nos lindes de sua competência.

Fundamentação

Anteriormente, a aposentadoria dos servidores do Estado era totalmente custeada pelos cofres públicos. A Lei nº 12.278, de 29/7/96, retirou do Estado parte desse ônus, instituindo a contribuição previdenciária para custeio parcial de aposentadoria, no valor correspondente a 3,5% da remuneração, e devida por servidor ativo e inativo. O projeto em pauta visa a dispensar o aposentado desse pagamento.

A arrecadação do Estado com essa contribuição é da ordem de R\$13.000.000,00 por mês; desse total, cerca de R\$6.000.000,00 por mês correspondem ao valor pago pelos aposentados. Sendo esse valor suprimido, a arrecadação com a contribuição previdenciária cairia para R\$7.000.000,00 por mês, o que aumentaria o descompasso entre receita e despesa. A folha de pagamento de inativos soma R\$180.000.000,00 por mês, o que corresponde a cerca de 40% das despesas com pessoal e, aproximadamente, a 25% da receita corrente líquida do Estado.

A situação previdenciária do Estado é grave. Ademais, a situação das finanças do Estado é precária. Ao dispensar a contribuição dos inativos, esse quadro se tornaria mais desfavorável ainda. Todavia, o Supremo Tribunal Federal decidiu que é inconstitucional a cobrança de contribuição dos aposentados no âmbito federal, pelo fato de a Constituição não autorizá-la. Por analogia, lei estadual que disponha sobre essa matéria seria, também, inconstitucional.

Assim, por mais desfavorável que seja o aspecto financeiro, não podemos tolerar uma lei virtualmente inconstitucional. A Carta Magna deve prevalecer sobre os aspectos econômicos. Segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho, "A Constituição rígida é a lei suprema. É ela a base da ordem jurídica e a fonte de sua validade. Da superioridade da Constituição resulta serem viciados todos os atos que com ela conflitam".

Também entendemos que a previdência tem um caráter social, no contexto de uma política social e, embora o equilíbrio financeiro seja importante e desejável, não pode ser o único critério a nortear as decisões do poder público.

Como o Poder Executivo é o próprio autor do projeto, entendemos que é seu desejo abrir mão dessa receita e que ele encontrará meios de substituí-la, quer com aumento de receita, quer com corte de despesas.

Quanto à devolução dos valores já cobrados, entendemos que é uma medida justa, mas deveria ser postergada, tendo em vista a inexistência de recursos. Ela geraria uma despesa da ordem de R\$200.000.000,00. Ademais, emendas que aumentam despesa em projetos de iniciativa do Governador do Estado são inconstitucionais, nos termos do art. 68, inciso I, da Constituição mineira. Assim, opinamos pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 583/99 com as Emendas nºs 1, 2 e 3 e pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Rêmoló Aloise, relator - Rogério Correia - Olinto Godinho (voto contrário à Subemenda nº 1) - Miguel Martini (voto contrário à Subemenda nº 1) - Mauro Lobo (voto contrário à Subemenda nº 1).

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18/99

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei Complementar nº 18/99 extingue o Fundo de Previdência Complementar do Servidor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS.

No 1º turno, o projeto foi aprovado na forma do Substitutivo nº 1.

Agora, volta a matéria a esta Comissão a fim de ser examinada para o 2º turno, nos termos do § 2º do art. 184 do Regimento Interno. Ao final, apresentamos a redação do vencido, que segue anexa e é parte deste parecer.

Fundamentação

As comissões ouvidas no 1º turno salientaram a conveniência da extinção do PRELEGIS, por estar sobejamente demonstrada a desnecessidade de sua existência.

De fato, se o fundo tem por finalidade a complementação das pensões dos servidores do Legislativo e, por exigência constitucional, o pagamento de tais benefícios deve ser realizado de forma integral pelos cofres públicos, não há justificativa para que se mantenha o fundo, com ônus para o Tesouro do Estado; algumas emendas, contudo, fazem-se necessárias

pelos motivos que passamos a expor.

A Emenda nº 1 visa à constituição de uma Comissão composta por quatro Deputados indicados paritariamente pelas Lideranças da Maioria e da Minoria para acompanhar o processo de liquidação do PRELEGIS.

A Emenda nº 2, incidente sob o "caput" do art. 4º, tem por objetivo, exclusivamente, tornar mais clara a redação do dispositivo porque os valores correspondentes à reserva de benefícios concedidos e a conceder, na realidade, passam a integrar o patrimônio do IPLEMG somente após a entrada em vigor da lei.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 18/99, em 2º turno, na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao art. 2º o seguinte parágrafo único:

"Art. 2º -

Parágrafo único - A Mesa da Assembléia Legislativa constituirá uma Comissão integrada por quatro Deputados, indicados paritariamente pela liderança da Maioria e pela Liderança da Minoria, para acompanhar o processo de liquidação do PRELEGIS:".

EMENDA Nº 2

Dê-se ao "caput" do art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º - Passam a integrar o patrimônio do IPLEMG, para cumprimento do disposto no § 4º do art. 1º, os valores correspondentes à reserva para benefícios concedidos e a conceder, provenientes de recursos patrimoniais do PRELEGIS, definida mediante cálculo atuarial aprovado pela Mesa da Assembléia.".

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18 /99

Extingue o Fundo de Previdência Complementar do Servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica extinto o Fundo de Previdência Complementar do Servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS -, criado pela Deliberação da Mesa nº 287, de 28 de novembro de 1984, e regido pela Lei nº 11.263, de 29 de outubro de 1993, mantidos, na forma da legislação citada, os benefícios vigentes na data de entrada em vigor desta lei, bem como aqueles benefícios que, embora ainda não concedidos, vierem a ser requeridos pelos beneficiários de contribuintes falecidos até a data de extinção do PRELEGIS, e assegurado, nos termos do art. 5º, à Assembléia Legislativa, aos contribuintes e aos ex-contribuintes o rateio da parcela patrimonial excedente à reserva de que trata o art. 4º desta lei.

§ 1º - Consideram-se ex-contribuintes, para os efeitos desta lei, o ex-servidor, o servidor ativo, ou inativo, que se tenham desligado do PRELEGIS e não tenham obtido a devolução de sua contribuição, bem como o servidor contribuinte falecido que não tenha beneficiário que percebeu ou perceba benefícios do PRELEGIS.

§ 2º - Não terão direito ao rateio de que trata o "caput" deste artigo aqueles que tenham recebido ou estejam recebendo benefícios do PRELEGIS.

§ 3º - Aqueles que acumulam a condição de contribuinte em nome próprio com a de beneficiário de terceiro ficam excluídos da vedação de que trata o § 2º, no que se refere a sua contribuição em nome próprio.

§ 4º - Os pagamentos dos benefícios mencionados no art. 1º passam a ser de responsabilidade do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG -, que assumirá todos os direitos e as obrigações deles decorrentes, mediante a transferência dos recursos determinados na reserva técnica atuarial correspondente, na forma desta lei, procedendo-se às adequações necessárias no Regulamento dessa autarquia.

Art. 2º - O liquidante do PRELEGIS será nomeado pela Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 3º - Compete ao liquidante:

I - administrar o patrimônio oriundo do PRELEGIS, aplicando seus recursos financeiros em instituições financeiras oficiais federais;

II - promover o levantamento do montante das contribuições recolhidas ao PRELEGIS pelos contribuintes e pelos ex-contribuintes, individualmente, e pela Assembléia Legislativa, desde a data da criação do Fundo até a data de entrada em vigor desta lei complementar;

III - promover o rateio, na forma do art. 5º e em prazo não superior a sessenta dias contado da data da extinção do PRELEGIS, tendo por base de cálculo os valores recolhidos pelos contribuintes, pelos ex-contribuintes e pela Assembléia Legislativa ao Fundo, conforme definido em cálculo atuarial;

IV - recolher ao Tesouro Estadual, à conta da Assembléia Legislativa, os saldos bancários remanescentes.

§ 1º - A liquidação do PRELEGIS terá início no primeiro dia útil após a extinção do Fundo e será realizada no prazo de cento e vinte dias contado da data de publicação desta lei complementar, prorrogável por noventa dias, mediante solicitação fundamentada do liquidante, aprovada pela Mesa da Assembléia.

§ 2º - A responsabilidade do liquidante cessará com a aprovação das contas finais pela Mesa da Assembléia, que terá o prazo de trinta dias contado de seu recebimento, para fazê-lo.

§ 3º - A ordenação de despesa, na fase de liquidação, caberá ao liquidante, em conjunto com um membro da Mesa da Assembléia, por ela designado.

Art. 4º - Integram o patrimônio do IPLEMG, para cumprimento do disposto no § 4º do art. 1º, os valores correspondentes à reserva de benefícios concedidos e a conceder, proveniente de recursos patrimoniais do PRELEGIS, definida mediante cálculo atuarial aprovado pela Mesa da Assembléia.

Parágrafo único - A reserva mencionada no "caput" deste artigo será calculada pelos valores previstos de despesas a realizar com a manutenção dos benefícios concedidos pelo PRELEGIS até a data de extinção dos benefícios.

Art. 5º - Observado o disposto no art. 1º desta lei complementar, o saldo remanescente dos recursos patrimoniais do PRELEGIS, descontada a parcela para constituição da reserva de que trata o art. 4º, será rateado entre os contribuintes, os ex-contribuintes e a Assembléia Legislativa, garantindo aos contribuintes e aos ex-contribuintes o rateio desse saldo remanescente até o limite com que cada um contribuiu efetivamente ao PRELEGIS, monetariamente atualizado, e à Assembléia Legislativa o restante.

Parágrafo único - Para fins do rateio de que trata o "caput" deste artigo e da definição da contribuição individual monetariamente atualizada de cada contribuinte, serão calculados:

I - a soma das contribuições recolhidas ao PRELEGIS, individualmente, pelos contribuintes participantes e pela Assembléia Legislativa, desde a data da criação do Fundo até 30 de abril de 1999, atualizadas monetariamente, até a data de entrada em vigor desta lei complementar, mês a mês, pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP - DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

II - a soma das contribuições efetuadas pelo servidor no período de 1º de maio de 1999 até a data de entrada em vigor desta lei, acrescidas dos respectivos rendimentos obtidos nesse período;

III - o somatório individual dos valores apurados nos termos dos incisos I e II deste parágrafo único, para fins de fixação do limite de participação de cada contribuinte e ex-contribuinte no rateio do saldo remanescente de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 6º - Caberá ao IPLEMG receber, como parte da composição da reserva técnica de que trata o art.4º, pelo valor de mercado, segundo avaliação prévia, os seguintes bens imóveis: lotes 3 e 4 da Quadra 11-A da 12ª Seção Urbana de Belo horizonte, situados na Rua Matias Cardoso esquina com a Rua Araguari, no Bairro Santo Agostinho.

Art. 7º - Continuarão a ser descontados dos benefícios mantidos na forma do art. 1º desta lei os percentuais de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 9º da Deliberação da Mesa nº 287, de 28 de novembro de 1984, observada a norma de atualização de valores do art. 8º da Lei nº 11.363, de 29 de dezembro de 1993.

Art. 8º - As dotações orçamentárias do PRELEGIS serão transferidas para o orçamento do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial à Assembléia Legislativa, para atender às despesas de rateio do saldo remanescente de que trata o art. 5º desta lei complementar, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor do total do ativo constante no balancete mensal do PRELEGIS referente ao mês de setembro deste exercício financeiro.

Art. 10 - A Assembléia Legislativa se responsabilizará pelo equilíbrio atuarial do instituto responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários de seus membros, conforme dispõe o inciso XXXVI do art.62 da Constituição do Estado .

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar à Assembléia Legislativa até o limite de 60% (sessenta por cento) do valor do total do ativo constante no balancete mensal do PRELEGIS referente ao mês de setembro deste exercício financeiro.

Art. 12 - A Mesa da Assembléia Legislativa adotará as providências necessárias à aplicação desta lei.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor no último dia útil do mês de sua publicação, cessando nessa data, para os servidores ativos e inativos e para a Assembléia Legislativa, a obrigação de contribuir para o PRELEGIS e encerrando-se o mandato da Diretoria, do Conselho Deliberativo e Fiscal e do órgão co-gestor do Fundo.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Sebastião Navarro Vieira, relator - Chico Rafael - Agostinho Patrús - Arlen Santiago - Doutor Viana - Sargento Rodrigues.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Resolução Nº 309/99

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

De autoria do Deputado Eduardo Brandão, o projeto de resolução em epígrafe aprova convênio celebrado em 8/4/99 entre os Municípios de Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves para modificação de limite territorial.

A proposição foi aprovada em Plenário, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, e retorna a esta Comissão para ser objeto de parecer no 2º turno. Segue anexa, como parte deste parecer, a redação do vencido.

Fundamentação

Trata o projeto da aprovação de convênio para permuta parcial de território entre os Municípios de Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves, cedendo este àquele aproximadamente 1,7km² e recebendo em troca aproximadamente 2,5km².

Conforme foi salientado pelo autor na justificação do projeto, a alteração pretendida é pacificamente respeitada pela população dos dois municípios envolvidos e conta com a aprovação das respectivas Câmaras de Vereadores. Pretende-se, com o projeto, formalizar modificação do limite territorial, para atender à legislação vigente, já que o Município de Ribeirão das Neves está histórica e geograficamente ligado à área que pretende receber por meio da permuta e tem arcado, ao longo do tempo, com as responsabilidades administrativas a ela concernentes.

Não tendo havido fato novo após o parecer para o 1º turno emitido por esta Comissão, mantemos nosso entendimento favorável à aprovação do projeto.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 309/99 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente - Aílton Vilela, relator - Eduardo Brandão.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 309/99

Aprova convênio celebrado entre os Municípios de Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves para modificação de limite territorial.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica aprovado o convênio celebrado em 8 de abril de 1999 entre os Municípios de Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves para modificação de limite territorial, nos termos do anexo desta resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº, de de de 1999)

Termo de Convênio que celebram as municipalidades de Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves para permuta de territórios.

O Município de Pedro Leopoldo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Ademir Gonçalves, brasileiro, casado, engenheiro, identidade nº M-517.676 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 160.715.576-15, e, de outro lado, o Município de Ribeirão das Neves, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Aílton de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, identidade nº M-1.959.834 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 024.748.916-68, resolvem celebrar o presente convênio mediante adoção das seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira - Do Objeto

1.1 - Constitui objeto do presente convênio a formalização da alteração dos limites territoriais dos Municípios de Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves, de acordo com as respectivas leis municipais nº 2.402, de 29 de dezembro de 1998, e Lei nº 2.194, de 30 de dezembro de 1998.

1.2 - A modificação dos limites, objeto do presente instrumento, importará na permuta formal entre ambos os municípios de uma área de aproximadamente 2,5km² pertencente a Pedro Leopoldo e de outra área de aproximadamente 1,7km² pertencente ao Município de Ribeirão das Neves.

Cláusula Segunda - Dos Novos Limites

2.1 - Os novos limites entre os Municípios de Pedro Leopoldo e Ribeirão das Neves passam a ser os seguintes: "Começa no divisor de águas dos córregos do Tijuco e da Mata, no ponto fronteiro às cabeceiras do córrego do Ferreirinha; desce por este córrego até sua foz no córrego da Mata, desce por este córrego até sua foz no ribeirão das Neves; sobe por este ribeirão até a foz do córrego do Barreiro; segue pelo divisor da vertente da margem direita do córrego do Barreiro até o seu entroncamento com o divisor de águas do córrego do Sítio, na serra do Amola-Foice; contorna as cabeceiras do córrego do Sítio ou Cachoeirinha e continua pelo divisor de águas dos córregos das Areias e do Sítio até defrontar a cabeceira do córrego do Açude; alcança esta cabeceira e desce pelo córrego até a foz de um pequeno afluente da margem esquerda, o primeiro a montante da barragem do açude, sobe por este afluente até a confluência de seus dois braços formadores, sobe a encosta fronteira, transpõe o divisor de águas e alcança a cabeceira do córrego que banha o sítio Areias, descendo por ele até sua foz no ribeirão Areias."

Cláusula Terceira - Dos Efeitos Legais do Convênio

3.1 - A eficácia do presente Convênio fica condicionada à sua aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62, inciso XXVI, da Constituição do Estado.

E, para firmeza e validade de tudo quanto ficou aqui ajustado, é o presente Convênio assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas presenciais ao ato.

Pedro Leopoldo/Ribeirão das Neves - MG, 08 de abril de 1999.

Ademir Gonçalves, Prefeito Municipal de Pedro Leopoldo

Aílton de Oliveira, Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves

Testemunhas: Carlos Aurélio Andrade do Carmo, M-2.314.863; Ademir Eustáquio Vieira, MAER - 170.922.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 433/99

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 433/99, da Mesa da Assembléia, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997, foi aprovado em turno único, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 433/99

Aprova as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 1997.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

Elmo Braz, Presidente - Maria Olívia, relatora - Djalma Diniz.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 510/99

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 510/99, do Deputado César de Mesquita, que cria a Medalha Calmon Barreto, foi aprovado em turno único, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 510/99

Cria a Medalha Calmon Barreto.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criada a Medalha Calmon Barreto, que será concedida a pessoas físicas ou jurídicas que se tenham dedicado ao desenvolvimento de atividades culturais e turísticas no Estado.

Art. 2º - A cerimônia de entrega da Medalha Calmon Barreto será realizada anualmente, no dia 19 de dezembro, como parte das comemorações do aniversário da cidade de Araxá, de cujo calendário oficial passa a fazer parte.

Art. 3º - As condecorações serão entregues pelo Governador do Estado, de acordo com o cerimonial estabelecido pelo regimento do Conselho da Medalha Calmon Barreto.

§ 1º - Os agraciados receberão diplomas assinados pelo Governador do Estado, pelo Presidente, pelo Presidente de Honra, pelo Vice-Presidente e pelo Secretário do Conselho da Medalha.

§ 2º - A relação dos agraciados com a Medalha Calmon Barreto será publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado.

Art. 4º - A Medalha Calmon Barreto será administrada por um Conselho constituído de um representante de cada um dos seguintes órgãos, indicado pelo titular e nomeado pelo Governador do Estado:

I - Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

II - Secretaria de Estado da Cultura;

III - Secretaria de Estado do Turismo;

IV - Conselho Estadual de Cultura;

V - Conselho Estadual de Turismo;

VI - Prefeitura Municipal de Araxá;

VII - Câmara Municipal de Araxá;

VIII - Universidade do Estado de Minas Gerais.

§ 1º - O Conselho da Medalha Calmon Barreto elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário entre seus membros, de acordo com as normas estabelecidas por seu regimento.

§ 2º - O Prefeito Municipal de Araxá será o Presidente de Honra do Conselho, sem direito a voto.

§ 3º - Os membros do Conselho não serão remunerados pelo exercício do cargo.

Art. 5º - Compete ao Conselho da Medalha Calmon Barreto:

I - elaborar seu regimento;

II - aprovar o nome dos candidatos indicados para receber a medalha;

III - zelar pelo prestígio da medalha;

IV - aprovar as medidas necessárias ao bom desempenho de suas funções;

V - suspender ou cancelar o direito de uso da medalha, nos termos do regimento;

VI - manter acervo atualizado de objetos e publicações referentes ao homenageado;

VII - manter livro de registro, em que serão inscritos, por ordem cronológica, os nomes dos agraciados com a medalha e seus dados biográficos.

§ 1º - Constarão no regimento do Conselho as especificações de tamanho e desenho da medalha e do diploma, bem como as condições e particularidades de sua concessão.

§ 2º - A concessão da medalha será aprovada pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros do Conselho.

§ 3º - O "quorum" para deliberação do Conselho é de um terço de seus membros.

Art. 6º - O Conselho da Medalha Calmon Barreto se reunirá ordinariamente, conforme determinar o regimento, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Art. 7º - Compete aos membros do Conselho da Medalha a indicação dos nomes dos candidatos ao seu recebimento.

Parágrafo único - A indicação conterá o nome completo e a qualificação do candidato à homenagem, seus dados biográficos, a relação de serviços por ele prestados nas áreas da cultura e do turismo e a relação das condecorações que possui.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1999.

Elmo Braz, Presidente - Maria Olívia, relatora - Marco Régis.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 578/99

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 578/99, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 578/99

Dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Os serviços administrativos da Assembléia Legislativa são executados por sua Secretaria, conforme a orientação e sob a supervisão da Mesa da Assembléia, nos termos do inciso V do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, alterada pela Resolução nº 5.183, de 14 de julho de 1998, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - A estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa abrange:

I - no primeiro grau, a Mesa da Assembléia;

II - no segundo grau, como unidade administrativa, a Diretoria-Geral;

III - no terceiro grau, como unidades operacionais, a Diretoria Legislativa, a Diretoria de Informação e Comunicação, a Diretoria Administrativa e Financeira, a Assessoria de Planejamento Estratégico e a Procuradoria-Geral.

Art. 3º - A Escola do Legislativo é órgão integrante da estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa e se vincula administrativamente à Diretoria Administrativa e Financeira.

Art. 4º - Fica transformado em Assessor Executivo de Planejamento e Controle o cargo de Secretário-Geral da Mesa, de provimento em comissão e recrutamento amplo, mantidas as mesmas codificação e remuneração.

§ 1º - O provimento do cargo de que trata este artigo se dará por ato do Presidente da Assembléia, após aprovação da Mesa.

§ 2º - São requisitos para o exercício do cargo de que trata este artigo:

I - formação de nível superior concluída pelo menos dez anos antes da data da nomeação;

II - experiência comprovada de, no mínimo, oito anos no exercício de função ou atividade profissional que exija conhecimentos de planejamento, gestão organizacional, gestão e administração de recursos humanos e materiais;

III - idoneidade e reputação ilibada;

IV - inexistência de parentesco consanguíneo ou afim, até o 3º grau, com membros da Mesa da Assembléia.

§ 3º - A exoneração do ocupante do cargo de que trata este artigo se dará por ato do Presidente da Assembléia, de ofício ou em cumprimento de determinação expressa da Mesa.

Art. 5º - Compete ao Assessor Executivo de Planejamento e Controle assessorar a Mesa da Assembléia.

Art. 6º - Cabe à Diretoria Legislativa coordenar o assessoramento à Mesa, ao Plenário e às comissões nas matérias relativas ao processo legislativo e a atividades decorrentes do trabalho parlamentar, competindo-lhe ainda:

I - assessorar o Presidente da Assembléia e as comissões no processo legislativo e nas atividades político-parlamentares;

II - colaborar com o 1º-Secretário no despacho de expediente referente ao processo legislativo e às atividades político-parlamentares e providenciar seu encaminhamento à Mesa da Assembléia;

III - classificar as proposições de conformidade com o Regimento Interno;

IV - numerar as proposições e resoluções da Assembléia Legislativa;

V - coordenar a elaboração da ordem do dia, de acordo com a orientação do Presidente da Assembléia;

VI - registrar, em livro próprio e com índice remissivo, para publicação anual, as decisões de caráter normativo da Presidência sobre questões de ordem;

VII - suprimir de pronunciamento, por ordem do Presidente da Assembléia, expressão ou conceito de uso vedado pelo Regimento Interno;

VIII - secretariar as reuniões da Mesa no que se refere ao processo legislativo;

IX - exercer outras atividades afins, de acordo com a orientação e em cumprimento a determinação da Mesa da Assembléia e da Diretoria-Geral.

Art. 7º - Cabe ao Diretor-Geral administrar as unidades operacionais da Secretaria da Assembléia Legislativa em sintonia com as diretrizes definidas pela Mesa da Assembléia, competindo-lhe ainda:

I - assessorar a Mesa nos assuntos administrativos, visando ao eficaz e eficiente desempenho de suas atividades;

II - responder pelas unidades operacionais da Secretaria da Assembléia, responsabilizando-se pela execução das ações definidas pela Mesa;

III - propor medidas de organização, otimização e racionalização administrativa;

IV - propor diretrizes e políticas de recursos humanos, bem como orientar e avaliar sua aplicação;

V - propor planos de ação para atendimento das metas estabelecidas para as unidades operacionais;

VI - sugerir substituto para o exercício da função de direção dos órgãos subordinados à Diretoria-Geral;

VII - recomendar auditoria em órgão da Secretaria da Assembléia;

VIII - encaminhar à Mesa da Assembléia, até quinze dias após a instalação da sessão legislativa, o balanço geral relativo ao exercício anterior;

IX - cumprir e fazer cumprir as decisões e deliberações da Mesa da Assembléia;

X - secretariar as reuniões da Mesa no que se refere a matéria administrativa;

XI - exercer outras atividades afins.

Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1999.

Elmo Braz, Presidente - Maria Olívia, relatora - Djalma Diniz.

87ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 28/10/99

O Deputado Antônio Andrade* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é a nota da Embaixada americana sobre a CEMIG.

A deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG - escudada em decisão judicial -, que levou à alteração na diretoria da empresa e à exclusão do poder de veto dos acionistas minoritários, foi, como se sabe, objeto de nota emitida pela Embaixada americana em Brasília.

O documento recebeu intensa divulgação por parte da mídia, tendo, a essa altura, também merecido contestação oficial do Executivo mineiro e moção de protesto desta Assembléia. Entretanto, sem parecer que estamos rendendo o assunto, permitimo-nos, aqui, tecer nossas considerações a respeito. Fica registrado que o fazemos no exercício de nossa missão como representante do povo mineiro nesta Casa e, especificamente, na qualidade de relator da CPI que concluiu por graves irregularidades na venda das ações da CEMIG. Os Estados Unidos da América do Norte são um país que faz por merecer nossa admiração. O exercício democrático ali se harmoniza com a política econômica que o torna, hoje, a nação mais próspera do planeta. Pena que tamanha grandeza seja, às vezes, acompanhada por notória incompetência no que se refere à sua política externa. Nos anos 60, foi essa incompetência que levou os norte-americanos a orquestrarem campanha política pela América Latina, mesmo no Brasil, derrubando os governos democráticos e implantando ditaduras militares. O resultado foi o que se viu, e o que nós, brasileiros, sentimos na pele: quase 30 anos de tirania, os quais teriam sido totalmente perdidos para o nosso povo, não fosse a fibra de que somos dotados.

A essa falta de isenção dos ianques no trato da causa externa, junta-se uma particular miopia por parte do Departamento de Estado e, o que é pior, por parte de poderosas facções dentro do Congresso americano. Não conseguem eles enxergar, pura e simplesmente, que o enfraquecimento político e econômico do resto do mundo - enfraquecimento esse que eles eventualmente encorajam - coloca em risco a própria hegemonia do Tio Sam.

A nota da Embaixada americana sobre o caso da CEMIG é típica. Nela se destacam as meias-verdades, as intenções veladas e os dados incorretos. Se não, vejamos, pela ordem, alguns dos pontos da mesma.

A nota declara que os investidores internacionais esperam regras transparentes, tratamento justo e a aplicação da lei. Ora, foi isso exatamente o que levou o Governo mineiro a agir contra o Acordo de Acionistas: o referido Acordo não era transparente, reservava tratamento injusto ao sócio majoritário, que é o povo mineiro, e passava por cima da lei ao privilegiar minoritários com vantagens que a mesma lei não reconhece.

Prossegue a nota dizendo que a Embaixada continuará a acompanhar atentamente o desenrolar dos acontecimentos. Não estará aí implícita uma ameaça? Em que consistirá esse acompanhamento atento? Quer isso dizer que poderemos ter retaliações políticas e econômicas, caso a vontade do sócio americano não prevaleça?

São perguntas que fazemos e que expressam a inquietação de Minas e do Brasil quanto a um fato insólito: uma divergência comercial localizada torna-se o foco de atenção do governo americano, quando ele deveria estar cuidando de outras e maiores prioridades para o hemisfério e para o mundo. Sem mencionar que, nesse episódio, está caracterizada a ingerência em nossos negócios externos, envolvendo a própria soberania da Nação brasileira.

Afirma a Embaixada americana que a AES e a Southern Energy investiram US\$1.130.000.000,00 na compra das ações da CEMIG. Como não podemos acreditar na ingenuidade e desinformação dos americanos, preferimos julgar que o erro foi proposital: as ações foram vendidas por R\$1.130.000.000,00, não em dólares, e sabe-se que os estrangeiros nada investiram no primeiro ano. Ao contrário, foram financiados em 50% pelo BNDES, enquanto a outra metade foi paga após 360 dias, sem juros nem correção. Antes mesmo de colocar um único centavo na empresa, os americanos já haviam transferido para o paraíso fiscal das ilhas Cayman, como dividendos, o montante de US\$108.000.000,00.

Continua a nota, dizendo que a decisão da justiça brasileira tornando sem efeito o Acordo de Acionistas, implica recado aos investidores internacionais, até o momento empenhados em auxiliar os brasileiros na modernização econômica do País. Quer isso dizer que, dependendo das circunstâncias, o Tio Sam aconselhará os investidores a não aplicarem no Brasil? Mas onde encontrarão esses investidores outro mercado igual ao nosso, com 160 milhões de consumidores e as mais vastas reservas naturais do planeta? É uma reflexão que propomos à Embaixada e aos próprios investidores, se é que a Embaixada fala em nome deles.

Aliás, cumpre notar que há investidores e investidores. Há aqueles que investem a longo prazo, colaborando com a economia do País, gerando empregos e pagando impostos. Há aqueles outros, que, ao invés disso, aqui chegam e saem da noite para o dia, recolhendo juros altos para seu capital especulativo. Essa segunda categoria, é óbvio, não interessa ao Brasil, como não interessa a nenhum outro país.

Mais à frente, a nota afirma que a privatização e a liberalização do mercado são fundamentais para a saúde econômica do Brasil e da região, em longo prazo. Sabemos, no entanto, que as privatizações sem critério e a eliminação das barreiras alfandegárias sem reciprocidade levou-nos a ficar mais pobres. Quanto à região, aí está a Argentina, que não nos deixa mentir.

Termina a nota lembrando que o investimento americano no Brasil, em 1998, alcançou US\$38.000.000.000,00 e que os investidores confiavam, até agora, em que os acordos com relação a seus investimentos fossem honrados. Tal afirmação seria cômica se não fosse séria: com efeito, nos últimos anos, o Brasil transferiu para os Estados Unidos e para outros países do Hemisfério Norte uma média anual de US\$100.000.000.000,00, a título de pagamento de juros e de remessa de lucros. Quando foi, portanto, que deixamos de honrar os compromissos? No caso da CEMIG, não custa lembrar que a justiça não retirou dos americanos o direito de receber dividendos: esses continuarão a ser pagos, preferencial e religiosamente, de acordo com a lei brasileira, que, porém, não dá a eles o direito de influir nas decisões.

Recomendaríamos à Embaixada dos Estados Unidos uma leitura atenta e isenta do relatório da CPI desta Assembléia que investigou a venda das ações da CEMIG. O documento, que será proximamente oficializado por este Legislativo, contém ampla e detalhada informação sobre o que foi feito e como foi feito pelo Governo Eduardo Azeredo, com grave e indiscutível lesão do bem público.

Não vamos aqui nos estender no teor do relatório, mas lembraremos que as conclusões dele estão em linha de coincidência com as razões que nortearam a decisão judicial. Assim, nele recomendamos ao Executivo a adoção de medidas administrativas necessárias para restabelecer os princípios constitucionais e legais lesados. O povo dos Estados Unidos, pátria da moral calvinista e do respeito aos direitos humanos, certamente não concordará com o que foi feito e que é defendido por sua representação diplomática neste País: o direito de milhões de mineiros e brasileiros foi desrespeitado, e se agiu ao arrepio da lei.

Para nada mais dizer, informamos à Embaixada americana que teremos satisfação em, oportunamente, enviar-lhe cópia do referido relatório da CPI. A leitura do documento por parte dos americanos, repetimos, será, no mínimo, uma demonstração de sadia humildade, em contraponto à arrogância da nota ora referida.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Deputado Antônio Andrade, estamos acompanhando com a máxima atenção o seu pronunciamento e achamos salutar que o Líder do PMDB, hoje o maior partido, a maior bancada desta Casa, manifeste-se com veemência contra a nota emitida pela Embaixada dos Estados Unidos, no decorrer desta semana, a respeito do problema da CEMIG.

Ao contrário de V. Exa., denota uma certa admiração pelo povo americano, penso que povo e governo americanos são ambos da mesma laia. Para mim, Estados Unidos são um monstro horrendo, e monstro tem que ser combatido por todos os meios à disposição, inclusive o terrorismo. Realmente, estamos vivendo um momento em que esse país monstruoso, horrendo, nas teias da globalização, quer impor a sua hegemonia a qualquer custo, a todos os países do globo.

Precisamos de cidadãos como V. Exa., como eu e como muitos outros que se levantam e gritam contra esse povo e seu governo, porque não há diferença entre eles, já que o governo foi eleito pelo povo.

Então, quero parabenizar V. Exa. e dizer que jamais, nesta legislatura, fiz críticas ao Governo passado, porque gosto de ter parcimônia, embora contra os Estados Unidos a minha crítica não seja mais parcimoniosa, pelo fato de já ter opinião bem formada a respeito deles.

Mas gostaria de dizer, pela primeira vez nesta legislatura, que, na verdade, nós, Deputados da legislatura passada, fomos traídos pelo Governo passado com esse Acordo de Acionistas. Quando a Assembléia Legislativa delegou poderes ao Governo para vender 33% das ações da CEMIG, não delegou poderes para esse Acordo de Acionistas, como V. Exas. comprovaram na CPI da CEMIG. É minha intervenção. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Antônio Andrade, também gostaria de parabenizá-lo por ter voltado a esse tema e a essa crítica, que deve ser feita e refeita diversas vezes.

Vou apenas fazer um complemento, dizendo que ontem foi o verdadeiro dia do entreguismo nacional. Depois de tudo o que aconteceu, a CESP Tietê foi colocada em leilão, para essa mesma empresa ser privilegiada com 50% do dinheiro brasileiro do BNDES. Tanto foi que o Sr. Antônio Ermirio de Moraes criticou o processo, porque, na última hora, foi permitido um empréstimo exatamente para essa mesma empresa estrangeira.

Foi o festival do entreguismo. Ao mesmo tempo, o Ministro Pimenta da Veiga vai à empresa dizer que a EMBRATEL está insatisfeita porque a empresa estrangeira norte-americana que a comprou não está pagando o imposto de renda que devia. Nesse caso, ele está disposto a comprá-la de volta, dando uma demonstração do entreguismo puro e simples que faz este Governo Fernando Henrique Cardoso, o que vem corroborar as palavras de V. Exa., a quem cumprimento.

O Deputado Antônio Andrade* - O Deputado Rogério Correia fez menção justamente ao que ainda gostaria de comentar a respeito da venda CESP. Os americanos soltam uma nota dizendo que aqui existe dificuldade de investimento e, logo em seguida, compram a CESP, com financiamento pelo BNDES, demonstrando que não encontram melhor local para investir do que no Brasil, com as facilidades proporcionadas pelo Governo Fernando Henrique. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado José Braga* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é exatamente um assunto de interesse da região que representamos nesta Casa, o qual foi longamente debatido pela sociedade e cuja conclusão depende de uma decisão do Governo do Estado e da CEMIG. Refiro-me à construção da usina de Irapé. É um projeto cuja realização foi amplamente discutida aqui mesmo, nesta Casa, como também nas regiões Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha, que sediarão a obra. Como é do conhecimento de todos, a barragem se localizará exatamente na divisa dessas regiões mais carentes do Estado de Minas Gerais. A conclusão a que se chegou foi que esse empreendimento não apenas é viável como também é conveniente para o Estado, uma vez que aumentará o potencial energético de Minas Gerais, com conseqüências positivas para a economia.

Para as regiões envolvidas, cujas dificuldades sociais são conhecidas de todos nós - já foram longamente debatidas tanto aqui como nos demais locais onde se fez necessária a discussão -, os benefícios que a obra proporcionará são indiscutíveis. Nem é preciso analisar muito a fundo o impacto desse projeto para se concluir que ele dará uma nova dinâmica ao desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Norte do Estado e Jequitinhonha.

Simultaneamente à construção da usina, diversos outros órgãos estarão se mobilizando para implantar projetos de forma a aproveitar e atender o novo potencial produtivo que a hidrelétrica despertará naquelas regiões. A RURALMINAS, por exemplo, já estuda a implantação de projeto de irrigação nas imediações da represa.

Conseqüentemente, com a incrementação da produção agrícola, o Instituto Mineiro de Desenvolvimento Industrial - INDI - terá oportunidade de se mobilizar com vistas a fomentar a industrialização dessa produção. A pavimentação das rodovias de acesso, com certeza será, inevitavelmente, feita pelo DER, e a questão do saneamento naturalmente será resolvida pela COPASA.

Temos que notar, ainda, que a atuação da CODEVALE na região será intensificada, especialmente porque temos notado que, nesse Governo, que, já manifestou a intenção de fortalecer a CODEVALE, os resultados de uma atuação eficaz dessa autarquia, uma vez revigorada, será de extrema importância para o desenvolver da região, como também para estabelecer ali um novo pólo de progresso e uma nova estrutura para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes daquela região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses são apenas alguns setores que sofrerão impactos positivos com a concretização da usina de Irapé, o que julgamos oportuno ressaltar. O certo é que a obra proporcionará uma grande mudança no perfil econômico das regiões envolvidas, com a melhoria da infra-estrutura e geração de empregos. Há previsão de que sejam criados cerca de 1.700 empregos diretos, somente no pico das obras.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Deputado José Braga, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, pessoas que ocupam as galerias, membros da imprensa, quero dizer aos nobres Deputados desta Casa e aos demais ouvintes que a barragem de Irapé é importantíssima para o Norte de Minas. Sempre defendi nesta Casa a idéia de que o Governo brasileiro tem que se conscientizar de que, se não construímos barragens no Norte de Minas e no Jequitinhonha, não resolveremos o problema da seca na região. O Jequitinhonha e o norte de Minas já receberam muitos recursos, muito dinheiro já foi desperdiçado, no combate à seca no Nordeste brasileiro. Se esses recursos tivessem sido aplicados na construção de barragens, já teríamos resolvido esse problema. Sabemos que temos um povo trabalhador, terras de primeiríssima qualidade, mas precisamos de melhores condições de trabalho, e só seria possível por intermédio da construção de grandes e pequenas barragens. Muito obrigado, Deputado José Braga.

O Deputado José Braga* - Conforto-me com a participação sempre oportuna e inteligente de V. Exa., que demonstra sua preocupação com o desempenho de seu mandato nesta Casa, em favor do povo da nossa região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece não haver dúvidas de que essa obra interessa a todos: ao Estado, que ganhará uma nova hidrelétrica, com capacidade de produção de aproximadamente 400MW; à CEMIG, que defendeu esse investimento e providenciou o projeto técnico; e às populações dos municípios envolvidos, que reconhecem a importância da obra para o progresso regional e o aguardam com grande expectativa.

Sabemos que existe, no orçamento da CEMIG, uma dotação de R\$8.000.000,00 para o início das obras. É claro que esse é um valor modesto para a grandiosidade do projeto, porém é suficiente para que se dê o pontapé inicial. A conclusão das obras de construção da barragem levará pelo menos quatro anos. Considerando que a previsão inicial era de que o projeto começasse a ser executado no final de 1998 ou em setembro de 1999, já estamos com atraso para o início da referida obra.

Ora, se o projeto está pronto e tem o aval de todos os setores interessados, e ainda, se há recursos para que sua execução seja iniciada, então por que não iniciá-lo? A informação que temos é que falta a aprovação do projeto pelo Conselho Administrativo da CEMIG.

Portanto, Sr. Presidente, é nossa intenção apresentar um requerimento para solicitar à CEMIG, especificamente ao Conselho Administrativo, maior empenho para que a usina de Irapé saia dos trâmites burocráticos e seja transformada em realidade o quanto antes. Assim, o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha, com certeza, agradecerão àqueles que tomarem essa providência.

O Deputado Ivo José (em aparte)* - Deputado José Braga, estamos percebendo que V. Exa. está preocupado com o desenvolvimento social e econômico do Norte de Minas, cobrando compromissos do Governo do Estado, da CEMIG e de outros órgãos públicos, em função da usina hidrelétrica de Irapé.

Quero incluir nesse pleito o cumprimento de uma lei que aprovamos nesta Casa, na legislatura passada, a qual assegura que todos os empreendimentos ligados à construção de usinas

hidrelétricas e barragens observem os impactos sociais. Dessa região de Irapé, recebemos muitas manifestações de sindicatos, de trabalhadores, de pequenos produtores, relativas ao impacto social causado com a construção da barragem. Como existe a Lei nº 12.812, queremos que os empreendimentos levem em consideração as famílias, que estão instaladas na região há vários anos, que valorize os impactos sociais e ambientais.

Digo isso, porque, antigamente, na construção das hidrelétricas, infelizmente não existia esse tipo de preocupação. Somamos essa preocupação ao desejo de ver o desenvolvimento também acontecer nessa região.

O Deputado José Braga* - Naturalmente que é enriquecedora a participação de V. Exa. No entanto, Deputado Ivo José, acreditamos que, como o projeto foi longamente discutido, exatamente com as populações interessadas - tivemos várias audiências, tanto nas localidades situadas nas duas margens do rio, como nesta Casa -, a questão do impacto ambiental já foi levada em consideração. Os estudos efetivados colocam em condição de serem iniciadas as obras. Não vamos fazer uma obra para trazer sacrifícios àquela população, tão sofrida. Pelo contrário, que os interesses da população atingida sejam resguardados mediante a legislação vigente. Mas estamos solidários com a preocupação de V. Exa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa., que traz para esta Casa o problema do Norte e de sua região. Tenho certeza de que seu pronunciamento é importantíssimo.

Estive em sua região, por ocasião da Comissão Especial da Seca, acompanhando e fazendo parte da Comissão presidida pelo ilustre Deputado Dimas Rodrigues.

Mesmo da região sul-mineira, eu não poderia distanciar-me de V. Exa. neste momento, para colocar-me à sua disposição e, ombro a ombro, fazermos gestões junto ao nosso Governo, para que esse projeto - tão sonhado por aquele povo sofrido, que merece o nosso respeito e a nossa consideração - se torne realidade.

Portanto, parabênize V. Exa., digno Deputado José Braga, que, neste momento, reproduz os anseios do povo da sua região, a fim de que esta Casa, suprapartidariamente, possa buscar gestões, pleitos, para que esse projeto seja iniciado o mais rápido possível, atendendo, assim, à realidade da sua região. Tenho a certeza de que V. Exa. poderá contar com a nossa bancada para agilizar esse pleito tão merecido e tão almejado por todos os mineiros.

O Deputado José Braga* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, agradeço a sua participação, dizendo-lhe que suas palavras não me surpreendem, porque sou conhecedor do comprometimento de V. Exa. com as causas dos mineiros. Mais do que isso: V. Exa. não só é comprometido, mas também solidário, principalmente com as regiões mais sofridas, já que o senhor procede de uma região com menos problemas do que a nossa. Muito obrigado.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de fazer a leitura do requerimento.

- Lê requerimento solicitando seja dirigido ofício ao Presidente da CEMIG, a fim de que seja agilizada, junto ao Conselho de Administração da empresa, a deliberação para a construção da usina de Irapé.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras das galerias, funcionários desta Casa, inicialmente, quero, neste dia 28 de outubro, parabenizar os funcionários públicos pelo seu dia, esses capacitados e devotados trabalhadores, que tanto ajudam na condução das realizações e concretizações dos órgãos públicos. É imprescindível e necessária a atuação desses que são os funcionários públicos. Portanto, neste momento, quero homenageá-los e parabenizá-los pelo seu dia. Seria uma indelicadeza da minha parte deixar passar esta data sem usar a tribuna, desejando a todos muitas felicidades pelo seu dia.

Em segundo lugar, quero, desta tribuna, na condição de médico, com muito orgulho, falar sobre a importância do Prêmio Nobel da Paz de 1999 para o Movimento dos Médicos sem Fronteiras. Neste mês de outubro - que também é dedicado à nossa classe, mais precisamente no dia 18, dia de São Lucas -, todos fomos premiados, quando vimos esse grupo de colegas, que, desde 1971, pratica, de forma pioneira, a atividade humanitária da medicina em todas as partes do mundo. São médicos missionários, idealistas, sensíveis ao sofrimento do ser humano, que prestam serviços vitais para o alívio da dor e a recuperação da saúde dos nossos irmãos, à distância.

Por isso, Sr. Presidente, quero que se oficie - passarei às suas mãos o requerimento - ao Governo da França, na pessoa do seu Presidente, Jacques Chirac, pois fica em Paris a sede dos Médicos sem Fronteiras, e que faça o governo francês chegar a nossa mensagem a essa organização.

O terceiro assunto que nos traz a esta tribuna é relacionado a uma reportagem da revista "Veja" de 27 de outubro. Na pág. 47, enumera-se aquilo que denomina de "absurdos do Brasil", entre eles, três se destacam.

Primeiro, Altamira, com 80 mil habitantes, sofre há anos com a falta de energia. O abastecimento de eletricidade depende de um gerador antigo, equipado com um motor ucraniano, a diesel. Detalhe: essa cidade fica a 300km de Tucuruí, no Pará, uma das maiores hidrelétricas do País. Só agora está sendo construída a linha de transmissão.

Segundo absurdo: a tragédia da seca fez com que proliferassem pequenos açúdes pelo Nordeste. Como são muito rasos, eles acabam agravando o problema da falta de água, porque se transformam em pontos de elevada evaporação.

Terceiro absurdo: os produtos que trafegam entre Teresina e Recife por ferrovia são obrigados a fazer um passeio desnecessário até Fortaleza. A construção de um pequeno trecho de 179km de ferrovia, entre Crateús e Piquet Carneiro, no Ceará, encurtaria o passeio em 850km. É, pois, um grande absurdo.

A grande verdade de tudo isso é que falta um planejamento razoável das obras. Muitas delas são realizadas sem a necessária verificação de seu impacto sobre o ecossistema e a economia da região onde se localizam. Outras são propostas executadas para atender aos interesses locais, políticos, deixando-se de considerar a sua operacionalidade, como é o caso da ferrovia mencionada, onde desnecessariamente você transita por 850km, que poderiam ser evitados.

Às vezes, como nessa situação específica, uma pequena obra torna tudo mais simples e resolve da melhor maneira um grande problema. Em muitos casos, um pequeno conjunto de obras surte mais efeito do que uma empreitada de grande porte. Não é sem motivo que venho aqui tecer essas considerações.

Acabamos de receber do Governo do Estado a proposta orçamentária para o próximo exercício. E como sempre acontece, todos estaremos empenhados em apresentar emendas destinando recursos para as realizações que julgamos de interesse geral.

É exatamente nesse momento que não podemos perder de vista esses exemplos que a revista enumera e outros tantos, e outros mais que são do nosso conhecimento, para fazermos uma análise criteriosa do teor e objetivos das emendas que iremos apresentar. Vamos procurar avaliar a sua viabilidade, sua repercussão no meio a que se destinam e trabalhar dentro de uma realidade que não comporte outros tantos absurdos do Brasil, como os denomina a referida publicação.

Esse momento magno do processo legislativo, em que o povo, por seus representantes que somos nós, exerce o seu direito democrático de colaborar na definição das metas e prioridades da administração pública, deve ser pensado com muita responsabilidade por todos nós, de modo a garantir que a aplicação de recursos de capital para o próximo exercício seja a mais justa e equilibrada. Que não nos afastemos dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro, transpondo-os para o plano estadual e municipal, procurando garantir o desenvolvimento e promover o bem de todos nós. Para isso, devemos construir uma sociedade livre, justa e solidária.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente em exercício, colegas Deputados, Lideranças presentes, telespectadores da TV Assembléia, funcionários públicos, educadores e educadoras deste nosso Estado, nesta terça-feira, 26 de novembro, estive presente à comemoração dos 20 anos do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE. Estiveram presentes o Presidente de Honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva; o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE -, Carlos Abicail; a Presidente do PT mineiro, Maria do Carmo Lara, Deputada Federal; representantes da CUT nacional e estadual, nossos colegas Rogério Correia e Maria José Hauelsen, também filiados ao Sind-UTE, além de diversos outros convidados, dentre eles todos os setores da categoria, estudantes e representantes da sociedade civil. Foram homenageados os fundadores do Sind-UTE, na época, UTE. O Luís Dulce foi o seu primeiro Presidente. Receberam flores, com muita razão, Rosaura Magalhães, a primeira mulher Presidente da UTE; Lourdes Paraíso Coutinho, que deu rosto à greve de 1979; Gerci, representante dos funcionários, a mais antiga funcionária.

Foi uma solenidade emocionante, de resgate da história de uma das entidades sindicais mais combativas deste Estado, que nestes 20 anos tem sido uma trincheira de luta e resistência. Uma história que começou no final da década de 70, quando os servidores públicos, impedidos pela ditadura de se organizarem em sindicatos, num gesto de ousadia, foram para as ruas exigir os seus direitos e a democratização do País. Foram recebidos com jatos d'água na Praça da Liberdade, a mando do então Governador, Francelino Pereira. Enfrentaram a violência policial, a repressão, a prisão de alguns de seus líderes. Mas não se calaram. Da greve de 1979, fizeram nascer a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, UTE-MG, que, a partir de um processo de unificação com outras três entidades representativas da categoria, em 1990, transformou-se no Sind-UTE.

Nestes 20 anos, a UTE e, depois, o Sind-UTE estiveram presentes em todos os momentos importantes da vida política de Minas e do Brasil. Luta pela anistia, fundação da CUT, Movimento Diretas Já, Constituinte, Movimento Fora Collor, foram alguns dos momentos em que nossos valorosos companheiros e companheiras da educação estavam nas ruas, fazendo a história, mostrando que a educação é sobretudo libertadora e formadora de consciência crítica, instrumento fundamental para a construção da cidadania.

Nesses anos todos, o Sind-UTE tem sido uma voz que não se cala diante dos governos estaduais, mas engana-se quem pensa que é só uma luta corporativa, voltada apenas para a defesa de melhores salários. O nosso sindicato sempre foi além. Tem sido um guardião incansável em defesa da escola pública de boa qualidade para todos.

Denunciou o sucateamento do setor, a falta de verbas, lutou pela gestão democrática e jamais se descuidou das questões pedagógicas. Promoveu centenas de seminários, encontros, conferências, debates, e editou diversas publicações, ocupando-se da formação de seus filiados e filiadas, sempre envolvendo em seus eventos a comunidade escolar: professores, supervisores, orientadores, auxiliares de serviço, pais, mães e alunos.

Neste Governo não tem sido diferente. O SIND-UTE, desde o primeiro instante, tem cobrado do Governador Itamar Franco o pagamento do 13º salário atrasado e o fim da escala de pagamentos. Mas vale aqui ressaltar que não se trata de uma oposição sistemática e sectária. Os dirigentes do SIND-UTE não se negam a dialogar e não abrem mão de seu papel de representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação. Um exemplo da importância dessa postura de diálogo é o processo que definiu os critérios para a eleição de Diretores e Diretoras das escolas estaduais pela Secretaria da Educação. O esforço conjunto entre o Sindicato e Secretaria da Educação produziu vários avanços, entre eles abertura para que os designados possam concorrer ao cargo. É preciso ressaltar aqui, a importância desse diálogo. Mas, como bem diz o poeta, "se muito vale o já feito, mais vale o que será". O plano de carreira, que há vários governos tem sido engavetado, a realização urgente de concurso público e uma política de reajuste salarial são algumas das reivindicações justas pleiteadas pelo SIND-UTE, que tem o nosso apoio.

Que fique registrado nos anais desta Casa o nosso abraço carinhoso à atual diretoria do SIND-UTE, na figura do Coordenador-Geral, Antônio Carlos Hilário, e a todos e todas militantes que construíram e constroem a história do sindicato. Nosso abraço também a cada trabalhador e trabalhadora em educação, cujo dia, normalmente comemorado em 15 de outubro como dia do professor, foi celebrado juntamente com o aniversário de 20 anos do SIND-UTE, como dia de todos os profissionais que lutam pela educação pública. E, nas pessoas dos companheiros Deputados Estaduais do PT, Rogério, Maria José e Durval Ângelo, queremos homenagear a todas aquelas lideranças que, através do SIND-UTE, puderam se destacar e se tornar pessoas públicas, trabalhando para o Estado de Minas Gerais. A nós muito honra ser uma dentre os 55 mil filiados ao SIND-UTE, entidade que para nós é motivo de orgulho e satisfação.

Quero também, nesta oportunidade, parabenizar todos os servidores públicos pela passagem de seu dia, a ser comemorado hoje, 28 de outubro. Minha saudação especial aos servidores e às servidoras que nos acompanham nesta Casa, destacando aqui a dedicação e a qualidade dos serviços que são prestados a nós e ao público. Muito obrigada.

O Deputado Antônio Roberto - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, pessoas das galerias, antes de iniciar minhas considerações, gostaria de parabenizar os servidores públicos pelo seu dia, principalmente os desta Casa.

O Governador Itamar Franco tem-se revelado - mais que um paladino da causa popular - um estadista com extraordinária visão.

Foi ele o primeiro a constatar que o programa de privatizações desenvolvido pelo Governo Fernando Henrique Cardoso longe está de atender à causa popular. Foi ele o primeiro a, corajosamente, demonstrar que as estatais vendidas a particulares e a estrangeiros estavam sendo subfaturadas, financiadas com o dinheiro do povo, os recursos não estavam e não estão sendo canalizados para projetos sociais, enquanto aquelas empresas concessionárias de serviços públicos tinham e estão tendo sensível queda na qualidade das prestações.

O episódio da CEMIG, que ainda comporta desdobramentos, constitui exemplo cabal do que estamos afirmando. O sócio americano esperneou contra a ação do Governo mineiro, questionou a justiça e declarou, via Embaixada americana, que passava a considerar o Brasil território pouco propício a novos investimentos. No entanto, soubemos que, ontem mesmo, o referido grupo arrematou a CESP-Tietê, em São Paulo, por preço, aliás, a ele grandemente favorável.

Temos agora nova comprovação de como as privatizações estão sendo feitas sem critério, como o caso da EMBRATEL. O adquirente da empresa, a multinacional MCI, levou no bolso um dos maiores complexos de telefonia do mundo, pela soma relativamente modesta de R\$2.650.000.000,00, no leilão de privatização do Sistema TELEBRÁS.

Ocorre que a EMBRATEL é devedora de multa de R\$1.300.000.000,00 à Receita Federal por dívidas anteriores com o Imposto de Renda. Alega a empresa adquirente que não tem obrigação de pagar tal multa, porquanto o Governo, anterior controlador, havia garantido que a multa não seria cobrada. (por incrível que pareça). Em contraponto, vem o Ministro Pimenta da Veiga, das Comunicações, declarar que o Governo aceitará a dissolução da venda, caso a empresa multinacional e norte-americana assim o deseje. É uma observação até cretina, porque sabemos que isso vai acontecer. E parece até que ele se arrependeu das afirmações anteriores a essa privatização.

Sabemos que o episódio ainda vai render, até porque nele se juntam má-fé por parte dos americanos e incompetência por parte das autoridades brasileiras. Má-fé e incompetência.

É evidente que uma empresa multinacional de capital norte-americano sabe perfeitamente o que está fazendo, quando investe em determinado país e em determinada organização. Ela sabia, ao adquirir a EMBRATEL, que a multa do Imposto de Renda existia, era devida e deveria ser paga. Também não ignorava que, em qualquer país do mundo, a legislação estabelece que, em princípio, operação semelhante envolve ativos e passivos, débitos e créditos, patrimônio e dívidas. Dizer agora que o Governo brasileiro lhe havia assegurado que a multa não seria cobrada e, mais ainda, acreditar em tal garantia é demonstração de ingenuidade empresarial inadmissível em multinacional de tamanha experiência.

Quanto ao comportamento das autoridades brasileiras, que teriam prometido o perdão da dívida à empresa norte-americana - se é que tal fato ocorreu - revela também leviandade, incompetência e segundas intenções. Nunca poderiam fazer tal promessa, que contraria o espírito da lei e o interesse maior do povo brasileiro.

O Ministro Pimenta da Veiga - cuja falta de talento como negociador e cuja inabilidade como político são notórias - vem agora dizer que o Governo brasileiro está pronto a aceitar de volta a empresa, pagando aos americanos o que haviam investido.

Acontece que o leilão de privatização do sistema TELEBRÁS foi realizado em julho do ano passado, quando a EMBRATEL passou à MGI. Isso quer dizer que a empresa americana explorou, durante um ano e quatro meses, um dos mais rentáveis sistemas de telefonia do mundo. Agora, se é que vai mesmo sair, recebe de volta o capital investido, acrescido dos gordos lucros que até agora auferiu. Convinhamos que nenhum outro país pagaria ao capital especulativo juros tão elevados.

A legislação brasileira estabelece que, quando o comprador descobre, posteriormente à venda, que o produto vendido estava eivado de vício oculto à época da venda, tem o direito de requerer em juízo a dissolução do negócio. Poderia, pois, a MGI requerer judicialmente a devolução do seu dinheiro, coisa que, estamos convencidos, jamais o fará. O que pretende é

continuar a controlar a EMBRATEL, com uma rentabilidade que só tende a aumentar, pois é vastíssimo o potencial do mercado de telefonia brasileiro. Deseja, além disso, eximir-se de uma obrigação com o fisco, para aumentar os lucros, já enormes.

Esperamos que o Governo Federal, responsável por esse impasse lamentável e lesivo aos interesses do povo, tenha agora a mínima sabedoria de insistir e cobrar da MGI os tributos que deve, porque, se ela deseja realmente devolver a EMBRATEL, será melhor para o Brasil e os brasileiros. Entretanto, não acreditamos nessa hipótese, porque a mesma MGI vem fazer nova compra no Brasil: adquiriu a Sprint, que, por sua vez, detém 25% do consórcio comprador da Intelig, empresa espelho da EMBRATEL.

Disso tudo, restam-nos duas conclusões: primeiro, que as privatizações até agora feitas pelo Governo Federal não atendem ao interesse maior do Brasil e dos brasileiros; segundo, que devemos cerrar fileiras em torno do Governador Itamar Franco, para impedir que novas e graves lesões - como a pretendida privatização de Furnas - sejam concretizadas.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte)* - Gostaria de exaltar e trazer todo o apoio ao pronunciamento de V. Exa., que chama todos nós a uma reflexão. A TELEMAR, que comprou esse sistema por R\$3.000.000.000,00, com dinheiro do povo do Brasil, emprestado pelo BNDES, só no primeiro ano, teve um lucro de R\$1.800.000.000,00. Pelas nossas contas, em 21 meses de exploração do sistema, recuperará o valor que pagou.

O Governo perdeu uma grande oportunidade, se não a de ficar com a TELEMAR como estatal, a de vendê-la para o povo brasileiro. Por que o trabalhador brasileiro não poderia comprar 1, 10, 20 ou 100 ações, já que foi paga com dinheiro que estava no Brasil, não foi paga com dinheiro novo. Essas empresas poderiam ser vendidas para os brasileiros. Se o Governo queria apenas se livrar delas, que vendesse para os brasileiros. Vemos quantos brasileiros se orgulham de ter 12, 10, 20 ações da PETROBRÁS. Então, os brasileiros teriam comprado essas empresas, já que não entrou dinheiro novo no negócio. Foi apenas para tirar do patrimônio da União.

Como o tema da privatização toca a todos, gostaria de lembrar que estamos promovendo uma campanha, eu como Presidente da Comissão de Agropecuária, contra a entrega do CEASA e da CASEMG para o Governo Federal, que as quer como pagamento de 3% da dívida do Estado. O nosso CEASA é o melhor do Brasil, é um modelo de sistema, e estão querendo entregá-lo ao Governo Federal, para que possa vendê-lo, privatizando-o, para fazer caixa, desconsiderando a importância do abastecimento como questão de segurança nacional. Em qualquer país do mundo, abastecimento é segurança nacional.

O CEASA de Minas Gerais é a única central de abastecimento do País em que o produtor vende diretamente para os pequenos comerciantes, sacolões e supermercados. No CEASA de São Paulo - CEAJESP -, que foi tomado pelo Governo Federal e entregue aos atravessadores, o produtor nem pode pisar. O abastecimento é feito através do atravessador. Então, queria conchamar V. Exa. para que nos ajude a conversar com o Governador Itamar Franco, para que coloque, em sua luta vitoriosa em defesa de Furnas e da CEMIG, os interesses do abastecimento de 1 milhão de pessoas que trabalham só na oleicultura e fruticultura, que estão sendo ameaçada a sua possibilidade de gerar emprego, produção e renda no Estado.

Queria dizer que precisamos chamar a atenção do Governador, para que incorpore, em sua luta, a defesa do CEASA e da CASEMG, que são duas empresas que não precisam do Tesouro do Estado, não dependem do Governo, porque têm receita própria. Ao contrário, ajudam a executar todo o sistema de abastecimento.

Se houver alguma imperfeição, que seja corrigida. Entregá-las ao Governo Federal é entregá-las como se fossem um monte de ferro velho, para o desmanche total.

Então, gostaria de cumprimentá-lo e sugerir que o seu pronunciamento, suas ações políticas incorporem essa nossa preocupação de defender o CEASA como interesse e segurança para o povo de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Antônio Roberto - Deputado João Batista de Oliveira, agradecemos a sua intervenção, que, como sempre, é muito oportuna, pois V. Exa. é um profundo conhecedor dessa situação. Foram enriquecedoras as suas considerações. Quero dizer, ainda, que, de antemão, pode contar conosco nessa batalha, porque acho-a muito importante.

Devo dizer também que sabemos que não existe uma política agropecuária no Brasil e em Minas Gerais. Então, estamos perfeitamente engajados nessa campanha e prometemos lutar com todo o afinco e garra, como é do nosso feitio.

O Deputado Ivo José (em aparte)* - Obrigado, Deputado Antônio Roberto. Nossa intervenção é para cumprimentá-lo pelo belíssimo pronunciamento, uma reflexão muito importante e oportuna neste momento em que nós, mineiros, estamos assistindo à tentativa de entregar mais um patrimônio de Minas Gerais à ganância da especulação internacional, que é o caso das nossas águas.

Sobre aqueles que estão de olho nas nossas águas, devo dizer que seus próprios países não as entregaram para o setor privado, justamente por se tratar de um controle estratégico.

Hoje, na Assembléia, pela manhã, realizamos uma audiência pública das Comissões de Meio Ambiente e de Administração Pública, de alto nível, com a participação de vários segmentos da sociedade e Secretarias de Estado, como a do Sr. Paulino Cícero, Secretário de Minas e Energia, dos representantes da Secretaria de Meio Ambiente, do CREA, da OAB, de sindicatos e outros, para debater a questão de Furnas. Pudemos perceber que essa centralização da política nacional impede que a população fique sabendo quais são seus reais objetivos.

Então, quero acrescentar ao que V. Exa. e ao que o Deputado João Batista de Oliveira disseram que é importante resgatar nosso sentimento de mineiros, de brasileiros e defender os nossos interesses contra a ganância e a especulação que existem com relação a nossas riquezas. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Roberto - Agradeço o aparte sempre muito autêntico e muito lúcido do nosso companheiro Deputado Ivo José. Gostaria de lhe dizer que estamos perfeitamente de acordo com suas considerações. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaríamos de fazer o encaminhamento do projeto do Governador, que, em atenção ao art. 62 da Constituição do Estado, indica o nome do Sr. Ronan Gouveia Teixeira para responder pelo cargo de Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. Evidentemente, não fazemos objeção ao nome do Sr. Ronan, mas gostaria de tecer alguns comentários. A TV Minas Cultural e Educativa é extremamente importante para melhorar o nível cultural da comunidade mineira. E, mais do que isso, possamos fazer um esforço para levar a Grande Belo Horizonte ao interior de Minas Gerais e vice-versa, trazer o interior à Grande Belo Horizonte, como também fazer com que as várias regiões mineiras se integrem e se conheçam.

Estamos assistindo, em Minas Gerais, a um processo interessante: é um Estado mediterrâneo e, portanto, de todos os lados, temos "inimigos". Poderíamos até, na acepção da palavra, dizer que temos fortes adversários, que nos invadem. Estamos sendo invadidos, no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas, por São Paulo; na Zona da Mata, pelo Rio de Janeiro; no Noroeste, pelo Distrito Federal. Essa invasão da comunicação, da mídia tem nos trazido um prejuízo muito grande, porque, em primeiro lugar, Minas Gerais não tem um processo de comunicação eficiente, somos o segundo PIB nacional e o oitavo Estado nos negócios da comunicação. Portanto, é uma área extremamente estratégica para o Estado, que deveria unir Governo e iniciativa privada para fazer com que Minas Gerais empreendesse mais em termos de veículos de comunicação, comunicando-se com o Brasil e com o mundo. Esse é um fator de desenvolvimento.

Os nossos artistas - Minas é um manancial de artistas - e os nossos publicitários, que estão espalhados por outros Estados, talvez por ocuparmos o oitavo lugar nos negócios de comunicação, aqui não acham espaço. Portanto, em se tratando da área de comunicação, que é extremamente importante, o Governo de Minas deve fazer algo para fortalecê-la.

Além do aspecto cultural, há o comercial. Minas tem perdido vários negócios. Sempre damos exemplo das pessoas que saem do Sul de Minas, do Triângulo e do Noroeste e vão fora do Estado fazer compras. Muitas vezes, compram mercadorias semelhantes, às vezes, até com preço maior, por pressão da mídia, por força da propaganda.

Eduardo Azeredo, quando candidato ao Governo de Minas, arranjou o artifício de ir fora do Estado para atingir 297 municípios mineiros que não receberiam a sua imagem. Essa é mais uma das vergonhas que temos no Estado e um fator extremamente importante que obstrui o nosso desenvolvimento. Não digo isso para afetar o atual Governo, absolutamente. Essa é uma questão que transcende os governos, é uma deficiência de Minas ao longo do seu desenvolvimento.

Portanto, ao encaminhar esse projeto, que indica o Sr. Ronan Gouvêa Teixeira para presidir a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, gostaria de transmitir ao indicado essa mensagem de que ele, como homem de comunicação e responsável por uma tevê importante para disseminar as boas coisas do Estado e informar a comunidade, como Deputados, temos o direito de solicitar que ele tenha o devido cuidado com a sua ação política, para que Minas Gerais, através da comunicação, possa encontrar o caminho do desenvolvimento. Esse é o nosso desejo e o que tínhamos a comentar, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aproveitar estes 10 minutos que me restam para pedir a esta Casa, no momento em que formos votar o Projeto de Resolução nº 578/99, que votemos contrariamente a ele. Quando me pronunciava, na parte da manhã, dizia ser nossa questão uma questão de princípio, princípio da abertura para o recrutamento amplo ou princípio do recrutamento limitado para ocupar esses cargos. Gostaria de dizer que poderemos ser favoráveis a essa abertura desde que estejamos convencidos de que esse projeto de resolução é bom para esta Casa, para os Deputados e para o povo de Minas Gerais. Não estando com essa consciência plena, o requerimento que apresentamos pela manhã, e não foi apreciado, tem o objetivo de prolongar, um pouco mais, essa discussão, a fim de obtermos um maior amadurecimento no que tange ao assunto.

Tivemos a oportunidade de escrever uma carta, um ofício, a cada Deputado, dizendo da nossa preocupação. Essa foi uma contribuição que prestamos à Casa: chamar os Deputados à reflexão sobre assunto, que reputamos de muita importância para o Legislativo mineiro. Queremos dizer que alguns aspectos nos preocupam, como o fato de que esse processo, relativo ao projeto de resolução, encontra-se na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, através de ação impetrada por uma servidora aposentada desta Casa, e não queremos que este parlamento seja arranhado, amanhã, podendo a própria justiça fazer com que tomemos uma decisão diferente da que poderemos estar endossando. Por essas razões, creio que a Mesa deve ter toda a cautela e não votar açodadamente um assunto de tanta importância.

Quero manifestar minha preocupação com um fato acontecido ontem. Através de requerimento, do Deputado Antônio Carlos Andrada, foi aprovada, na Comissão de Constituição e Justiça, a realização de uma audiência pública para a discussão desse projeto de resolução. A reunião contou com a presença de vários Deputados, tendo sido muito elucidativa. Preocupa-nos o fato de que, em nenhum dos veículos de comunicação desta Casa, como o "Assembléia Informa" - e tivemos a preocupação de conferir, até mesmo, na "home page" da Assembléia -, encontramos o resultado dessa reunião. Portanto, estamos apresentando um requerimento à Mesa, vazado no seguinte teor: - Lê requerimento em que solicita informações sobre a ausência de noticiário na edição, de hoje, do informativo impresso desta Casa, "Assembléia Informa", a respeito da audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça, ocorrida no dia 27/10/99, para discutir o Projeto de Resolução nº 578/99, de autoria da Mesa da Assembléia Legislativa, que dispõe sobre a estrutura da Secretaria da Assembléia e dá outras providências, e cópia do vídeo da edição de quarta-feira, dia 27/10, no noticiário televisivo "Repórter Assembléia", transmitido pela TV Assembléia e pela Rede Minas.

Gostáramos de uma explicação. O Deputado Durval Ângelo, pela manhã, repreendia-nos por contestarmos, ao fazermos um requerimento da forma como foi feito. Quero aproveitar para dizer que posso ter votado, e votei, na Legislatura passada, mas não fui autor de nenhuma manobra regimental dessa natureza, que cerceia a discussão de coisas importantes nesta Casa. Por outro lado, quero parabenizá-lo porque, nesse requerimento, consta minha assinatura, a do Deputado Antônio Carlos Andrada, que chamou a atenção para o fato, e, também, a assinatura do Deputado Durval Ângelo. Então, se por um lado não concordamos com ele na íntegra, num primeiro momento, temos que concordar com sua coerência nesse segundo momento. Concedo um aparte ao Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - São duas questões diferenciadas, e V. Exa. fez um comentário como se fosse uma questão única. Serei breve para que V. Exa. possa concluir. Acho que o requerimento que apresentamos não tem nada que ver com requerimentos feitos em questões passadas, de encerramento de discussão. O requerimento que apresentamos foi de manutenção da ordem da pauta e o explicamos constitucionalmente. Era um requerimento usual. O chamado "requerimento-rolha", assim entendido, era o que encerrava qualquer processo de intervenção, como se você paralisasse e, imediatamente, entrasse na discussão. Estávamos discutindo ordem da pauta, que não implica discutir o mérito dos projetos, pois, na hora do projeto, pode-se discuti-lo. Manifestamos solidariedade com V. Exa. de manhã, dizendo que a Mesa vai apurar o projeto, porque acho que uma reunião pública de uma comissão tem de ser anunciada e divulgada nos canais próprios que temos. Daí nossa solidariedade com V. Exa. nesse ponto.

O Deputado Eduardo Hermeto (em aparte) - Deputado Paulo Piau, serei breve, pois vejo que seu tempo está se esgotando, mas não poderia deixar de aqui expressar meu sentimento com relação ao princípio desse projeto de resolução. Hoje, a Mesa Diretora, com as galerias cheias, deu um presente aos servidores, mas está dando um outro agora. É preciso entender isso. Está se abrindo um precedente aqui, da maior importância, que pode ter conseqüências seriíssimas. Acho que a forma como V. Exa. vem abordando e trazendo a esta tribuna, didaticamente, os fatos e esclarecendo, coloca muito claramente, na consciência de cada um dos Deputados, como se deve proceder em relação a esse projeto. Acho que, se os servidores não estão aqui, enchendo essa galeria, é porque podem estar com medo das pressões e possíveis retaliações. Mas, com certeza, vão guardar o voto de cada um de nós, que vamos aqui votar esse projeto de resolução, porque sabem da importância do princípio que está sendo ferido. Faço coro com V. Exa.

O Deputado Paulo Piau - Disse que responderia ao aparte do Deputado Anderson Adauto, de manhã. Acho que sua explicação faz sentido, pela sua vontade de ter suas pessoas de confiança no cargo. O Presidente tem, também, uma responsabilidade muito grande com esta Casa, mas não podemos abrir mão, jamais, da chamada opinião pública. Acho que o povo mineiro quer, desta Casa, absoluta transparência.

Se esse projeto for votado dessa forma, tenho certeza de que a opinião pública questionará esta Casa. O Brasil está numa colocação espetacular no "ranking" da corrupção mundial, comparado com países como Zimbábue e Marrocos. O "Estado de São Paulo" do dia 9 de maio traz também um artigo dizendo que a corrupção na administração pública sai sempre muito mais cara do que se pode imaginar e tece uma série de comentários sobre essa ferida do País. "O Tempo", também de maio, traz uma nota grande, que se encerra da seguinte maneira: "O problema da corrupção, entretanto, é que, neste País, quem pensa de forma honesta, séria e responsável, não é ouvido ou levado a sério, porque este não é um País sério, já dizia o Gal. De Gaulle".

Sou parte deste Poder. Gostaria que fosse o mais transparente possível e que não desse mais argumentos para a sociedade e a imprensa questioná-lo cada dia mais. Tenho receio de que, com a aprovação desse projeto, vamos ser, cada vez mais, questionados. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto, como estamos num processo intensivo de votação, vem à discussão na tarde de hoje. E, na condição de autor do projeto, queremos rememorar-lo, para que os nobres colegas se recordem de sua importância.

- Lê o Projeto de Lei nº 40/99, publicado na edição de 27/2/99.

A emenda da Comissão de Administração Pública diz o seguinte: (- Lê:)

"Dê-se ao art. 1º a seguinte redação, incluindo-se o seguinte § 4º:

Art. 1º - Fica autorizado novo cálculo das parcelas remuneratórias pagas a título de vantagem pessoal e concedidas em decorrência da aplicação do art. 1º da Lei nº 10.470, de 15 de abril de 1991, que serão calculadas segundo os mesmos critérios praticados até agosto de 1994, sendo deduzido do valor calculado o equivalente à majoração efetivamente ocorrida no vencimento básico dos servidores.

§ 4º - Ao disposto no 'captu' aplicam-se os índices de reajuste concedidos a partir de setembro de 1994'."

Isso foi em 10/3/99.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com esse projeto de lei - que, temos a certeza, pela sensibilidade dos Deputados, se tornará lei -, o Estado de Minas Gerais resgatará a justiça e a dignidade dos ex-funcionários da ex-MinasCaixa. Foi um absurdo o que aconteceu e que perdura até hoje. Todos sentiram-se sensibilizados, mas nada foi feito. Para terem uma idéia, tenho a folha de pagamentos de um ex-funcionário da MinasCaixa, que foi gerente em seis cidades de nosso Estado e hoje recebe R\$370,00.

Essa situação é uma tremenda injustiça, como também é a de todos os demais funcionários, proporcionalmente, cada um no seu cargo.

É um desrespeito a esses funcionários e servidores qualificados que perderam inclusive sua identidade. Gostamos sempre de rememorar quando a ex-Ministra Zélia Cardoso de Melo encerrou as atividades da MinasCaixa. Imaginem os senhores, coloquem-se no lugar daqueles funcionários que tinham uma carreira segura, concursados, identificados no serviço bancário e logo ao saírem da agência, por volta das 19, 20 horas, recebem a notícia de que estão desempregados, sem nenhum amparo legal, e, olhem bem, foram absorvidos pelo Governo do Estado.

Agora, retornam como funcionários públicos do Estado e começam tudo de novo, sem se perpetuarem na remuneração que recebiam antes. Os compromissos que tinham com o salário que percebiam todo final de mês ficaram em descoberto e daí as situações decorrentes. Muitos foram ao desespero, indo até ao suicídio. Alguns se perturbaram e até hoje encontram-se em depressão, ou situações de doença, pelo fato de terem sido agressivamente atingidos.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Agradeço ao Deputado Doutor Viana pelo aparte. A extinção da MinasCaixa foi uma grande perda, não só para Minas como para todo o País. Desde a sua extinção, temos acompanhado o sofrimento, as dificuldades e as mudanças para pior na vida dos ex-funcionários daquela instituição. Eram funcionários competentes, zelosos e, como bem disse V. Exa., de uma hora para outra se viram em situação extremamente difícil.

Tenho acompanhado, nesta sua primeira legislatura, o seu esforço no sentido de ampará-los e quero, nesta oportunidade, explicitar aqui a nossa solidariedade e alegria por ver o seu desempenho nessa questão. É realmente uma questão na qual a Casa, no seu todo, vai demonstrar, com certeza, a sua sensibilidade, aprovando o seu projeto, que procura, de uma forma ou de outra, minimizar o sofrimento dos funcionários.

Portanto, fica a nossa palavra à Bancada do PDT, e tenho certeza de que interpreto o sentimento de todos aqueles que têm acompanhado esse projeto e a sua atuação, em especial nesse caso. Creio que V. Exa. será vitorioso, para que esses ex-funcionários da MinasCaixa sejam beneficiados.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)* - Gostaria de congratular-me com V. Exa. e solidarizar-me com os ex-funcionários da MinasCaixa. O seu projeto procura reparar uma grande injustiça com pais e mães de família que, de uma hora para outra, viram o seu padrão de vida despencando. Isso causou o que V. Exa. disse: uma profunda depressão nessas famílias. E o seu projeto vai minimizar o sofrimento daqueles que ainda têm um pouco de esperança. Portanto, receba os nossos parabéns pela sua atitude firme, determinada e, sobretudo, pelo sentido de justiça que o seu projeto tem. Obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Deputado Doutor Viana, meu colega, gostaria de congratular-me com V. Exa., como fez o Deputado Márcio Kangussu, pela feliz iniciativa. Com seu espírito humanista - aqui já revelado através de seu trabalho no primeiro mandato -, mostrou que é um Deputado competente, que conhece os problemas do povo e que tem alta sensibilidade para a justiça, pois os funcionários da MinasCaixa ficaram completamente desorientados quando aconteceu a liquidação. Alguns tiveram a sensação de ter perdido o emprego e foram colocados de forma aleatória em diversos setores da administração do Governo. O mesmo aconteceu com relação à remuneração: ficaram com desigualdade, sem justiça, sem receber as suas vantagens. Tudo aconteceu de forma totalmente irregular. Ficaram praticamente sem a proteção de um órgão. Foram distribuídos nos diversos setores do Estado, e agora V. Exa., com essa feliz iniciativa, vem tentar corrigir um pouco dos prejuízos que tiveram em sua carreira, em seu local de trabalho. Parabéns e que Deus o abençoe para que sempre possa ter essas iniciativas de cunho humanista. Que V. Exa. possa prosseguir no trabalho brilhante que iniciou nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Caro Deputado Doutor Viana, não poderia deixar de também cumprimentá-lo pela iniciativa de apresentar à Casa esse projeto, que, com certeza, vai resgatar essa injustiça para com os funcionários da MinasCaixa. Não tenho dúvida de que esse projeto, apesar de um pouco tarde, ainda vem em boa hora. Não tenho dúvida também de que esta Casa irá apoiá-lo e de que aprovaremos esse projeto, que resgatará, pelo menos em parte, essa grande injustiça. Meus parabéns pela iniciativa.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Prezado Deputado Doutor Viana, o Projeto de Lei nº 40/99 caminha para que se faça justiça quase 10 anos depois. Mas creio que ainda é tempo. É tempo para que esse projeto passe pela Casa e seja aceito pelo Governador do Estado.

Lembro-me da sua presença na Comissão de Fiscalização Financeira, quando discutíamos esse projeto, nessa ocasião, ele foi aprovado por unanimidade. Tínhamos a presença de diversos ex-funcionários da MinasCaixa, que mostravam a sua aflição de um lado, mas de outro lado, a esperança de que finalmente pudessem ver resolvida essa pendência de tão longo tempo. O projeto está caminhando, mas precisamos que seja mais apressado. Entretanto, o mais importante é que se faça justiça.

Acredito que, durante algum tempo, à medida que o Governo garantia emprego em outras áreas do Estado, deu com uma das mãos e tirou com a outra. E o tempo e a inflação corroeram os salários desses ex-funcionários da MinasCaixa. Agora o que queremos é que haja a recuperação desses valores. Essa questão já foi muito negociada, os funcionários abriram mão do passado e agora querem, realmente, o futuro. É o futuro, mas que seja um futuro breve.

Lembro-me de que, quando discutíamos o valor de quanto custaria ao Estado, chegamos à quantia de R\$32.000.000,00 por ano. Pouco tempo depois, fomos discutir uma proposta que também está em tramitação na Casa, sobre a isenção do IPVA para carros com mais de 15 anos. Posicionei-me contra porque fui informado pelo relator de que o valor dessa isenção seria de R\$80.000.000,00, ou seja, R\$40.000.000,00 para o Estado. Então, acho que, se mantivermos esse IPVA, dá para acertar a vida da MinasCaixa e ainda sobra. Vejo que importante nesta Casa é que haja realmente uma análise mais acurada desses projetos que vão significar um ônus para o Estado. Este é um ônus revestido de justiça, o outro é uma perda revestida de um cunho mais demagógico. Na verdade, se quem tem um carro com mais de 15 anos não puder pagar o IPVA, deveria ter a proibição de sair de carro de casa, porque esse sujeito não poderá ser responsabilizado por nada. Isso, em nível individual, é infimo. O que gasta de combustível por mês é muito superior a isso. O IPVA, nesse caso, é um recurso realmente pouco significativo, mas muito significativo para o Estado. Trouxe essa comparação para, quando formos tratar dos números, nos posicionarmos da seguinte maneira: que oneremos o Estado para fazer justiça, mas que não desoneremos o Estado para fazer demagogia. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ilustre Doutor Viana, receba também deste Deputado, e tenho a certeza de que falo em nome também da nossa Liderança nesta Casa, bem como de toda a nossa Bancada, os nossos cumprimentos pela iniciativa de V. Exa. Recordo-me, e tenho certeza de que também o Deputado Rogério Correia, que era Vereador juntamente comigo, quando naquela oportunidade nos colocamos contrários à extinção da MinasCaixa, exatamente porque era um momento em que as coisas não estavam sendo devidamente esclarecidas. Já preconizávamos, desde então, o sofrimento, o desgaste e, sem dúvida, o desamparo desses inúmeros servidores que tiveram que ser lotados nos diversos órgãos do Estado. Acompanhamos, desde aquela época, a penúria, a dificuldade desses ex-funcionários que perderam o "status quo", de repente, em função da extinção, que, na minha maneira de entender, sem dúvida, foi um equívoco do Governador de então. V. Exa., em muito boa hora - aliás, com certo atraso -, sem dúvida à semelhança deste Deputado também de primeiro mandato, vê que talvez a oportunidade seja exatamente esta. Quero cumprimentar V. Exa. pelo projeto e pedir-lhe, assim como aos Deputados que irão apartear-lo, que aproveitemos o momento em que conseguimos o acordo para acelerar e votar o projeto. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Gostaria de dizer ao Deputado Márcio Cunha que não está tarde. Tomamos posse no dia 1º de fevereiro e entrei com esse projeto no dia 25 de fevereiro. Vou explicar como foi a tramitação, e terão mais conhecimento da tramitação e das negociações que tivemos com o Governo e com as várias comissões.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Deputado Doutor Viana, queremos cumprimentar V. Exa., não só pelo pronunciamento como também pela iniciativa. Entendemos que veio em boa hora, e os esclarecimentos que V. Exa. está trazendo são importantes para as pessoas diretamente interessadas e também para o Poder Legislativo.

Por isso, queremos cumprimentá-lo pelo pronunciamento.

Com relação à iniciativa, a consideramos interessante, porque veio corrigir injustiça cometida contra os funcionários da extinta MinasCaixa, liquidação que se deu no dia 15/3/91, exatamente numa transição entre o término de um Governo e o início de outro.

Estamos entendendo que o projeto de V. Exa. tem esse objetivo. A MinasCaixa tinha agências no interior do Estado, principalmente na região da Zona da Mata, onde temos atuação freqüente na política, e, inúmeras vezes, temos sido procurado por ex-funcionários da MinasCaixa para saber sobre o tratamento que receberão dentro do Estado, pois foram jogados dentro de uma "valeta de função pública", sem atribuição específica, em diversos órgãos do Estado. Hoje, além da diferença salarial, há também a valorização profissional. Por isso, entendemos que a intervenção de V. Exa., com a apresentação de um projeto de lei e os esclarecimentos dados, é interessantíssima, para acabar de vez com as dúvidas existentes, e

ficar esclarecido, de uma vez por todas, à sociedade de Minas Gerais, que houve injustiça.

Portanto, queremos, em nosso nome e no de nosso partido, o PFL, nos solidarizar com V. Exa. pelo projeto e pelo pronunciamento que ora faz. Temos certeza de que, uma vez aprovado e sancionado, estarão corrigidas as injustiças praticadas contra os ex-servidores da MinasCaixa.

O Deputado Agostinho Patrús (em aparte) - Deputado Doutor Viana, foi preciso que V. Exa. viesse para esta Casa para que, com sua inteligência e sua vivência de Prefeito e de médico humanista, tivesse a feliz idéia de encontrar uma solução para os funcionários da ex-MinasCaixa.

Pedi um aparte para cumprimentar V. Exa. por essa iniciativa que, de forma inteligente e exequível, vem resolver uma injustiça que já perdura por tantos anos.

Nós, que temos viajado por todo o Estado, a cada momento encontramos ex-gerentes, ex-altos funcionários da MinasCaixa que prestaram longos anos de trabalho, ali exercendo outras funções, com remuneração aviltante.

Portanto, cumprimento-o e estarei ao lado de V. Exa. para aprovação desse projeto.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Doutor Viana, desde que V. Exa. veio para este parlamento, com certeza, a Assembléia Legislativa ganhou muito. Combativo como sempre, respeitoso, inteligente, amigo, tem trazido a esta Casa as verdadeiras lições de trabalho, e, principalmente, de verdadeira amizade. Não poderia deixar de parabenizar V. Exa. pelo belíssimo trabalho e por esse projeto que hoje estamos discutindo.

Não é preciso me alongar porque V. Exa. já expôs os anseios de todos aqueles que almejam a aprovação deste projeto. Estou aqui, também, pelo Sul de Minas, em nome de todos os funcionários da extinta MinasCaixa, para parabenizar V. Exa. É um projeto de alto alcance, que restabelece o direito daqueles que trabalharam por esse órgão bancário. Falo em meu nome e no da Bancada do PSDB. Vamos aprová-lo, através do seu trabalho e da sua eficiência na prestação de serviço a todos aqueles que estão prejudicados. Parabéns, Dr. Viana.

O Deputado Doutor Viana* - Agradeço o aparte dos nobres colegas, que só enriqueceram o meu pronunciamento. Quero também relatar aos Deputados que, ao longo desses mais de 8 meses, esse projeto não está parado. Temos tido contatos permanentes com os ex-funcionários da MinasCaixa, com representantes do Sindicato da MinasCaixa. Fomos ao setor de liquidação da MinasCaixa e fizemos um estudo profundo para que, antes da virada do século, não houvesse falhas nem se frustrassem, mais uma vez, esses sofridos irmãos nossos, companheiros da ex-MinasCaixa.

Por isso, quero agradecer o apoio que tive dos colegas, mas especialmente do meu Líder, do Líder do Governo na Casa e dos companheiros das Comissões de Fiscalização Financeira, de Administração Pública e de Justiça, por onde esse projeto caminhou e foi aprovado por unanimidade, do Presidente da Casa, dos colegas de partido, todos com o intuito de orientar para que esse projeto não falhe. Sabemos que a Casa fez um projeto de lei que deu origem a uma lei, que não foi cumprida nem executada pelo Governo passado.

Agora, queremos que, após a tramitação correta do projeto, a Assembléia de Minas Gerais vote, aprove e que o Governo Itamar Franco sancione a lei. Falo com muito orgulho, porque sou Deputado que faz parte da base do Governo, tenho muita esperança e confiança de que este será um grande Governo para todo o Estado de Minas Gerais, na luta pela defesa e pelo engrandecimento de nosso Estado.

Estivemos, por duas vezes, na Secretaria de Administração do Estado, e o Secretário Sávio Souza Cruz também é sensível, apenas com um discurso de provável vício de origem. Na realidade, isso não ocorre, porque esse projeto estabelece tão-somente que o Estado abra uma negociação caso a caso com todos os ex-funcionários. E ainda beneficia o Estado, que já perde na Justiça várias ações julgadas. Pelo projeto, os ex-servidores, que já têm sofrido muito, ainda abrem mão do passado a que tem direito, pois sabem que, dificilmente, o Estado, que está também passando por dificuldades financeiras, conseguirá salvar ou pagar tudo quanto lhes deve.

Trata-se de um acordo amplo, em que os ex-funcionários, para verem resgatados seus direitos, para verem recuperada sua identidade e verem sendo feita a justiça para com eles e até em respeito à sua dignidade, voltem a recuperar o poder de remuneração que tinham antes da extinção do órgão. Cabe ao Estado negociar caso a caso. Aquele que quer faz. O Estado vai analisar cada caso. Quem não quiser fazer não faz e permanece do jeito que está, de maneira justa para cada um.

A Assembléia não está mandando pagar; não, está abrindo uma negociação entre o Estado e o servidor, e o servidor abrindo mão de seus direitos. Hoje, volto a dizer, o que o Estado já deve a esses funcionários, por ação de uma jogada vencida, já chega a quase R\$300.000.000,00.

O Estado não tem condições de pagar, e todos os funcionários sabem que, se continuarem brigando na justiça, vão receber em precatórios e outros títulos, mas não receberão mais nunca; sabem que ficará para seus netos e bisnetos o resultado dessa ação, porque demorará muitos anos na justiça. Assim, abriam mão e querem recuperado seu poder aquisitivo.

Além de negociar na Secretaria de Administração, fomos ao Secretário José Augusto Trópia Reis, que, sensível, verificou que o que o Estado terá que pagar é muito pouco, considerando-se a importância de se fazer justiça a esses ex-funcionários. O impacto na folha de pagamento é pequeno, e não vai ser difícil o Estado absorvê-lo. Pedi-nos que o fizéssemos a partir do próximo ano, e, por isso, estamos negociando com os ex-funcionários, deixando para votar agora. Tudo foi negociado, em tudo foi buscado um entendimento.

Ainda fomos ao Secretário Hargreaves, que também tomou conhecimento e foi sensível ao projeto.

Para terminar, quero dizer também que o Governador Itamar Franco, ainda em campanha para o Governo do Estado, enviou a seguinte carta assinada por ele a cada ex-funcionário da ex-MinasCaixa. Todos a receberam. (- Lê:)

"Prezado amigo, funcionário da MinasCaixa,

Venho acompanhando, há tempos, a luta de vocês, para manter sua dignidade e conquistas, obtidas através do tempo, com muito trabalho e abnegação.

Sempre considerei legítima essa luta de uma classe que foi arrancada de seu ambiente de trabalho, de suas obrigações, que durante toda a vida cumpriu com honradez e dedicação e foi lançada em uma situação de incertezas.

Tudo isto já seria terrível não houvesse ainda, por parte de setores do Governo, uma perseguição obstinada a vocês, relegados a uma condição bastante desconfortável, como pessoas indesejáveis dentro do serviço público estadual.

Quero deixar bem claro que tenho conhecimento das decisões judiciais favoráveis aos funcionários da MinasCaixa e da condição injusta que lhes foi imposta pelo Governo Estadual.

Deixo claro também que, em meu governo, não permitirei essas situações de desrespeito à lei e que os direitos dos funcionários da MinasCaixa, como de resto o direito de todos os cidadãos, serão respeitados. Quando no cargo de Presidente da República, lembrem-se, resolvi casos semelhantes, sendo o mais notório o dos 147% dos aposentados, sem traumas, mas com firmeza tal que a lei passou a ser respeitada. Esta será a forma de minhas atitudes como Governador de Minas Gerais.

Conto com seu apoio, com o seu voto e com seu trabalho, e de seus familiares e amigos para alcançar essa condição.

Um forte abraço de Itamar Franco."

Então, o Governador é sensível e - tenho certeza - irá dignamente restabelecer a justiça para os ex-funcionários.

Quero também dizer aos Srs. Deputados que o companheiro Deputado Antônio Carlos Andrada entrou com um substitutivo para esse projeto, que nada mais é do que a sua cópia, só que restituindo a todos o direito de receber o que realmente ganharam na justiça, situação que 99,9% dos ex-funcionários da MinasCaixa não querem, porque, se acontecer, o Governo do Estado não poderá pagar. Assim, esse projeto de lei, transformado em lei, poderá novamente não ser cumprido pelo Estado de Minas Gerais.

Mas, sensível também às informações e esclarecimentos que tanto eu quanto a minha assessoria lhe prestamos, o nobre Deputado Antônio Carlos Andrada comprometeu-se a retirar o substitutivo para não prejudicar os funcionários, desejando, no entanto, fazer um pronunciamento durante a sua discussão.

Espero que chegue a tempo, porque esse é seu desejo, e todos torcemos para que retire o seu substitutivo. Porém, ele não se encontra na Casa, de modo que, correndo tudo bem, resgataremos definitivamente essa injustiça para com os ex-funcionários da MinasCaixa. Peço, mais uma vez, a sensibilidade de todos quando da votação deste projeto. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer o teor do projeto. Na verdade, são várias firmas, contratadas pelo Estado, para prestar serviço de terceirização, que não quitam, com seus funcionários, os débitos trabalhistas. Esse projeto deverá incluir a necessidade de se quitarem esses débitos para que a firma possa ser contratada pelo Estado. Ela terá que se comprometer com isso para a proteção dos próprios funcionários e para que o Estado não tenha que arcar, depois, com os direitos trabalhistas não quitados pelas firmas. O projeto tem alcance social importante para os trabalhadores que prestam serviço para empresas terceirizadas.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero agradecer, desde já, ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo parecer emitido sobre nosso projeto e considerar um grande avanço para a democracia, principalmente no tocante à transparência e à possibilidade de se abrir a execução orçamentária, abrir o Sistema Integrado de Administração Financeira, SIAF, que contém todas as receitas e despesas do Estado de Minas Gerais, ao cidadão mineiro.

Assim sendo, atendendo a pedido da maioria, estamos encaminhando esse projeto, na certeza de que os nobres pares desta Casa irão aprová-lo.

E o que queremos com esse projeto? Que o cidadão tenha o direito, já garantido na Constituição e agora viabilizado, de ter todas as informações a respeito da execução orçamentária e dos serviços públicos.

Vai estar disponibilizada a execução orçamentária para que os cidadãos a acompanhem, principalmente porque sabemos que muitos parlamentares da Casa mandavam informar aos Prefeitos quanto estava sendo liberado de recursos para seu município. Muitas vezes, o Prefeito pedia informações à Câmara Municipal, e os Vereadores não tinham conhecimento dos valores que eram repassados aos municípios.

Tivemos o caso da Lei Robin Hood, que foi um grande avanço, trazendo grandes benefícios para vários municípios, e muitos municípios não ficaram sabendo dos recursos. Consideramos um avanço, estamos satisfeitos com o parecer e temos a certeza de que os nobres pares da Casa o aprovarão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Hely Tarquínio - Ilustre Deputado Miguel Martini, gostaria de cumprimentá-lo pela proposta do seu projeto. V. Exa. visa sempre aperfeiçoar esta Casa, preocupado com a vida do cidadão, que tem de tomar conhecimento das ações do Governo e de como as coisas acontecem. Esse projeto do ilustre Deputado Miguel Martini facilita a vida do cidadão para seguir "pari passu" a vida do Estado, os gastos e as informações de que tem necessidade. Parabéns, Deputado Miguel Martini, encaminhamos favoravelmente.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou gastar apenas 3 minutos e peço a compreensão dos Deputados. O projeto que apresentei a esta Casa é de suma importância para a empresa. Como todos os senhores sabem, exerci minha atividade profissional durante 26 anos, naquela casa, e um dos graves questionamentos feitos por todas as Prefeituras e entidades era relativo à atuação daquela empresa, que era muito limitada no Estado de Minas Gerais, apenas ao serviço de saneamento básico. Essa é a grande reclamação, a empresa não podia estender sua atuação, porque a legislação não permitia. Esse projeto de lei, se aprovado - e tenho certeza de que vou contar com o apoio dos caros colegas -, possibilitará à COPASA, se assim desejar sua direção, ampliar seus serviços fora da atividade de água e esgoto, podendo atuar, também, na atividade de resíduos sólidos e, ainda, ampliar sua atuação, participar de licitações fora do Estado e até mesmo fora do País. É um momento muito importante para a empresa, principalmente agora, que atravessa uma fase bastante difícil.

Tivemos, na última semana, a aprovação, através de uma emenda "frankenstein", na Câmara Municipal de Belo Horizonte, os serviços repassados para a SUDECAP, serviços de grande importância para a população de Belo Horizonte.

Esse projeto possibilitará à empresa ampliar a sua atuação e, conseqüentemente, a sua afirmação como empresa prestadora de serviços. Portanto, peço a todos apoio à aprovação desse projeto. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, quero apenas fazer referência à importância desse projeto. Desde 1980, a Organização Mundial de Saúde vem divulgando um documento, no qual se adota uma nomenclatura única para a universalização de definições.

Gostaria de dizer que esse projeto não é somente uma iniciativa nossa. Foi discutido com entidades, como a FADEMG e o CAAT, de Betim. É uma proposta discutida com as próprias pessoas que são portadoras de deficiência.

Concordamos com o Substitutivo nº 1, porque aprimora o projeto, e com a emenda.

88ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 3/11/99

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, pessoal da imprensa, telespectadores da TV Assembléia, gostaríamos de discutir dois assuntos que estão colocados em nosso País e, especialmente, em nosso Estado.

Não poderíamos deixar de fazer menção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no início da nossa fala, ao escândalo que estamos acompanhando, em nível federal, hoje, em que está envolvido o Ministério dos Transportes e o DNER. São lamentáveis as denúncias que estamos acompanhando, são da maior gravidade.

O DNER, há pouco tempo, esteve envolvido em algumas denúncias gravíssimas, como o asfaltamento de ruas em algumas cidades, usando o asfalto da BR-381 - esse asfalto da BR-381 estava sendo usado em algumas cidades para beneficiar candidatos -, e o superfaturamento do serviço odontológico para os funcionários do DNER. Mais uma vez, o DNER está envolvido em denúncias gravíssimas: pagamentos dos precatórios, sendo beneficiadas pessoas que pagam 15% para uma caixinha no DNER, no Ministério dos Transportes.

Penso que o Presidente da República e os órgãos federais devem, imediatamente, explicar à população brasileira essa maracutaia, essa vergonha que está acontecendo no DNER, que

está acontecendo no Ministério dos Transportes. Do pagamento dos precatórios, 15% ficam para essa caixinha. Tivemos a informação do afastamento do Procurador e do Diretor Financeiro do DNER. Sabemos do valor de alguns precatórios, que chegam a R\$1.900.000,00. É uma verdadeira vergonha o que está acontecendo. O Presidente da República tem de tomar uma atitude em relação ao Ministério dos Transportes, em relação ao DNER. O que acontece no DNER mancha e macula o Governo Federal. Não só esse fato macula, fato que, por si só, é gravíssimo, como também o que já foi denunciado anteriormente sobre esse órgão. É uma vergonha.

Temos a BR-040 com a situação do Viaduto Vila Rica da mesma maneira, enquanto o Ministério dos Transportes absolutamente nada faz; vemos a má situação em que se encontram as nossas estradas, enquanto esse roubo, esse assalto acontece.

É lamentável vermos repetir-se mais uma denúncia dessa gravidade no Ministério dos Transportes, no DNER.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Não somente por meio da BR-040, mas de todo o traçado de estradas do País, vemos a necessidade de integração das regiões, com a comunicação dos grandes centros entre si e com as regiões rurais. Essas estradas, em péssimo estado de conservação, têm trazido um grande ônus para a sociedade brasileira. Sendo assim, essa discussão, Deputado, deve ser colocada na ordem do dia, pois é de máxima importância. Não é possível aceitar a corrupção que rola naquele Departamento, enquanto a sociedade paga seus impostos e não os tem de volta. Temos uma das maiores tributações do mundo, mas, enquanto outros países, com o mesmo nível de tributação, têm uma excelente qualidade de vida, aqui não vemos nenhum investimento nesse sentido. Portanto, quero apoiar V. Exa. nesse pronunciamento, dizendo que essa situação é uma vergonha para nós, pois sabemos da necessidade de integração neste País. Quantas cidades no interior estão isoladas, não têm estradas asfaltadas e, na época das chuvas, não podem escoar sua produção, ficando os agricultores prejudicados! Isso é um absurdo, uma vergonha, e temos que denunciar os fatos, alto e bom som, pois não é possível que os recursos existentes no Tesouro Federal possam ser surrupiados dessa maneira, graças à plena corrupção, denunciada por uma jornalista da "Folha de S. Paulo". Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradecemos a intervenção do Deputado Edson Rezende. Essa situação é realmente lamentável. Apresentaremos um requerimento para que sejam apuradas, com rigor, todas as responsabilidades dessas pessoas que estão se beneficiando dos recursos públicos. Temos viajado muito e conhecemos bem a situação da BR-262, com seus pontos críticos, onde acontecem vários acidentes. O Governo Federal, o DNER e o Ministério dos Transportes alegam não ter recursos, mas os têm para essa corrupção, ou seja, há recursos para o pagamento adiantado de precatório e para a caixinha do Ministério dos Transportes. Estamos denunciando seguidamente essa situação do Governo Federal. É governo do PSDB, mas é dominado pelo PMDB. O PMDB é Governo Federal, é governo Estadual e é Governo Municipal em Belo Horizonte, mas quer, ao mesmo tempo, fazer oposição. Como fazer oposição dessa maneira, com o Ministério dos Transportes nessa situação?

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. o aparte e gostaria de cumprimentá-lo pela escolha dos temas que tem trazido a esta tribuna, em uma demonstração, acima de tudo, de responsabilidade. O Deputado João Leite tem feito um trabalho esplêndido de denunciar o que está errado, apontar as falhas e resolver os problemas. Especificamente com relação ao DNER, tivemos uma grande surpresa, mesmo porque, no final do ano passado, tivemos a oportunidade de conhecer o Ministro Eliseu Padilha, gaúcho, do PMDB, que cumpriu tudo o que acertamos em relação à BR-035 nesse encontro, juntamente com o Deputado Fernando Diniz. Mas, hoje, aquele Ministério se vê manchado por uma série de denúncias.

É um dever do Presidente da República e das pessoas que compõem o seu "staff" tomar uma providência. A denúncia foi muito grave e clara. Não podemos deixar passar despercebido, não podemos fazer ouvidos de mercador, não podemos ignorar uma denúncia dessa natureza, porque trata-se de milhões e milhões de reais, que são recursos do povo brasileiro. Portanto, isso precisa de uma explicação.

Como bem disse V. Exa., em Minas Gerais temos algumas BRs que estão em estado de calamidade pública, intransitáveis, algumas estradas que precisam dos recursos do Governo Federal. Assim, não podemos ver calados o escoamento dos recursos públicos, por meio de denúncias como essa, sem que medidas sejam energicamente tomadas. Mas não as medidas que foram anunciadas hoje, como a demissão do chefe do departamento financeiro, isto é, a demissão de pessoas do terceiro escalão. É necessário que as pessoas responsáveis paguem, doa a quem doer. Parabéns, Deputado João Leite!

O Deputado João Leite - Agradeço a intervenção do Deputado Carlos Pimenta e, com muito prazer e respeito, concedo aparte ao Deputado Luiz Menezes.

O Deputado Luiz Menezes (em aparte) - Deputado João Leite, primeiramente, quero bater palmas de contentamento por sua atuação, denunciando as bandalheiras que ocorrem neste País, que, lamentavelmente, é dominado por todos os lados pela corrupção. Assim, temos de protestar. Não medirei esforços nem pouparei sacrifícios, farei o difícil e tentarei fazer até o impossível para que possamos ao menos diminuir a corrupção no Brasil. Era o que gostaria de dizer. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço a intervenção do Deputado Luiz Menezes, que, como ex-Prefeito de Itabira, é conhecedor da situação da BR-262, especialmente o trecho até Monlevade, cujas obras estão sendo aguardadas durante anos e anos, local em que perdemos tantos cidadãos mineiros. Há muito tempo, estamos esperando a duplicação da BR-262, ligando a Região Sul do País a Ipatinga e a Governador Valadares. No entanto, os recursos do Governo Federal estão sendo desviados vergonhosamente pelo Ministério dos Transportes, pelo DNER.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado João Leite, boa-tarde aos demais Deputados. Gostaria de aproveitar esta intervenção para lembrar que o Governador Itamar Franco esteve, nesta semana, em sua terra natal, que é Juiz de Fora, onde assinou vários convênios, beneficiando aquela cidade com uma nova adutora, novo sistema de iluminação em todo o centro comercial, casas populares e 400km de asfalto, que serão aplicados na região periférica. Gostaria de lembrar ao Sr. Governador que em Minas Gerais não há apenas Juiz de Fora, pois são mais de 800 municípios.

Quero perguntar ao nobre Deputado João Leite - que é muito mais conhecedor das necessidades de Minas Gerais, porque está aqui há mais tempo: será que os outros municípios também estão recebendo algum benefício do Governo do Estado, como 400km de asfalto, de concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ -, iluminação nova, casas populares, adutora e dinheiro para ser emprestado ao micro-empresário? Tudo isso está acontecendo em Juiz de Fora. Não tenho nada contra Juiz de Fora, que também é minha cidade. No entanto, hoje, como Deputado do Estado de Minas Gerais, tenho de perguntar: será que os outros municípios também estão recebendo alguma coisa? Era somente isso, Deputado. Obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Alberto Bejani. Existe ainda uma situação mais grave. Esperamos que, a exemplo de Juiz de Fora - que é uma cidade tão importante para os mineiros, e reconhecemos a luta empreendida por V. Exa. nesta Assembléia na defesa de sua cidade -, o Governador Itamar Franco anuncie obras para os outros municípios e decline a sua preferência com relação ao candidato à Prefeitura, como fez em Juiz de Fora, pois, ao mesmo tempo em que anunciou as obras disse qual era o seu candidato à Prefeitura dessa cidade. Espero que o Ministério Público, sempre tão atento, preste atenção a esse movimento em Juiz de Fora, ou seja, o anúncio de tantas obras ocorrendo ao mesmo tempo do anúncio do candidato da preferência do Governador do Estado. Esperamos que isso ocorra também nos outros 852 municípios de Minas Gerais. Todos estamos ansiosos por saber, além de Juiz de Fora, quais são os candidatos de preferência do Governador Itamar Franco, além das obras que serão realizadas nos outros municípios, com todo esse "show", isto é, ao mesmo tempo que anuncia as obras, com fogos, com luzes, anuncia também o candidato de preferência. Portanto, espero que o Ministério Público esteja acompanhando o que houve em Juiz de Fora. Todos estamos acompanhando e esperamos justiça, Deputado Alberto Bejani. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, povo de Minas Gerais, na semana passada, desta mesma tribuna, tecíamos comentários acerca de duas medidas, extremamente antipáticas e injustas, tomadas pelo Governo do Estado contra municípios e associações microrregionais. Manifestávamos o nosso inconformismo com a decisão do DER de recolher as máquinas que foram emprestadas a todas as microrregiões do Estado e que estavam fazendo um belo trabalho para os municípios mais carentes. Solicitamos também, naquela ocasião, do Secretário Sávio Souza Cruz, que fizesse cessar aquele ato contra algumas pequenas Prefeituras, que tinham alguns veículos, a grande maioria deles velhos, acabados, cedidos pelo Estado e que estavam prestando um grande trabalho nas áreas de educação, social e de saúde.

Citemos como exemplo a cidade de Verdelândia, no Norte de Minas. Hoje, volto a citar essa cidade, com pouco mais de 7 mil habitantes, às margens do rio Verde Grande, perto das cidades de Janaúba e Jaíba.

Neste final de semana, o Prefeito José de Souza Gomes, nosso companheiro e amigo, José Didi, promoveu um ato que, no mínimo, foge aos padrões - ao comemorar o mês das crianças, escolheu, através das escolas municipais, mais de uma centena de crianças que nunca tinham saído da zona rural e jamais tinham tido acesso a uma televisão, famílias inteiras que viviam num total abandono e sem contato literalmente com a civilização, para fazerem uma visita de um dia à cidade de Montes Claros.

Passaram, conheceram o centro cultural, a biblioteca. Viram pela primeira vez um cinema. Visitaram os parques, o zoológico de Montes Claros. Passaram um dia inesquecível e retornaram à noite para Verdelândia.

Alguém poderia perguntar o que esse fato tem de relevante. Cito esse fato apenas para mostrar que muito pouco resta aos pequenos municípios, ou melhor, a quase todos os municípios mineiros e brasileiros com escassez de recursos. Cito esse fato para mostrar o contraste que existe entre o Norte de Minas e as outras regiões do nosso Estado. Esse contraste ficou expressamente manifestado nas audiências públicas realizadas em Montes Claros, quando, de dez prioridades, seis foram para atender, o mínimo possível, com dignidade, ao povo daquela região no tocante à eletrificação rural, à perfuração de poço artesiano, ao conserto de algumas estradas, enfim, necessidades básicas que há décadas não existem no Sul do Estado.

Está de parabéns o Prefeito de Verdelândia. Mostrou que a grande mídia, o Sistema Brasileiro de Televisão - SBT -, a Rede Globo, o "Estado de Minas" e a "Folha de São Paulo", pôde seguir o "passaio" dessas crianças. Esse episódio serviu para mim e para todos nós podermos denunciar o descaso que ainda existe para com aquela região, a sua falta de estrutura, e, também, para nos dar uma lição, uma lição de cidadania, uma lição de respeito ao cidadão, e, acima de tudo, para mostrar que todo o trabalho que fizemos nos últimos quatro anos está começando a aparecer. Os frutos desse nosso trabalho estão aparecendo.

E para mim, em particular, como Deputado Estadual no segundo mandato, como também são os nossos colegas aqui presentes, deu-me outra lição: todo trabalho que fizemos de emancipação dos pequenos municípios, hoje, praticamente, está sendo recompensado e reconhecido, graças ao desenvolvimento que esses pequenos municípios tiveram nos últimos quatro anos. Verdelândia pertencida à cidade de Varzelândia e, após a emancipação política, teve um avanço fantástico. Hoje o município conta com sistema de abastecimento de água tratada pela COPASA, quando, antigamente, as pessoas eram obrigadas a beber água de poços artesanais e de cisternas, a grande maioria contaminados. A cidade não tinha energia elétrica, não tinha nenhuma estrutura urbana, não tinha o mínimo de atendimento na área da saúde. Hoje tem um posto de saúde, tem calçamento, pracinhas que estão sendo construídas, e, principalmente, o seu povo tem esperança. E o Governo do Estado está preocupado em dotar ainda mais esses municípios e diminuir a distância que ainda existe entre o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha com o resto do nosso Estado.

Procurarei, a partir deste momento, a partir de exemplos como o de Verdelândia, de Ponto Chique, às margens do São Francisco, recém-emancipado; de Matias Cardoso, também às margens do São Francisco; de Jaíba, que foi emancipada e já conta com mais de 30 mil habitantes e vai ser uma das cidades mais importantes deste Estado nos próximos 10 anos. Cidades como Patis, Guaraciama e várias outras.

Acho que o Congresso está devendo uma satisfação ao povo brasileiro, de maneira muito especial ao povo deste Estado, porque o projeto que prevê novas emancipações, que muda as regras do jogo, que estabelece normas, diretrizes e condições para novas emancipações está enalado no Congresso Nacional, e não há nenhuma perspectiva ou notícia de que venha a ser, novamente, regulamentado pelas Assembléias Legislativas. Seguramente, em Minas Gerais existem, pelo menos, mais 30 ou 40 distritos em condições de ser emancipados, em condições de poder ter a mesma chance e a mesma oportunidade de outros 100 municípios que foram emancipados na última legislatura. É necessário que os Srs. Deputados Federais e que os Srs. Senadores pelo menos dêem uma resposta, pelo menos estabeleçam novas regras e condições porque, se esses 30 ou 40 distritos, hoje em condições de emancipação, não tiverem essa nova oportunidade, certamente irão continuar presos, dependentes e sem condições e oportunidades de devolver a cidadania a milhares de pessoas em nosso Estado que estão à espera desse grande benefício.

Quero terminar, Sr. Presidente, tecendo alguns comentários acerca do orçamento participativo da reunião que aconteceu em Montes Claros na última quinta-feira, dia 28, uma reunião extremamente importante, bem "participativa" na essência da palavra, e que contou com a presença de mais de 365 lideranças. A reunião de Montes Claros - não sei se aconteceu também nas outras regiões - mostrou claramente a esperança e a vontade do povo daquela região em ter acesso a um programa do Governo do Estado. Não quero aqui fazer nenhuma crítica ao Governador, mas gostaria, sinceramente, que a meta de governo, que o programa do Governador Itamar Franco pudesse ser claramente debatido nesta Casa. Estamos observando uma série de medidas atropeladas, uma série de medidas sem uma diretriz bem-ordenada e bem-organizada. Não sabemos o que vai acontecer ou quais são os programas específicos para todas as regiões do Estado. Agora mesmo, o Deputado Alberto Bejani, que é de Juiz de Fora, que foi Prefeito daquela cidade e que hoje é Deputado representante daquele povo, veio anunciar, na presença do Sr. Governador, talvez pela 30ª vez, o lançamento da candidatura à reeleição para Prefeito daquela cidade de quem, por coincidência, é o Presidente da Associação Mineira de Municípios, e vem abrir oficialmente o processo sucessório, atropelando todo o bom-senso, recebendo milhões de reais em obras, conforme disse o próprio Deputado Bejani, mostrando claramente a discrepância que existe de tratamento para Juiz de Fora em relação aos outros 852 municípios.

Queremos que Juiz de Fora cresça e receba os benefícios. Mas é necessário que se reparta o bolo do Estado, os orçamentos do Estado. É necessário que o Prefeito de Juiz de Fora, representante máximo dos municípios mineiros, se empenhe na atitude que aconteceu em sua cidade no fim de semana. E que assuma de fato a defesa dos outros 852 municípios que estão constantemente sendo vítimas do descaso ou, no mínimo, da ignorância do Palácio da Liberdade. É necessário que se inteire de sua responsabilidade, tome as dores e use a estrutura da sua associação, para defender as microrregiões, associações regionais e municípios que estão sendo perseguidos e passando pela humilhação de devolver um carro fiat uno-1986.

A responsabilidade é do Sr. Tarcísio Delgado, Presidente da Associação de Municípios do Estado. Ele não é apenas o Prefeito do Sr. Itamar Franco; é Prefeito de Juiz de Fora e representante maior de todos os outros municípios do Estado. Não queremos tentar inibir os benefícios que vão para Juiz de Fora. É uma grande e belíssima cidade. Mas é necessário que as outras cidades também tenham acesso às benesses do Governo do Estado. É necessário que a Associação Mineira dos Municípios levante a bandeira do municipalismo mineiro. É necessário que o Sr. Tarcísio Delgado, antes de lançar a sua candidatura à reeleição em Juiz de Fora, lance um movimento em defesa dos municípios de Minas Gerais que estão à mercê da sorte, sem nenhuma estrutura e ávidos para receber alguma notícia do Palácio da Liberdade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada e público presente, é com imensa tristeza que volto a esta tribuna para dar uma notícia que certamente os Deputados já conhecem. Neste final de semana, tivemos mais uma perda de um policial, que servia há 18 anos na Polícia Militar. Casado, pai de dois filhos - uma filha de 11 anos e um filho de 7 -, estava "pegando bico" numa danceteria para completar o seu salário. Esse policial ganhava R\$20,00 por noite para completar o seu salário.

Quando vemos a polícia agir arbitrariamente, recebemos inúmeras críticas e queixas. Concordo, porque é para isso que o parlamento serve e a população tem que cobrar o seu serviço de segurança pública. Mas não podemos esquecer que o policial, para que tenha dignidade, para que possa servir à sociedade, para que possa garantir o direito de ir e vir do cidadão e defender o patrimônio e a liberdade, deve ter no mínimo uma condição digna de vida. Infelizmente, há muito tempo isso não acontece no Estado.

Por isso, enquanto for Deputado e estiver exercendo as minhas funções na Casa, ficarei vigilante e atento 24 horas por dia. Não deixarei passar em brancas nuvens as mortes dos nossos companheiros, dos nossos servidores da segurança pública de uma forma geral, quer sejam policiais civis, militares, federais ou rodoviários federais. Queremos demonstrar a toda a sociedade que esse servidor precisa ser respeitado e tratado com dignidade. Há alguns dias, denunciámos que um Cabo foi morto, no Bairro Cabana, porque era vizinho de um traficante - e não queremos isso para nossa polícia.

As esposas e filhos dos Deputados, do público presente e dos telespectadores que nos ouvem querem ter segurança. Queremos que nossos filhos possam ir à escola e voltar livremente; que nossas esposas possam fazer compras em supermercados ou em lojas dos centros urbanos e possam voltar livremente. Para isso, temos de pensar que esse servidor, realmente, precisa não de um tratamento especial, mas de um tratamento à altura, como o têm o Juiz, o Promotor, o Deputado e o Secretário de Estado. Ele precisa de um tratamento mínimo para exercer sua profissão dignamente. E um cidadão que precisa "pegar bico" para ganhar R\$20,00 a mais, para dar uma vida mais digna à sua família merece, realmente, um pouco mais de respeito e um carinho especial da sociedade e, principalmente, do Governo do Estado.

Foi por essas razões que vim a esta tribuna. Nas últimas pesquisas para a sucessão municipal de Belo Horizonte, a segurança pública foi apontada como a prioridade número um, a bandeira que o próximo Prefeito deveria defender. Então, estamos aqui mostrando a necessidade de termos uma política de segurança mais eficaz, que receba investimentos não só na melhoria das condições de trabalho - com coletes à prova de bala, algemas e novas viaturas e armamentos -, mas também no homem; a necessidade de que se invista nas condições para que o policial possa prestar seu serviço com segurança. Não adianta termos um cidadão que vai prestar um serviço de segurança, se ele mesmo não tem segurança para prestar esse serviço.

E essa segurança, Srs. e Sras. Deputadas, implica também em vencimentos dignos, em salários condizentes com a realidade social do Estado e do País. E, infelizmente, R\$500,00 por mês ainda não é um salário com o qual possamos viver dignamente. Se fosse, não veríamos vários policiais morrendo ou sendo baleados quando "pegavam bicos", como foi o caso do soldado Mendes, a quem visitei no Hospital Militar e que fazia a segurança em um restaurante no Bairro Alípio de Melo. Ele foi baleado com cinco tiros e está internado até hoje. Quer dizer, se temos policiais sendo mortos ou baleados porque estão "fazendo bico", há algo de errado.

Então, temos de investir um pouco mais em nossa segurança, na segurança de toda a sociedade; investindo no homem, estaremos investindo na segurança de todos, pois, conseqüentemente, ele prestará um serviço melhor. Então, que ele possa morar dignamente e viver dignamente com seu salário. Ai, sim, poderemos subir a esta tribuna e cobrar muito mais a qualidade dos serviços desses servidores públicos que são os policiais civis e militares - aqueles que realmente trabalham na área de segurança pública.

A pesquisa que citamos aponta a segurança como a prioridade número um que o futuro Prefeito de Belo Horizonte terá de enfrentar nas próximas eleições. E por que nós, Deputados, não termos um carinho especial, no orçamento de 2000, com a segurança pública em nosso Estado? Precisamos investir na segurança pública. Não agora, exatamente, mas não deixemos que nosso Estado vire um Rio de Janeiro ou São Paulo, onde o crime já se enraizou de tal maneira, que a polícia precisa de 10 ou 15 viaturas para subir em uma favela. Aqui, não. Graças a Deus, aqui uma viatura policial, militar ou civil, ainda sobe em qualquer morro ou favela - onde, infelizmente, estão enraizados os pontos de droga - e vai atender o cidadão e resolver o problema. Em Belo Horizonte, não podemos deixar que o crime caminhe para uma situação em que não haja mais estratégia alguma que possa revertê-la. Então, temos de estar atentos.

Como Deputado que carrega a bandeira da segurança pública, que chegou a este parlamento defendendo essa bandeira, já disse, por várias vezes, que sempre estarei atento a isso, denunciando que nosso policial também é vítima - vítima da má distribuição de renda, de políticas que não atingem determinadas classes. A ele, não deve ser dado um tratamento especial, mas digno, com vencimentos dignos, para que, amanhã, seu superior, seu Comandante de Batalhão, não venha a puni-lo porque estava "pegando bico" ou dormindo no local de trabalho - pois pegou uma viatura e, infelizmente, depois de rodar por toda a noite, teve de ir "pegar um bico". Ai, sim, ele estará prestando um serviço de má qualidade à sociedade.

Enquanto não ganhar um salário condizente, com o qual o policial possa viver com dignidade, infelizmente não poderá ser punido. Prefiro ver policiais acumulando serviços, fazendo "bicos", a vê-los enveredando pelo caminho da extorsão, do tráfico, envolvendo-se com quadrilhas e assaltando Bancos. Disse um sociólogo, com quem concordo inteiramente, quando do movimento de julho de 1997, que prefere ver uma polícia rebelde, insurreta, a vê-la obediente, mas corrupta. Esse sociólogo descreveu com muita precisão o motivo pelo qual a polícia fazia aquele movimento. Queremos dignidade. O servidor da segurança pública quer receber seu vencimento ao final do mês e, com ele, conseguir fazer seu armazém e pagar a prestação de uma casa digna, tendo, ainda, direito ao merecido descanso semanal.

Antes de investir em viaturas, armamentos, coletes à prova de bala, temos que pensar no homem que vai servir à sociedade, proteger os adolescentes à noite. Precisamos de uma polícia respeitada, que tenha dignidade para exercer o seu papel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço-lhes que tenham um carinho especial na destinação da verba para a segurança pública, no orçamento para o ano 2000. Venho cobrar do Governador Itamar Franco a adoção de uma política salarial compatível e digna. Nesta Casa, estará sendo votado o regulamento disciplinar e o estatuto de pessoal, quando esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa para que possamos resgatar a dignidade do servidor da segurança pública. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador Itamar Franco solicitou que, toda vez que houvesse uma denúncia em seu Governo, ocupássemos a tribuna ou nos dirigíssemos pessoalmente a ele. Prefiro ocupar o lugar que me foi destinado pela população de Minas, que é a tribuna desta Assembléia. Na semana passada, os moradores da periferia de Belo Horizonte foram surpreendidos com um aumento linear de R\$0,10 nas tarifas do transporte coletivo da Região Metropolitana, autorizado pela Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, R\$0,10 nas tarifas representam 10% em algumas, mas representam 20% em grande parte delas. O sistema de transporte, neste ano, foi beneficiado com 46% de aumento, sem que nenhuma justificativa plausível se tenha para sustentar essa aberração. O Governador Itamar Franco disse que em seu Governo nada aconteceria que não fosse defensável. Pergunto ao Governador: um aumento desses, na calada da noite, se deve à aquiescência de quem? Do Governador do Estado? Ele estava viajando.

Como se isso não bastasse, a nossa gloriosa PMMG tem feito "blitze" sistemáticas para prender os perueiros que trafegam cada vez em maior número não só na nossa Capital como também na Região Metropolitana.

Posso não ter freqüentado escolas por muito tempo, mas imbecil não sou. Faço uma pergunta aos Srs. Deputados: um carro é construído para o transporte de passageiros; o DETRAN-MG emplaca esse carro para transporte de passageiros; numa "van" que serve para transportar 12 pessoas, é colocada uma placa de aluguel, e a nossa gloriosa PM vai ajudar a BHTrans e o DER-MG a apreender esse carro, porque ele não pode transportar passageiros?

Clandestinos? Tudo bem. O sistema de transporte coletivo, que não tem concorrência há 30 anos e só consegue prorrogação à base de propinas e corrupção, é legal? Mais uma pergunta para o Governador Itamar Franco: Dr. Itamar Franco, no seu Governo, permanece o mesmo sistema de propinas para manter as concessões de ônibus na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em Minas Gerais?

Governador, o senhor está com a palavra sobre o aumento de R\$0,10, na calada da noite, e a perseguição aos perueiros, dentro do Estado de Minas Gerais, da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o apoio da nossa gloriosa PM, que, ultimamente, tem tido muito trabalho para fazer manobras em Furnas e para prender perueiros. Os ladrões estão soltos pelos quatro cantos da nossa Região Metropolitana e de Minas Gerais. Polícia para prender esse povo, não tem; mas, para prender perueiros que fazem transporte clandestino, tem; para prender os empresários de ônibus que fazem transporte clandestino, não tem. Se o senhor não explicar, Governador, não vou conseguir entender. Muito obrigado.

89ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 4/11/99

O Deputado Pastor George - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, membros da Casa, órgãos da imprensa, senhoras e senhores e telespectadores da TV Assembléia, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de ler as notas taquigráficas da reunião de sexta-feira, quando se discutiu, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 301/99, deste Deputado. Na oportunidade, tivemos a infelicidade de ouvir frases que discriminaram este Deputado. O Sr. Presidente disse: "A Presidência alerta os Deputados para o fato de que o projeto que estabelece condição para o comércio de bebida alcoólica no Estado e é de autoria de um Pastor". Foi aparteado pelo nobre Deputado Antônio Genaro, que argüiu o porquê daquela frase tão infeliz.

Antes de comentar sobre essa questão, quero dizer que o nosso projeto foi resultado de um estudo feito não somente por profissionais da área, mas também foi fruto de várias reportagens, como a da jornalista Sílvia Ruiz, da "Folha de S. Paulo", que assinou, no caderno "Folha Teen", a matéria intitulada "Onde Acaba Essa Festa?". A reportagem aborda o consumo de bebida alcoólica por parte de jovens, adolescentes. O projeto visa educar o adolescente com relação à bebida, e não proibir as pessoas de beber. O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, em uma pesquisa realizada com estudantes, revela que a bebida alcoólica tem um consumo de 15%, enquanto a maconha é usada por 1% dos jovens no universo pesquisado. A cerveja é a bebida mais consumida pelos jovens.

Em relação aos acidentes de trânsito, os dados apresentados pela matéria simplesmente apavoram; pesquisa realizada pelo Instituto Raíd revelou a presença de álcool em 61% dos casos, 7,3% de maconha e 2,3% de cocaína. O mais impressionante é que a maior parte dos acidentes ocorreram em finais de semana, e as vítimas tinham entre 13 e 17 anos.

Meus caros pares, o alcoolismo deve ser tratado como uma doença tanto da pessoa envolvida como de toda a família. A dependência não difere psicologicamente de outras drogas; assim, tanto as fases como o desenvolvimento emocional do dependente e a recuperação são idênticas, não importando qual a droga consumida, álcool, cocaína, "crack", maconha, para ficarmos só nestas.

A bebida, muitas vezes, é pretexto para encontros sociais, sendo, em algumas situações, a principal convidada. Quando a pessoa começa a beber, é criada uma dependência emocional inicialmente; posteriormente, vem a dependência física, causando predisposição orgânica, permeada por sentimentos de desilusão, angústia e frustração, entre outros aspectos de ordem psicológica. Os jovens atingidos tornam-se um problema que tem que ser debatido e assumido por toda a sociedade. Neste parlamento, temos a obrigação de discutir e propor soluções para esse gravíssimo flagelo social.

A matéria da "Folha de S. Paulo" também aborda o aspecto publicitário: os jovens são o alvo e a meta dos fabricantes de bebidas pelo seu potencial de consumo, com o apelo de que a vida é uma festa.

Caros Deputados, não é novidade para mais ninguém o grave momento que estamos vivendo, crise de um modelo econômico falido que teima em privilegiar o capital especulativo em detrimento de investimentos produtivos, ainda com o discurso de que o mercado regula toda a atividade econômica. Com esta máxima, de que o mercado regula tudo, vêm agora as indústrias de bebidas eleger os adolescentes, que estão em formação moral, ética, educacional, comportamental, como o seu público-alvo.

É injusto, desleal e covarde. Não somos contra o lucro ou o retorno do capital investido, mas a publicidade tem que ser responsável e cidadã. Apelo, mais uma vez, aos senhores publicitários e às agências, setor forte, organizado e competente da economia, para que meditem sobre a responsabilidade e a seriedade do ato de criarem propagandas de estímulo ao consumo de cigarros e bebidas alcoólicas dirigidas ao público adolescente.

Estamos convictos de que, caso aconteça de as agências de publicidade perderem alguma conta desses clientes, com certeza, ganharão respeito por parte da sociedade e, conseqüentemente, terão clientes fiéis dos produtos e serviços indicados por elas, justamente por causa da seriedade e do compromisso de suas ações.

Temos o dever de preparar e preservar aqueles que nos governarão amanhã. Foi nesse intuito que apresentamos o projeto de lei que estabelece condição para o comércio de bebida alcoólica no Estado e determina que os fabricantes e distribuidores de bebida alcoólica façam constar, no rótulo de seus produtos, a seguinte expressão: "Proibida a venda para menores de 18 anos", e não como o Presidente desta Casa alegou, dizendo, inclusive, que "a Presidência bebe".

Ora, esse projeto, na última sexta-feira, foi discutido em 1º turno e emendado pela cara Deputada Elaine Matozinhos, que acrescentou a expressão: "O uso imoderado desta bebida faz mal à saúde".

Por mais simples que seja, essa intenção pode levar, no mínimo, ao contraponto dessa publicidade predatória contra a nossa juventude. Peço aos caros colegas que, juntos, discutamos tão grave e urgente problema e aproveitemos o referido projeto.

Meus caros pares, fala-se muito na independência dos Poderes, em um Legislativo livre, soberano, democrático, representativo de todas as expressões da sociedade mineira e independente, principalmente, do Poder Executivo. Concordamos com tal pleito, mas ouvimos o nosso Presidente, Deputado Anderson Aauto, proferir, na reunião de sexta-feira, ao encaminhar a discussão do referido projeto, palavras jocosas, preconceituosas e discriminatórias, ao dizer textualmente: "A Presidência alerta os Deputados para o fato de que o projeto que estabelece condição para o comércio de bebida alcoólica no Estado e é de autoria de um Pastor". Será que, nos projetos de autoria de Deputados médicos, o Presidente fará também esse alerta?

O Deputado João Paulo (em aparte) - Nobre Deputado Pastor George, quero cumprimentar V. Exa. pelo projeto e pelo pronunciamento. O projeto de V. Exa. vem numa linha de combate ao alcoolismo. Fico a imaginar, por exemplo, Belo Horizonte: é a cidade que tem mais boteco no mundo, proporcionalmente ao tamanho da população. Municípios que não têm área pública de lazer muito definida, que não são litorâneos, no Brasil, enfrentam o problema do aumento do índice do alcoolismo. E pela falta de trabalho também.

V. Exa. mostra uma sensibilidade muito grande para com essa questão social. V. Exa., que é Pastor, que alguém poderia ver como uma pessoa voltada exclusivamente para temas de caráter religioso, está mostrando que tem sensibilidade para tudo, quando nos desperta para uma questão preocupante aos olhos de todos nós. Parabéns.

Com relação ao projeto de V. Exa. e ao fato de haver a Presidência alertado que se tratava de um projeto de Pastor, se eu estivesse presente, diria, exatamente, o que vou dizer agora: Pastor não pode apresentar projeto na Assembléia Legislativa; quem pode apresentar projeto na Assembléia Legislativa é Deputado. Se for Pastor, será muito melhor. Parabéns.

O Deputado Pastor George - Mais adiante, o nobre Deputado Antônio Genaro, de pronto, protestou contra a imperícia e deselegância do Presidente, dizendo da ofensa aos Pastores e que qualquer coisa que venha deles tem que ser olhada com maus olhos e solicitou que este tipo de coisa não se repetisse. Continuou o destempero, dizendo "normalmente, Pastor é contra o uso de bebida alcoólica, e nós sabemos que grande parte da população consome bebida alcoólica". Mais adiante, "inclusive, a Presidência faz uso de bebida alcoólica, exatamente por isso procurou mostrar essa realidade aos Deputados".

Ora, meus caros Deputados, esse projeto tem a preocupação de ser o contraponto da publicidade indutora de consumo de bebidas alcoólicas por parte dos nossos adolescentes, mesmo sabendo da sua limitação. Não vejo o porquê da preocupação do nosso Presidente, já que o projeto foi feito para os adolescentes, mesmo sabendo da sua limitação.

Está certo o Presidente quando diz que nós, Pastores, somos contra o consumo de bebidas alcoólicas, pois convivemos com a degradação e a miséria que ela provoca nas pessoas e nas famílias. Mas não temos preconceito nem discriminamos quem as consome, simplesmente os respeitamos, como se devem pautar as relações sadias e democráticas.

Não toleramos os rótulos e estereótipos de qualquer natureza para quem quer que seja, principalmente para nós, Deputados, que procuramos representar os diversos segmentos da sociedade nesta Casa Legislativa. Por isso, acredito que não devem existir projetos carimbados e estereotipados.

Como fui agraciado com o alerta do Presidente, tomei a liberdade de alertar aos caros pares; essa atitude não deve fazer parte da trajetória de um Presidente do Poder Legislativo.

Gostaria, ainda, de dizer ao nosso Presidente que os evangélicos e os Pastores de Minas Gerais não esquecerão essa cena tão deprimente e vergonhosa. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos da imprensa, amigos que nos visitam, amigos que nos vêem através da TV Assembléia, gostaria de, inicialmente, lembrar que a vida é a melhor faculdade que existe. Isso não é novidade, porque os mais antigos, os mais vividos, pregam isso para nós, para que possamos seguir os seus passos e mostrar coerência, acima de tudo, nos atos.

Por isso, gostaria de lembrar ao Governador Itamar Franco que, há algum tempo, estive a seu lado, quando Senador da República, durante dois mandatos; quando candidato a Vice-Presidente da República, sendo que o candidato à Presidência era Fernando Collor de Melo, e quando assumiu a Presidência da República. Entretanto, por questões partidárias, já que meu partido é o PFL - que, nas eleições passadas, tinha como candidato a Vice-Governador o Sr. Clésio Andrade, hoje Presidente de nosso partido em Minas Gerais -, apoiamos a chapa composta pelos Srs. Eduardo Azeredo e Clésio Andrade, e bastou esse posicionamento para que o Governador atual, candidato na época, se virasse completamente contra as ações deste Deputado, classificando-o como opositor a seu Governo.

Gostaria de lembrar ao Sr. Itamar Franco e, principalmente, a seu braço direito, o Sr. Marcelo Siqueira, que, durante toda esta semana, está sendo notícia, no jornal "Tribuna de Minas", em Juiz de Fora, o fato de que o Deputado Alberto Bejani é o homem que está sendo comandado pelo Governo Federal, em Juiz de Fora, para desmoralizar o Governo do Estado, fazendo uma barreira contra o cidadão e Governador Itamar Franco. Sr. Marcelo Siqueira, acreditamos que é muito mais fácil fazer amizades do que inimizades. Para fazer amigos, basta estender a mão, cumprimentar e tratar as pessoas com decência. Por outro lado, para fazer inimigos, temos que arquitetar maldades e inverdades para que as pessoas passem a não nos querer bem. O senhor, braço direito de Itamar Franco, Sr. Marcelo Siqueira, pode ter certeza de que o Deputado Alberto Bejani, que aqui está mais aprendendo que podendo ensinar aos outros Deputados, com mais experiência nesta Casa, tem a consciência do dever cumprido. O Deputado Alberto Bejani tem coerência.

Já aprovamos aqui projetos que dizem respeito ao Governo do Estado, enviados pelo Governador Itamar Franco. Alguém do Governo deve estar gravando esta sessão e poderá

mostrar aos interessados. Nós, que fomos tachados de Oposição, votamos a favor da anistia da PM relativa à greve de 1997; da anistia fiscal, para que o Governo do Estado pudesse arrecadar mais, a fim de ter mais folga no que diz respeito a suas finanças, e da reforma administrativa. Debates aqui, também, a declaração do Governador Mário Covas e fomos a favor do Governador Itamar Franco. Também assim agimos quando o Presidente do Banco Central, o Sr. Arminio Fraga, fez uma declaração contra o nosso Estado, ou seja, fomos radicalmente contra ele e demos razão ao Governador de colocar-se revoltado com aquelas declarações. Agora, estamos trabalhando para isentar o aposentado do recolhimento de taxas.

Se votamos a favor do Governo naquilo que é racional, temos também o direito de não virar vaca de presépio, principalmente este Deputado, balançando a cabeça para tudo que chega a esta Casa, dizendo "sim". Fui contra, sou contra e serei contra até o final, por exemplo, dividir o décimo-terceiro do funcionalismo público em 24 meses. Não vejo por que ficar a favor desse ato desrespeitoso e desumano para com o funcionário público, que já tinha empenhado esse dinheiro antes de recebê-lo. Não posso ficar e não serei nunca a favor de tal ato. Não posso ser a favor da retirada de 2.500 policiais militares das ruas para levá-los a Furnas, gastando R\$500.000,00. E para treinamento de quê? Como posso ser a favor disso, Governador?

Portanto, sou coerente nos meus atos, porque tenho a determinação de ficar nesta Casa pelo tempo que Deus julgar necessário, ouvindo os mais experientes, os mais equilibrados, e quase todos nesta Casa o são. Digo ao Sr. Marcelo Siqueira que as acusações feitas contra a minha pessoa, por meio da imprensa de Juiz de Fora, não estão me atingindo, porque diz o velho ditado que não devemos dar ouvidos nem ficar aborrecidos com acusações infundadas. A única coisa que gostaria de lembrar, Sr. Marcelo Siqueira, é que não tenho absolutamente nada contra o senhor. Se o senhor for candidato a Prefeito nas próximas eleições e Deus achar que chegou a sua hora de assumir o Executivo de Juiz de Fora, pode ter a certeza de que torcerei para que o senhor faça um grande governo, o melhor governo que Juiz de Fora possa ter, porque os municípios são eternos, mas somos passageiros. Portanto, os nossos municípios terão de ser cada vez melhores para nossos filhos e netos.

Gostaria de lembrar ao Sr. Itamar Franco que o apoio declarado abertamente, no final da semana, em Juiz de Fora, aos candidatos de sua preferência para as próximas eleições não foi um procedimento correto, porque S. Exa., com todo o respeito, foi eleito Governador do Estado de Minas Gerais, e não cabo eleitoral para as próximas eleições. Chegar ao ponto de, na função de Governador, usar a imprensa que cobria o evento em Juiz de Fora para declarar o seu apoio ao Sr. Raimundo Tarcísio Delgado, atual Prefeito, declarar apoio - para compor a chapa - ao Sr. Marcelo Siqueira, como Vice-Prefeito, é inacreditável. Até pensei, quando estava lendo o jornal, que estava errado, não era uma posição definitiva, não era a palavra do Exmo. Sr. Governador.

Lamento profundamente, porque isso dá até Ministério Público. Com certeza, atrelar candidato a cargo do Executivo é usar a máquina, assinando convênios para que esse candidato ganhe. Portanto, não tenho nenhum constrangimento em usar a palavra e fazer essas colocações, primeiro, porque não tenho absolutamente nada a temer em relação ao Governo que aí está e à sua assessoria muito pelo contrário. Tenho a certeza de que sempre estive de bandeira branca, querendo paz e harmonia, pois acredito que estamos aqui de passagem, mais para aprender, ter sempre condições de criar amigos e mais amigos. Gostaria - se o Governador tiver disposição para isso - de um dia tomar um café com ele. Não importa onde: ou num barzinho de esquina, ou no seu gabinete, ou numa esquina das ruas de Juiz de Fora. Não importa, mesmo ele sabendo que não trabalhei para que fosse Governador e mesmo ele sabendo que sou coerente naquilo que voto nesta Casa.

Ao Sr. Marcelo Siqueira, ficam essas palavras, meu abraço, muitas felicidades, e não fique triste - a pesquisa lhe dá apenas 2%, no momento, para ser Prefeito em Juiz de Fora. É muito pouco, Sr. Marcelo, mas fique tranqüilo, porque temos quase um ano pela frente, o senhor pode crescer na pesquisa, dar muito trabalho e, quem sabe, pode até ser o Prefeito ou o Vice-Prefeito daquela cidade. Vamos torcer para que o senhor passe pelas próximas eleições com muita determinação e conhecimento, que o senhor tem profundamente, principalmente no que diz respeito à água. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galerias, imprensa, venho a esta tribuna fazer uma homenagem à Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - ADEMG -, que hoje comemora os 34 anos do Mineirão, realizando um trabalho inêdito e que merece o nosso aplauso. Vítimas de denúncias infundadas, seus Diretores estiveram na mídia há algum tempo.

É bom lembrar que as famílias retornaram ao Mineirão, um estádio que se apresenta limpo, com sanitários atendidos de 15 em 15 minutos por faxineiros que portam vassoura, rodo e desinfetante.

Existem atualmente três postos médicos e um posto odontológico, que garantem a integridade do torcedor em caso de necessidade de atendimento numa dessas áreas.

Seus 35 bares são vistoriados antes, durante e após os jogos, com uma rígida fiscalização, visando ao bom atendimento e higiene.

O hall principal é o cartão de visitas do Mineirão em dia de jogo. Lá as autoridades são recebidas e conduzidas à tribuna de honra. Destacamos, ainda, o intercâmbio que a ADEMG vem fazendo com o Corpo Consular, sediado em Belo Horizonte.

Criado pela atual administração da ADEMG, o setor de eventos e cultura promove, a custo zero, shows nos intervalos dos jogos e mostras culturais no hall principal.

Discutida durante muitos anos, a instalação de catracas eletrônicas é um sustentáculo contra a evasão de rendas.

Um velho problema - a eterna falta de água no setor destinado à torcida do Atlético - foi sanado com obras de milhares de metros de canos.

Os estacionamento, a cada final de jogo, ficavam desertos, e atualmente, por imposição da administração da ADEMG, todos os funcionários da área permanecem no local, zelando pela segurança dos carros de torcedores, até 40 minutos após o encerramento do evento.

Muito questionada quanto ao destino das cadeiras cativas, a atual direção da ADEMG levou para a Administração três representantes de clubes: um do Cruzeiro, um do Atlético e um do América, além de um da Associação Mineira dos Cronistas Esportivos. São eles os responsáveis pela fiscalização da emissão de cadeiras cativas.

A Sala de Imprensa, inaugurada no Governo Itamar Franco, está entre as mais modernas do mundo em tecnologia e conforto.

A ADEMG está levando aos seus ex-Presidentes o projeto que visa cercar todos os quatro estacionamento externos do Mineirão, visando a uma maior segurança para os carros ali estacionados. Entende a ADEMG ser importantíssimo o parecer de cada ex-dirigente do órgão.

No Ginásio Felipe Drumond, o maior ginásio da América Latina, tudo se transforma. As salas e a piscina térmica são recuperadas, outras salas são destinadas às federações de esporte amador e a atividades recreativas. Existe ainda o projeto de um restaurante de luxo, com vista panorâmica para a Lagoa da Pampulha.

O Deputado Wanderley Ávila (em aparte)* - Deputado Antônio Andrade, queremos nos associar às suas palavras e aproveitar esta oportunidade para também prestar homenagem ao ex-Presidente da ADEMG, o nosso querido Wilson Piazza. No período em que foi Presidente, tivemos o privilégio de participar do conselho da ADEMG e pudemos, de perto, participar ativamente de todos os melhoramentos que aconteceram naquela época. Então, nada mais justo do que essa homenagem que V. Exa. presta aos dirigentes da ADEMG. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Andrade - Aproveite o aparte do Deputado Wanderley Ávila para render também homenagem ao meu grande ídolo do futebol mineiro, Wilson Piazza, que muito bem conduziu a ADEMG na sua época. Obrigado, Deputado.

O antigo ginásio anexo do Mineirinho, agora denominado Mineirito, também recebeu reformas, inclusive em sua quadra externa.

O horário de expediente da ADEMG é das 12h30min às 18h30min, mas a atual administração inicia entre 8 horas e 8h30min indo até por volta das 21 horas. Vale ressaltar, ainda, que lá se trabalha aos sábados, domingos e feriados, quando acontecem jogos no Mineirão, jogos ou shows no Mineirinho e jogos no Mineirito, além da feira dominical de carros.

Diariamente, o Mineirão recebe visitas de alunos de diversas escolas de Belo Horizonte, do interior e até de outros Estados.

As torcidas organizadas foram aglutinadas pela ADEMG, com três representantes de cada clube, formando o Conselho de Torcidas Organizadas, que passou a atuar junto com a diretoria da ADEMG e, em especial, com o Comando da Polícia Militar sediado no Mineirão, visando a medidas antiviolência.

Enfim, hoje, o Governo do Estado, mais do que nunca, está atuando junto ao Mineirão e ao Mineirinho, e por isso apresentamos uma moção de apoio à atual diretoria da ADEMG, pelo excepcional trabalho que vem realizando à frente dos destinos da catedral do futebol mineiro, que é o Mineirão, e do maior ginásio da América Latina, que é o Mineirinho.

Finalmente, vale ressaltar que o canal de TV SportTV fez referência ao trabalho da nova ADEMG. Segundo a matéria, a organização, a limpeza, a higiene e o fino trato com a imprensa merecem ser enaltecidos.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero congratular-me com V. Exa., porque faz esse pronunciamento com muita razão, com muito conhecimento de causa. Quem assiste às partidas de futebol com transmissão nacional ouve os comentaristas esportivos, que, muitas vezes, não economizam elogios à diretoria do Mineirão e do Mineirinho.

Só há um ponto que, em meu entendimento, deve ser analisado e repensado - que, aliás, foi até motivo de requerimento de nossa autoria, em que convidávamos os times de futebol e a diretoria da ADEMG a promover uma discussão mais ampla sobre o assunto -, que é a melhor utilização do estádio. Esse é um dos maiores e mais bem cuidados estádios do mundo, mas notamos que, infelizmente, os clubes estão tentando fugir do Mineirão. Agora mesmo, o Cruzeiro fez uma renegociação para conseguir que uma empresa multinacional venha a assumir o time, e, no pacote de intenção, há a possibilidade da construção de um campo de futebol, com 30 mil lugares, para o Cruzeiro praticar o esporte e fazer ali suas partidas. Esse é mais um fato que mostra que os clubes estão fugindo do Mineirão.

Então, acho que, para que o Mineirão possa ser completo e receber o grande mérito que tem - e que devemos reconhecer -, a diretoria da ADEMG deve sentar-se com os clubes de futebol e ver o que está errado. Alguns dizem que o problema é do município, que cobra 5%, a título de imposto sobre serviço de qualquer natureza, de toda a renda bruta e que a Prefeitura não contribui como deveria - por exemplo, melhorando o afluxo de pessoas ao Mineirão, disponibilizando mais veículos, etc. Outros falam que as taxas cobradas - de iluminação e de limpeza, por exemplo - são altíssimas.

Então, concordo com V. Exa. e acredito que, quanto ao que está falando, é o momento de sentarmos-nos para ver o que realmente está acontecendo com o Mineirão e com o Mineirinho e colocá-los à disposição dos clubes de futebol, porque assim nós os estaremos colocando à disposição da população. Parabéns por seu pronunciamento.

O Deputado Antônio Andrade - Agradeço as palavras do Deputado Carlos Pimenta, com quem concordo inteiramente: é preciso haver esse entendimento, para que consigamos ter a melhor utilização possível deste grande estádio que é o Mineirão. Talvez, promovendo reuniões com os dirigentes dos nossos três maiores clubes de futebol - Atlético, Cruzeiro e América -, possamos levar todo esse conforto à torcida mineira.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Também gostaria de salientar ao Deputado Antônio Andrade que a ADEMG, com todos os problemas que enfrentou nos últimos anos, tendo uma administração bastante coerente com a nova perspectiva da economia e com a nova forma de administrar a coisa pública. Fui conselheiro ali, durante dois mandatos, representando a Assembléia no assento, e sei que, em tempos passados, havia alguns absurdos que, ao longo dos tempos, vêm acabando. Para que se tenha uma idéia, todos os bares do Mineirão, que são locados, pagavam R\$1.500,00; já a parte de publicidade do estádio não pagava nem R\$80.000,00, ao passo que, para cada jogo, o estádio é locado por R\$500.000,00.

E a administração atual da ADEMG tem modificado algumas coisas. Dentro das modificações previstas pelo ex-Diretor Fernando Sasso e pelo próprio Wilson Piazza, que foi sacrificado por ter começado essas mudanças, no Governo passado, a atual administração tem acertado todos esses desmandos que havia no Mineirão. Se hoje o Mineirão está bom, bem-organizado e limpo é porque o Governo Itamar Franco quer que seja desse jeito, porque, até então, ali era um desmando total. Nós, que conhecemos as outras administrações e sabemos o que acontecia no Mineirão, podemos falar que realmente a coisa era de assustar. Hoje, sim, o Mineirão tem de comemorar seus 34 anos, porque, hoje, tem motivos para isso. O Mineirão passou por todas essas mazelas e, hoje, está caminhando a passos largos para ser o estádio que o povo mineiro quer e que o Governo do Estado de Minas Gerais quer: com uma administração coerente com a nova realidade, que atenda não só ao torcedor, mas também aos interesses dos clubes mineiros. Quando o Atlético foi jogar no Independência, mostrou para o Governador e para Minas Gerais a razão de estar fazendo isso: que era, justamente, em virtude de alguns desmandos que aconteciam no Mineirão, que foram resolvidos pela administração atual.

Temos que elogiar sua fala de hoje e parabenizar a atual administração do Mineirão e, principalmente, o nosso Mineirão.

O Deputado Antônio Andrade - Gostaria de comentar as palavras de Osvaldo Faria, reportando-me a um diálogo seu com o ex-juiz de futebol Renato Marsíglia, quando disse que o Mineirão é um orgulho para os mineiros, pela sua limpeza, pela sua higiene, pela forma com que recebe a imprensa e por todos os torcedores de Minas. Parabéns ao nosso Mineirão e à sua administração. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, galerias, funcionários da Casa. Foi solicitada à Mesa, cumpridas as determinações regimentais, uma homenagem à Legião da Boa Vontade - LBV - pelos 50 anos de existência e relevantes serviços prestados, principalmente aos mais carentes, em todo o território brasileiro. No campo da assistência social e educacional, são muitos os benefícios que a LBV presta. No dia 1º/1/2000, a entidade comemora 50 anos de profícua e importante existência. Solicito que a Mesa marque uma data para que essa merecida homenagem seja prestada a quem tanto tem feito pelo povo mineiro e brasileiro. Para tanto, estou encaminhando requerimento, vazado no seguinte teor: "Sr. Presidente da Assembléia Legislativa. O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 232, inciso XXII, do Regimento Interno, a destinação da 1ª Parte de reunião a homenagem a ser prestada à Legião da Boa Vontade. Sala das Reuniões, Belo Horizonte, 4/11/99."

O segundo assunto que me traz a esta tribuna é a necessidade de falar sobre a agricultura. A agricultura, a pecuária e o abastecimento são, realmente, de suma importância para o Brasil e, especificamente, para o nosso Estado. O Governador Itamar Franco, sábio da importância da agricultura e da pecuária para Minas, buscou um homem extremamente sensível, capaz, de admirável vida pública, de relevantes serviços prestados a Minas e ao Brasil, para nomeá-lo Secretário da Agricultura. Refiro-me ao Secretário Raul Belém. Minas está tranquila porque, como grande ceifeiro agrícola e com um dos maiores rebanhos bovinos do País, encontra-se em boas mãos, dirigida por uma inteligência brilhante. Sabemos que, cada vez mais, o Secretário Raul Belém saberá conduzir com brilhantismo e eficiência os destinos daquela secretaria. É por isso que o Governador Itamar Franco, por seu Secretário, determinou seja feito todo esforço no intuito de proceder à eletrificação rural, beneficiando todo o Estado de Minas, até o final do seu mandato.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Obrigado nobre Deputado Doutor Viana, quero cumprimentar V. Exa. e, por extensão, o Governador e o Secretário de Estado da Agricultura, porque Minas pretende, de fato, construir uma política agrícola de peso, uma política que possa dar uma resposta aos anseios da população.

Aproveito também a oportunidade para falar sobre a alienação do CEASA e da CASEMG pelo Governo Federal para abatê-las da dívida de Minas para com a União. Vejo que essa sinalização que vem do setor financeiro da administração estadual não é a melhor. Assim como a chamada moratória apresentou resultados insatisfatórios, essa alienação também não apresentará resultados satisfatórios. Ela pode passar a impressão para a população do Governo de Minas Gerais de que esse Governo não tem compromisso com esse setor da agricultura, o que não é verdade. Nesse aspecto, o Secretário da Agricultura, Sr. Raul Belém, está lutando bravamente para convencer o Governo a não alienar esse patrimônio e a não declinar dessa atividade, que é muito importante para a economia de Minas Gerais. A alienação não convém ao produtor rural, não convém ao comerciante e não convém ao setor. Por que convirá ao Governo? O Governo Federal já tem a CONAB e está querendo privatizá-la, porque não consegue administrá-la adequadamente. Tem também a CAGESP, de São Paulo, que foi passada para o Governo Federal, e ele quer devolvê-la. Há um contra-senso muito grande justamente nessa administração que tem se colocado de maneira vigorosa contra a alienação do nosso patrimônio. E o Governador deixou isso bem claro na questão de FURNAS e na questão da CEMIG. Tenho a certeza de que este Governo não

irá incidir nesse paradoxo, porque o Governo Federal irá mesmo privatizar o CEASA, mais dia menos dia. E fico a me perguntar se, no caso de uma eventual privatização, não mandaríamos tropas da Polícia Militar para as portas do CEASA.

V. Exa., nobre Deputado Doutor Viana, está de parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte do nobre Deputado João Paulo, que antecipou alguma coisa que vamos falar e enriqueceu o nosso pronunciamento. Mas, nobre Deputado, quero tranquilizá-lo, porque temos muita confiança na coragem do Governador Itamar Franco. S. Exa. é um homem destemido e tomará o melhor posicionamento para o Estado de Minas Gerais, até porque vemos o zelo que está tendo com as nossas águas e com a energia elétrica. Sabemos do cuidado e da luta que vem empreendendo contra, até mesmo, multinacionais, que querem, a todo custo, tomar conta do patrimônio do brasileiro. Mas aqui, em Minas Gerais, a coisa é mais difícil.

O Deputado Luiz Fernando Faria* - Gostaria também de parabenizá-lo, porque nós, como homens ligados à classe rural, tivemos oportunidade, nesta tribuna, de fazer referência ao Secretário Raul Belém pelo trabalho que vem desenvolvendo, pela sua sensibilidade, pelo seu conhecimento e, principalmente, pela sensibilidade do Governador Itamar Franco com a sua escolha para dirigir essa importante Pasta de nosso Estado e, porque não dizer, de nosso País.

Há muitos anos, Minas Gerais não tinha um Secretário que tivesse além de conhecimento técnico a sensibilidade do produtor rural. Estou acompanhando o trabalho do Secretário Raul Belém neste primeiro ano. Ele já visitou mais de 50 municípios e tem dado esperança ao produtor rural, ao agropecuarista e àqueles pessoas ligadas à classe rural. Gostaríamos de parabenizá-lo por seu pronunciamento. Estamos na expectativa de que o Governador Itamar Franco entenda que dando esses dois órgãos ao Governo Federal está tirando dois braços da Secretaria de Agricultura.

Fazemos coro com o Deputado João Paulo, com o Deputado Doutor Viana e com a Comissão de Agropecuária para que o Governador Itamar Franco possa rever essa posição já tomada pelo Secretário da Fazenda, não dando esses dois órgãos tão importantes para os agropecuaristas do Estado. Parabéns, Deputado.

O Deputado Bené Guedes - Caríssimo colega Doutor Viana, é uma grande satisfação, nesta oportunidade, poder ser solidário com V. Exa. por sua fala, muito oportuna porque faz justiça ao Governador Itamar Franco e ao ilustre Secretário Raul Belém, que vem tendo grande atuação à frente dessa importante Pasta. Aproveitando a sua fala, particularmente quero dizer que a nossa Zona da Mata tem sido assistida pelo Secretário que esteve lá. S. Exa. está aproveitando dois grandes projetos da nossa região: o da piscicultura, através do Grupo Saboral, e da fruticultura, através de outros grupos, como a Bela Isca, em Astolfo Dutra, e o Grupo Tiago Visconde do Rio Branco. É um homem que tem visão do presente e do futuro.

O trabalho do Secretário tem sido feito de forma muito democrática, e, com toda razão, V. Exa. está na tribuna falando do que S. Exa. tem feito. Quero ainda dizer que ao lado dele está surgindo um jovem para a política de Minas e queremos saudá-lo, o seu Chefe de Gabinete, um jovem mineiro, Dr. José Fernando, que, ao lado do Secretário Raul Belém, tem demonstrado grande afinidade com os nossos problemas, procurando nos ajudar a resolvê-los. Isso é importante para Minas. Ao falar desse jovem, quero dizer que representa um ponto importante naquela Pasta e um grande aliado de todos nós.

Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento e pelo trabalho que tem feito em favor de sua região. V. Exa. tem sido incansável na busca de benefícios para sua região. Com relação às colocações feitas sobre o CEASA e a CASEMG, gostaria de dizer que essa matéria precisa ser reavaliada, porque são dois braços fortes do setor de agricultura, como disse o Deputado Luiz Fernando Faria. O Secretário Raul Belém, um dos grandes aliados do Governador Itamar Franco, está resistindo a essa alienação. Na Casa, essa questão é quase unânime. Por isso, V. Exa. tem a nossa total solidariedade pelo seu pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço os apartes dos Deputados Luiz Fernando Faria e Bené Guedes.

Dando seqüência, quero dizer que o Brasil, como um dos maiores países do mundo, no que diz respeito ao território, tem capacidade para ser o grande celeiro da humanidade. Agora, nunca se conseguiu viabilizar uma política adequada, certa e correta para a agricultura. O Estado de Minas Gerais, com esse Governo, está começando a determinar uma política para a agricultura. Na Assembléia Legislativa, nunca se valorizou tanto a Comissão de Agropecuária como agora.

Nossos colegas estão se empenhando, juntamente com todas as entidades, classes e afins, para dar, por meio da Assembléia, ao Estado de Minas Gerais o apoio e a oportunidade de termos uma agricultura devotada à vocação que o nosso Estado tem, que o povo mineiro tem.

Confio em que o nosso Governador e o nosso Secretário determinarão uma política agropecuária que traga progresso, desenvolvimento, gere empregos e faça para todos nós o que, necessariamente, deve ser feito: buscar o desenvolvimento das nossas Minas Gerais.

Parabéns ao Secretário Raul Belém e muito êxito à frente da Pasta da Agricultura e Pecuária.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, quero, inicialmente, prestar homenagem à UNIMONTES e, de uma maneira muito especial, à Faculdade de Medicina de Montes Claros, que, na próxima sexta-feira, comemora 30 anos de fundação. São 30 anos de atividades, 30 anos de um trabalho social dos mais importantes, 30 anos formando profissionais que, acima de tudo, têm um compromisso muito grande com a região.

Sou ex-aluno daquela Faculdade. Formei-me em 1979. Há, aqui, outros companheiros Deputados que também são ex-alunos da Faculdade, como o Doutor Viana, que acabou de se pronunciar, o Dr. Arlen Santiago. O Deputado Gil Pereira também se formou pela UNIMONTES. Para nós, é motivo de muita honra, muita alegria poder enaltecer a função social dessa universidade e, de maneira muito especial, da Faculdade de Medicina.

Amanhã, os 40 ex-alunos da primeira turma, que completa 25 anos de formada, irão encontrar-se em Montes Claros, numa festa de conagração, mas, acima de tudo, rever a região e a Faculdade.

Parabéns à Faculdade de Medicina de Montes Claros pelos seus 30 anos. Parabéns à UNIMONTES. Esperamos que, com o nosso trabalho, com o trabalho desta Casa, possamos - e vamos ter a oportunidade, se Deus quiser, ainda neste ano - aprovar uma proposta de emenda à Constituição, estabelecendo que o custeio do ensino superior dos cursos universitários do Estado, da UEMG, da UNIMONTES, possam contar com a receita líquida do orçamento. Poderemos, com esse aporte maior de recursos, levar unidades da UNIMONTES ao Jequitinhonha, ao Vale do Mucuri e dotar as grandes cidades de cursos específicos, proporcionando, assim, maior oportunidade, principalmente aos alunos carentes.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Serei breve e quero agradecer o aparte. Seria uma injustiça não usar essa tribuna para falar do meu orgulho, da minha satisfação de ter passado pela UNIMONTES, através da FAMED, nossa saudosa Faculdade de Medicina. Neste ano, completo 24 anos de formado e, se Deus quiser, no ano que vem, quero estar cheio de vida para completar os 25 anos, com uma festa também memorável, porque essa é uma alegria muito grande para nós, que exercemos com dignidade e idealismo a Medicina. Aprendemos, em Montes Claros, no interior daquela calorosa Faculdade, a respeitar os nossos semelhantes e a dedicar a nossa vida para aliviar um pouco o sofrimento das pessoas.

Parabéns a V. Exa. pela maneira gentil de homenagear a Faculdade e a UNIMONTES. A todos os formandos da primeira turma, que pintaram-me na festa de calouro, um abraço da Assembléia. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Obrigado, Deputado Doutor Viana.

Fica aqui a nossa homenagem, que não é somente do Deputado Carlos Pimenta, mas de toda a Casa, e o reconhecimento pelo trabalho magnífico que a UNIMONTES vem fazendo. Quero ainda, de maneira muito especial, homenagear os 40 alunos pioneiros da nossa Faculdade de Medicina, que fazem a sua festa amanhã, em Montes Claros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, escolhi, de propósito, um tema extremamente importante para ser abordado aqui, o qual tem preocupado muito a sociedade do nosso Estado e do nosso País. Quero referir-me à segurança pública do nosso povo, da nossa gente.

Há pouco tempo, quando se fazia qualquer questionário ou pesquisa de opinião, o povo de Minas sempre elegia como prioridades a saúde e a educação. Era inevitável: educação e saúde ou saúde e educação. Hoje, certamente - talvez por terem melhorado, com maior investimento, as áreas da educação e da saúde em nosso Estado -, a maior preocupação do povo mineiro e do povo brasileiro é a segurança pública. As nossas famílias estão verdadeiramente amedrontadas, acucadas em suas casas, sem participar da sociedade, sem sair às ruas, sem ir às escolas, às igrejas, aos supermercados. E Minas Gerais talvez seja o Estado que ofereça maior tranquilidade ao seu povo. Mesmo assim, é necessário que nos preparemos para o que está acontecendo: uma grande violência no final do século e no início do milênio. As nossas crianças não estão absolutamente seguras nas escolas.

Soubes de uma notícia, há pouco, sobre um jovem que cursa o 6º ano de Medicina, um jovem de classe média que foi ao cinema levando dentro de uma sacola uma metralhadora. Ele sacou da arma dentro do cinema, matando duas pessoas e ferindo outras. É necessário precaver-se contra esta violência que está acontecendo em nosso Estado e em nosso País.

Quero dizer que o Secretário da Segurança Pública, o Deputado Mauro Lopes, tem feito um belo trabalho. Ele tem vencido as dificuldades enfrentadas, apesar de todos os percalços, como os problemas do DETRAN-MG, comprovados pela CPI, e do pouco tempo em que está na Secretaria. É necessário que reconheçamos o esforço do Secretário, que é um homem sensível e tem atendido, de maneira cordial e eficiente, todas as reivindicações que esta Casa e os Deputados levam. Não tem medido esforços para atender aos Prefeitos. Ainda há pouco, tivemos uma boa reunião com ele, aqui na Casa. Recebeu uma solicitação da bancada dos Deputados do Norte de Minas, que lhe pediu a construção da sede da Polícia Civil em Montes Claros. Garantiu que vai atender a essa reivindicação, que é de uma cidade com mais de 300 mil habitantes. Ele tem nos dado um tratamento todo especial.

É necessário que, além de sua boa-vontade e competência, a segurança pública seja, de fato, um programa de governo. O orçamento da Secretaria da Segurança Pública para o ano 2000 é irrisório, vergonhoso. Não se aprovou nenhum recurso para equipar a Polícia Civil e pagar melhor seus membros, como, por exemplo, os Detetives e Delegados. Esse orçamento está muito abaixo, inclusive, do de algumas autarquias e entidades do Governo do Estado, ou seja, a segurança pública não foi priorizada como programa de governo.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Gostaria de complementar seu pronunciamento a respeito da questão da violência. É mais um dos casos em que, depois que a boiada escapou, todos estão querendo fazer a porteira ou consertá-la. A nossa sociedade, provavelmente, nas últimas três ou quatro décadas, procurou formar, nas universidades e escolas, jovens e crianças que, em vez de acreditarem na existência de Deus e na criação da humanidade, crêem na teoria da evolução. Imaginem a criação de uma criança ou de um jovem sem parâmetros de temor a Deus! Um jovem que acredita que veio do macaco ou do acaso cria-se sem parâmetros morais. A ciência pode continuar lutando, e o Governador pode continuar gastando dinheiro com a segurança, pois isso é necessário para que possamos resolver o problema no nível do Estado e do Brasil, mas é bom sempre lembrar, principalmente a V. Exa., que é médico e estudou em uma escola onde se ensinou a teoria da evolução, que vivemos uma situação perigosa. Felizmente, nesta última década, centenas de cientistas deixaram de lado a crença de que o homem evoluiu do macaco, passando a crer que o homem é uma criação de Deus. Atualmente, existem livros de cientistas que desenvolvem a teoria de que o homem foi criado por Deus.

Apenas faço este aparte para lembrar que é importante o fato de os jovens e adultos acreditarem em Deus e terem temor a Ele, pois, assim, não serão mais violentos. Quem acredita vir do macaco não tem mais nada em que acreditar e pode fazer o que quiser, sem medir as consequências.

O Deputado Carlos Pimenta* - Ouço as palavras do Deputado Antônio Genaro, que tem as suas convicções religiosas, que respeitamos. O senhor tem feito um grande trabalho nesse sentido, não só nesta Casa, como também fora dela. Concorde perfeitamente com suas palavras. Só iremos acabar, de fato, com a violência, no momento em que substituirmos esse sentimento, no coração das pessoas, por outro maior, como o de solidariedade, de amor, de temor a Deus e, principalmente, de aceitar Deus na vida e nas ações. Isso é inquestionável.

Entretanto, ao lado dessa necessidade de colocarmos Deus na nossa vida, é necessário tomarmos as iniciativas necessárias, como dotar a Polícia Civil com melhor aparato e os policiais com melhores condições para cumprir seu papel. Nós, legisladores, temos, além de tudo isso, uma oportunidade a mais em nossas mãos com vistas a se corrigir um erro grave no orçamento do próximo ano, que está sem recursos para fazer com que a Secretaria da Segurança Pública possa cumprir seu papel. Não adianta Secretário com boa-vontade e detetives determinados, competentes e experientes no cumprimento de seu papel, se não tivermos os recursos necessários.

São Paulo, por exemplo, já está estabelecendo uma nova taxa de segurança para toda a população. Não queremos receber nesta Casa um projeto dessa natureza, onerando ainda mais a população, jogando em seus ombros essa carga tributária, que significa uma falha, uma lacuna do Poder Executivo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

90ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 9/11/99

O Deputado Rogério Correia* - Ocupo a tribuna para tratar de um assunto relacionado ao Município de Belo Horizonte, mas que interessa de perto aos Deputados.

Hoje foi anunciada pela imprensa a aprovação, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, de mais um projeto "frankenstein", aprovado sem nenhum conhecimento prévio da Câmara.

Embora possa parecer um assunto apenas do município, trata-se de um assunto que também deve ter repercussão aqui na Assembléia Legislativa.

Os Vereadores de Belo Horizonte, por maioria de votos, modificaram todo o processo e toda a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Capital. Esse processo de discussão na Câmara Municipal foi muito longo. Muitos de nós, que hoje somos Deputados, chegamos a discutir esse projeto enquanto éramos Vereadores.

Na verdade, tanto o Plano Diretor quanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo começaram a ser discutidos ainda no Governo do Prefeito Eduardo Azeredo, que chegou a remeter para a Câmara todo um processo de discussão e de análise técnica feitas com a sociedade para a realização dessas alterações em nossa Capital. Na ocasião, o projeto não foi aprovado pela Câmara, mas o debate já havia se iniciado desde aquele momento. Posteriormente, o Prefeito Patrus Ananias, e isso era previsto na Lei Orgânica do Município, também remeteu proposta de Plano Diretor e de mudanças na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Depois de muitos debates públicos, foi aprovado.

Para se ter uma idéia, tenho em mãos os documentos que foram acumulados ao longo de todo esse período de discussão, do final do Governo Azeredo até meados do Governo Patrus Ananias. Foi uma série de discussões polêmicas, políticas e técnicas, que envolveu toda a sociedade organizada de Belo Horizonte. Dessa discussão participaram o Instituto de Arquitetos de Minas Gerais, setores vinculados à Igreja, setores vinculados tanto aos sindicatos dos trabalhadores quanto aos patronais. Enfim, houve ampla discussão na sociedade, que envolveu principalmente os nossos companheiros que atuam na área de meio ambiente.

Depois de muitos anos de discussões, o projeto foi aprovado, com divergências em relação a alguns pontos. Mas a Lei do Uso e Ocupação do Solo foi ampla e democraticamente discutida com todos os setores da sociedade. Isso é fruto desse período de discussão. O Deputado Amílcar Martins, ainda no Governo Eduardo Azeredo, era Secretário e também Vereador; o Deputado João Paulo era Presidente da Câmara Municipal, e eu, o Vice, na época da aprovação do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Também o Deputado Márcio Cunha e tantos outros eram Vereadores. Esse assunto era e ainda é bastante complexo.

Ontem a Câmara Municipal aprovou por maioria, 26 votos, a alteração de 70 artigos na Lei de Uso e Ocupação do Solo, sem que nenhuma comissão a tenha visto ou pelo menos saiba o que significa esse substitutivo feito à maneira "frankenstein". Esses artigos mudam completamente o perfil da cidade, caso venham a prevalecer. Faço um parêntese para dizer

que esperamos que o Prefeito Célio de Castro vete integralmente essa barbaridade que foi cometida contra a cidade e contra todo o processo de discussão democrática.

Para se ter uma idéia, com essas modificações, vão poder construir, na orla da lagoa da Pampulha, prédios enormes, e também no Bairro Santa Tereza, nas áreas próximas à Av. do Contorno, onde era proibido, também poderão ser construídos grandes prédios. É evidente que isso significa interesses econômicos enormes. Diria que a aprovação desse projeto pela Câmara Municipal de Belo Horizonte a deixa em suspeita. É necessário tanto o veto do Prefeito quanto uma pressão grande para que seja mantido esse veto que o Prefeito Célio de Castro, espero, vai opor a esse projeto.

Mas não poderia deixar de repercutir com veemência na Assembléia Legislativa o repúdio a essas alterações feitas dessa forma. Todos nós, que fomos Vereadores e que hoje somos Deputados, temos a convicção de que qualquer alteração substancial a ser feita no Projeto do Uso e Ocupação do Solo em Belo Horizonte e no seu Plano Diretor só pode ser feita às claras e a partir de uma ampla discussão com a sociedade.

Jamais dessa forma, com uma emenda "frankenstein", por meio da qual alterações profundas são feitas sem o conhecimento da sociedade.

Gostaria de passar a palavra aos Deputados Amilcar Martins, João Paulo e Eduardo Hermeto, que solicitaram apartes. Pediria a eles que fossem sucintos, para que possamos ouvir todos, porque o assunto é extremamente importante e merece o apoio da Assembléia Legislativa na campanha que já se inicia, a favor do veto do Prefeito Célio de Castro.

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Quero dizer que estou inteiramente de acordo com a denúncia que V. Exa. fez dessa tribuna, pela gravidade do que aconteceu ontem, na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

A votação foi feita de uma forma suspeita e, se prevalecer, certamente mostrará que estão rasgando a lei de uso e ocupação do solo de Belo Horizonte, que é o assunto mais polêmico, mais delicado, de competência das Câmaras Municipais. O que aconteceu coloca sob suspeita segundas intenções, interesses escusos de um número grande de Vereadores.

Isso tem que ser dito independentemente de qualquer consideração partidária. Todos nós, que já nos envolvemos tanto com essas questões de Belo Horizonte, temos que estar atentos e fazer, dessa tribuna, que é a tribuna de representação da população de Minas Gerais e, portanto, de representação da população de Belo Horizonte, um alerta para que isso não prevaleça, porque seria um atentado grave aos interesses superiores de Belo Horizonte.

Concordo, portanto, inteiramente com a denúncia feita por V. Exa.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputado Amilcar Martins.

Gostaria apenas de reforçar que isso não é apenas questão partidária. Conversei com o Vereador André Quintão, Líder do PT na Câmara de Vereadores, e ele me disse que foi feito todo um esforço por ele, pelas Bancadas do PT, do PC do B e pelo Líder do PSDB, José Lincoln Magalhães, para que fosse evitada a aprovação. Foram feitos pedidos de vista, tentaram retirar o "quorum", mas 26 Vereadores insistiram na aprovação e assim fizeram, mesmo com toda a problemática já apontada por nós.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Nobre Deputado Rogério Correia, o aparte é também para me solidarizar com V. Exa. e com o Município de Belo Horizonte pela aprovação ocorrida ontem, na Câmara Municipal, de uma matéria que revoga, joga na sarjeta todo o esforço que realizamos por mais de dois anos consecutivos, para a interação efetiva com a sociedade de Belo Horizonte, representada por seus segmentos organizados e pelos cidadãos individualmente considerados, que puderam manifestar-se e oferecer propostas de emendas para a aprovação do que chamamos lei de uso, parcelamento e ocupação do solo urbano.

Essa é uma lei vanguardista, votada à luz do dia, depois de discussões homéricas - repito - com todos os segmentos. Realizamos audiências, sessões plenárias da Câmara Municipal no Pampulha Late Clube e no Aeroporto Carlos Prates, com chamadas de Vereador, com debates de temas importantes, com abertura para a participação da sociedade. Fizemos, realmente, um trabalho de ponta na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

O destino me conferiu a oportunidade de ser, naquela época, não apenas Presidente da Câmara Municipal, mas também Presidente dessa comissão extraordinária, composta por 13 Vereadores. E esse trabalho, da maior importância para a sociedade, agora, vai pelo ralo, nessa matéria que acabou de ser aprovada ontem na Câmara Municipal.

Não poderíamos deixar de manifestar nossa indignação nesta Assembléia Legislativa, nossa repulsa àquilo que foi aprovado. Vejam bem que, contrastando com o cenário de democracia que foi estabelecido naquela oportunidade, foi feita uma votação subterrânea, não digo na calada da noite, porque foi feita durante a reunião plenária, mas unvida de todo segredo, de todo sigilo, certamente sem o conhecimento específico da maioria dos Vereadores.

Naquela oportunidade, quando V. Exa. e eu éramos Vereadores, sofri as maiores pressões que um cidadão público pode suportar para não aprovar aquele projeto de lei. Não obstante, colocamos o projeto em votação, pedi votos a seu favor, ele foi aprovado. Levaram-me às barras da justiça, por duas ações movidas contra mim. O Juiz sequer mandou me citar; sentenciou contra os proponentes das ações porque entendia que ali havia interesses escusos que não deveriam ser contemplados. Foram à polícia, fazendo com que eu respondesse a inquérito policial perante a Secretaria da Segurança Pública porque pedi voto a favor de Belo Horizonte, porque, na Presidência da Câmara Municipal, pedi votos a favor do interesse maior do município. Mas, altivamente, de cabeça erguida, respondi aos inquéritos sem, obviamente, nenhuma consequência para mim. Mas sabia que, mais cedo ou mais tarde, perpetrariam esse golpe contra a sociedade de Belo Horizonte, por meio desse expediente escuso, ontem aprovado. V. Exa. tem o meu apoio, o meu aplauso. Precisamos fazer mais do que pedir o veto do Prefeito porque certamente ele será apreciado pela Câmara Municipal. E o veto não será o fim da linha, pois existe mais coisa atrás disso. Precisamos estar alerta. É mais uma batalha que o povo de Belo Horizonte irá enfrentar e que começa agora. Parabéns, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Eduardo Hermeto (em aparte) - Serei breve, caro colega Rogério Correia. Gostaria simplesmente de dizer que dou todo o apoio à sua manifestação. Atuo diretamente com a lei de uso e ocupação do solo em minha atividade empresarial, mas vejo que ela precisa de correções devido à sua complexidade. Porém, as correções devem ser feitas às claras; nunca como foram feitas de forma antidemocrática, sem discussão, às pressas, como aconteceu. Esperamos, neste momento, uma postura séria do Prefeito Célio de Castro.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Gostaria de dizer ao Deputado Rogério Correia que conte com a nossa solidariedade, pois também somos residentes na Grande Belo Horizonte. Creio que seria benéfica a criação de uma comissão para conversar com o Prefeito Célio de Castro e com os Vereadores, e nos dispomos a estar juntos nessa luta. Posturas desse tipo prejudicam não só nossa Capital, a Grande Belo Horizonte, como todo o Estado.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Gostaria de cumprimentá-lo, Deputado Rogério Correia, e dizer que estou do seu lado porque, mais uma vez, a Câmara Municipal de Belo Horizonte aprova um projeto às escondidas, usando esse terrível instrumento contra a democracia, esse tipo de emenda "frankenstein". Queríamos cumprimentá-lo, dizendo que estamos do seu lado e não podemos aceitar certos procedimentos para projetos tão importantes para a cidade de Belo Horizonte, como o do Vereador César Masci, que altera substancialmente a região da Pampulha, numa área em que hoje se encontram três projetos em tramitação. Temos que aprofundar essas discussões, pois não podemos permitir que projetos dessa envergadura sejam aprovados desta forma: às escondidas, sem transparência, aparentemente não permitindo a participação do segmento interessado. Parabéns, Deputado! Obrigado pelo aparte.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputados. Agradeço à Presidência e encerro minha participação nesta tribuna, na tarde de hoje.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, registro hoje, embora com certo atraso, um fato extremamente importante para minha cidade, Poços de Caldas, para Minas e para o Brasil, que foi o ato solene de desvio do rio Pelotas - que, após a barragem, é o rio Uruguai -, para a construção da hidrelétrica de Machadinho, na divisa do Estado de Santa Catarina com o do Rio Grande do Sul.

Lastimo por não poder ter estado presente e por não ter vivido a alegria dessa homenagem, no dia 26, data dessa solenidade, prestada por esta Casa ao Dr. Pio Canedo, ex-Vice-Governador do Estado, Deputado por muitas legislaturas e Presidente desta Casa. Gostaria de ter podido estar aqui, homenageando, junto com todos os Deputados representantes do povo mineiro, tão ilustre expressão da política mineira. Não pude, também, participar da recepção que os mineiros fizeram ao Sr. Presidente da República, que visitou Minas Gerais, para poder estar presente no ato solene do desvio do rio Pelotas, pela importância que representou e pelo que representa para a minha cidade, para Minas e para o Brasil. Trata-se de mais uma megasusina hidrelétrica que o Brasil constrói. A legislação atual, que é mais descomplicada, permite a participação da iniciativa de empresas estatais e de autarquias estatais na geração de energia elétrica e permite que a energia seja gerada em ponto distante, inserida na rede geral e transportada para a região de consumo. Minas Gerais participa desse evento, pela minha cidade, Poços de Caldas, com 3% do valor global do investimento, gerando, para Minas e para Poços, 23.000kW. Poços de Caldas é uma cidade ímpar. Acredito que seja a única, no Brasil, até hoje, que tenha a concessão e um serviço próprio de geração e de distribuição de energia elétrica. Orgulhamo-nos muito disso e damos uma contribuição expressiva à ânsia de energia do brasileiro, para que o Brasil encontre o caminho do progresso e do desenvolvimento. Para enfatizar esse fato, uso das palavras do Ministro de Estado das Minas e Energia, Rodolfo Tourinho Neto. Na ocasião, pronunciou o seguinte discurso, que leio, em parte, para ficar nos anais da nossa Assembléia Legislativa. (- Lê:)

"O fechamento e o desvio do rio Pelotas, na Usina Hidrelétrica de Machadinho, é a etapa intermediária mais importante desse empreendimento. A história de Machadinho começa em 1982, quando a concessão para sua construção foi outorgada à então estatal ELETROSUL, que se limitou, devido a restrições orçamentárias, a realizar os estudos preliminares de engenharia. Em 1984, com o início da motorização da Usina de Itaipu, todas as usinas em construção pelo Governo Federal tiveram sua entrada em operação adiada, em vista da capacidade de Itaipu para atender às necessidades de energia elétrica do sistema. O início da operação comercial da Usina de Machadinho foi, então, reprogramado para setembro de 1993. Entretanto, em vista de novas limitações orçamentárias, que impediram o início das obras, sua entrada em operação foi sendo postergada a cada novo plano plurianual do setor elétrico.

Em 1996, diante da ausência de perspectivas quanto ao início das obras para a construção da Usina de Machadinho, a iniciativa privada foi convocada a associar seus esforços com os da então estatal ELETROSUL.

Em janeiro de 1997, na presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a iniciativa privada firmou o contrato de formação da Machadinho Energética S.A. - MAESA -, dando início aos trabalhos de engenharia básica e de licenciamento ambiental, realizados naquele ano.

A MAESA é um exemplo da oportuna parceria de capitais privados e estatais, ao congregar sete grandes grupos privados brasileiros das áreas de produção de alumínio, de cimento e de equipamentos industriais: Alcoa Alumínio S.A., Camargo Corrêa Cimentos S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Cimento Rio Branco, Inepar Energia S.A., S.A. Indústrias Votorantim.

Valesul S.A., com quatro empresas estatais concessionárias de energia elétrica, que são: Centrais Elétricas de Santa Catarina, Companhia Estadual de Energia Elétrica, Companhia Paranaense de Energia, Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas.

Em março de 1998, como resultado da participação técnica e financeira do empresariado privado, as obras da usina de Machadinho foram finalmente iniciadas, 16 anos após a outorga original da concessão.

Do orçamento original de US\$618.000.000,00, totalmente a cargo da MAESA, cerca de US\$438.000.000,00, 71%, virão de recursos privados, e US\$180.000.000,00, 29%, de recursos estatais. Até o momento, os US\$200.000.000,00 já investidos nas obras foram integralmente cobertos com recursos próprios.

O modelo adotado para a participação da iniciativa privada possibilitou que a GERASUL, sucessora da área de geração da ELETROSUL, ficasse com 17% da produção futura de energia elétrica, atuando como prestadora de serviços durante a construção e operação da usina, sem a necessidade de aportes adicionais de recursos financeiros.

O fornecimento de bens e serviços para as obras foi contratado com um consórcio encabeçado pela Construtora Camargo Corrêa e integrado por outras sete empresas privadas brasileiras que atuam na engenharia de projetos e na fabricação de equipamentos. Os equipamentos utilizados na usina serão, quase na totalidade, produzidos no Brasil".

Esse é o trecho que aproveito do discurso do Ministro Rodolfo Tourinho, para registrar nesta Assembléia e dar ao povo mineiro a notícia de tão importante fato, que é a construção de uma nova megasusina hidrelétrica brasileira, no Sul do País, com a participação de Minas por meio do Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas, dirigido com extrema competência pelo Engº Cícero Machado de Moraes.

Cumprimento, nesta oportunidade, as autoridades da minha cidade: o Diretor do nosso Departamento de Eletricidade, o Prefeito Municipal de Poços de Caldas, Sr. Geraldo Tadeu Pedreira dos Santos, a nossa Câmara Municipal, por essa importante participação da nossa Poços de Caldas na construção dessa megasusina. Ela vai gerar mais de 1.100.000kW na divisa do Estado de Santa Catarina com Rio Grande do Sul, as quais poderão ser utilizados, em Minas Gerais, contribuindo para o progresso do nosso Estado.

Gostaria, neste momento, de ressaltar como é importante a vontade mineira e brasileira de dotar o País da infra-estrutura necessária ao progresso. Estamos desviando os rios Pelotas e Uruguai, para construir uma nova hidrelétrica, propulsora de progresso e desenvolvimento para o Sul do Brasil e para Minas Gerais.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Quero, nesta oportunidade, Deputado Sebastião Navarro Vieira, cumprimentá-lo pelo pronunciamento.

Ao escutá-lo, confesso que uma inveja muito grande floresceu em mim. Observamos uma vitória enorme, um verdadeiro exemplo de luta, persistência e, principalmente, coerência do empresariado e da Prefeitura de Poços de Caldas num megainvestimento desses.

Do outro lado da moeda, temos uma outra grande usina, que, há seis anos, lutamos para que se torne realidade: a Usina Hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas. A cada ano que passa, as informações divergem e as autoridades fazem renascer mais uma esperança em nossos corações, mas, na verdade, essa esperança esvai-se à medida que o ano termina. Em 1999, tínhamos como certo o início da construção da usina e chegamos, inclusive, a votar a favor da participação da CEMIG e da COPASA nas obras. Entretanto, agora, tivemos outra informação: o projeto está na SUDENE, esperando os investimentos do FINOR. A verdade é que estamos ainda esperançosos de que um investimento dessa natureza venha a se concretizar, e peço a Deus que, em um futuro bem próximo, eu possa subir à tribuna para poder propagar, como V. Exa. faz agora, a construção de Irapé. De qualquer forma, quero parabenizar as autoridades de Poços de Caldas e, principalmente, a persistência dos companheiros que não desistiram e, em breve, tornarão realidade esse megaempreendimento.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (Continuando) - Agradeço o aparte de V. Exa., que vem ilustrar meu pronunciamento, na expectativa, também, de que Minas trabalhe sempre, como trabalhamos em Poços de Caldas, para a construção e nunca para a destruição.

O Deputado Bilac Pinto (em aparte)* - Quero dar um testemunho a esta Casa sobre algo de que V. Exa. participou quando Prefeito de Poços de Caldas. O Departamento de Eletricidade desse município é um exemplo não só para Minas Gerais, mas também para todo o Brasil. Através de seu pronunciamento, podemos hoje constatar, "in loco", que essa é uma grande realidade. Recordo-me de que, no início da década de 90, quando éramos Diretor da CEMIG, fazíamos visitas a Poços de Caldas, especificamente ao Departamento de Eletricidade, porque ali tínhamos a melhor referência do País como modelo de gestão do setor energético. Hoje, com a participação desse Departamento e o apoio do setor público e da iniciativa privada, vocês dão um exemplo a Minas e ao País de que, com a união de esforços, podemos construir e fazer com que as coisas aconteçam no País, no Estado e, principalmente, em Poços de Caldas. Parabenizo V. Exa. e peço-lhe que transmita a nossa solidariedade a toda a população de Poços de Caldas.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Agradeço ao Deputado Bilac Pinto, que é atuante e profundo conhecedor do Sul de Minas, as palavras de elogio ao Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas. Apenas para ilustrar, gostaria de dizer que, depois que o Deputado Bilac Pinto deixou de ser Diretor da CEMIG, construímos Antas II, com 16mW, estamos iniciando a construção da barragem do Rolador, no rio das Antas, em nosso município, e agora participamos dessa usina de Machadinho. Se Antas II já era uma grande usina, a participação de Poços e Machadinho irá gerar 23mW. Essa energia será gerada na divisa de Santa Catarina com Rio Grande do Sul e retirada em Poços de Caldas. Evidentemente, pagaremos o transporte e o uso das linhas de transmissão, mas utilizaremos a energia em Poços de Caldas, Sul de Minas. Vamos trazer a energia lá do Sul para ajudar

no progresso e desenvolvimento de Minas Gerais.

Agradeço os apertes ilustres que recebi e deixo registrados os meus cumprimentos ao Prefeito de Poços de Caldas, ao Diretor do Departamento de Eletricidade. Além disso, registro, para gáudio de todos os mineiros, que Minas constrói energia no Sul para consumi-la dentro do Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Deputado José Braga, colegas Deputados, na quinta-feira realizamos uma audiência pública extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Casa para discutir com o Sr. Secretário da Fazenda, Dr. José Augusto Trópia Reis, a entrega do CEASA-MG e da CASEMG para o Governo Federal, a pretexto de pagar dívidas de Minas Gerais. O Sr. Secretário não compareceu nem se dignou a justificar sua ausência ou enviar um representante. No entanto, a audiência foi realizada, contando com uma presença muito grande de Deputados, de caravanas de produtores do interior do Estado, notadamente de Janaúba, de Carandaí, de Barbacena, do Sul de Minas, que compareceram porque são interessados nos destinos do abastecimento do Estado, principalmente no que diz respeito à produção e à livre comercialização de hortifrutigranjeiros realizada no mercado livre do produtor.

Para nossa surpresa, o Secretário reafirma que é inevitável a entrega do CEASA-MG e da CASEMG para o Governo Federal. Agora, cometendo uma gafe ou abusando da inteligência desta Assembléia e de todo o povo do Estado de Minas Gerais, ele diz que os entregará porque deseja um troco de R\$270.000.000,00. Os títulos da MinasCaixa dariam para pagar essa dívida. O Secretário Trópia Reis está se comportando como um liquidante dos bens do Estado. Entregará o CEASA-MG e a CASEMG para o Governo Federal exclusivamente para fazer um caixa de R\$270.000.000,00 em dinheiro vivo. Volto a afirmar, trata-se de uma gafe ou o Secretário está abusando da nossa inteligência.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Obrigado, Deputado João Batista de Oliveira. Gostaria de cumprimentá-lo por esse pronunciamento, pois V. Exa. tem inteira razão. Eu estava preparando uma fala nessa direção. A negociação da dívida do Estado feita pelo Governo Eduardo Azeredo estabeleceu com clareza os mecanismos para o pagamento da chamada conta gráfica, que é o pagamento feito à vista, num primeiro momento. O pagamento da conta gráfica estava previsto para ser feito com os recursos arrecadados com a venda do CREDIREAL e do BEMGE e com recursos do Fundo de Compensação da Variação Salarial - FCVS -, que estava morto, perdido na MinasCaixa. O Governo passado fez a liquidação da MinasCaixa e conseguiu, perante o Governo Federal, que tais recursos fossem utilizados para o pagamento da conta gráfica. A prova maior de que esses recursos eram suficientes aconteceu em novembro do ano passado, quando o Governo Federal editou uma medida provisória aumentando o prazo de pagamento para vários Estados que não tinham como pagar a conta gráfica. O nome de Minas Gerais não foi mencionado naquela medida provisória, porque os recursos previstos com a venda dos Bancos e os recursos do FCVS eram suficientes para o pagamento da conta gráfica. No entanto, como o Secretário Trópia Reis confessou ao "Estado de Minas", em entrevista publicada na pág. 2, o Governo do Estado está querendo entregar o CEASA-MG e a CASEMG para fazer dinheiro, para pegar o troco. Num primeiro momento, tentou entregar essas duas empresas para o Governo Federal por R\$460.000.000,00. Como ele não aceitou, está falando agora em pegar R\$270.000.000,00.

V. Exa. tem inteira razão: não há necessidade de se manter a negociação com o Governo Federal. E o que se está fazendo não é renegociação, é o cumprimento da negociação feita pelo Governo Eduardo Azeredo. O atual Governo não está fazendo nenhuma novidade. Está apenas cumprindo o que já havia sido negociado. No entanto, não é necessário entregar a CASEMG e o CEASA-MG. Isso precisa ficar claro para a opinião pública, para a população de Minas Gerais.

Os recursos do FCVS da MinasCaixa, mais os recursos apurados com a venda do BEMGE e do CREDIREAL, são suficientes e reconhecidos pelo Governo Federal. A prova maior disso é que, em dezembro do ano passado, entregaram R\$41.000.000,00 para o fluxo de caixa do Estado, os quais eram parte desses recursos do FCVS. Isso precisa ficar claro: não é preciso entregar o CEASA-MG e a CASEMG para o cumprimento do acordo com o Governo Federal.

o Deputado Bené Guedes (em aparte) - Deputado João Batista de Oliveira, quero, nesta oportunidade, aplaudir o trabalho de V. Exa. à frente da importante Comissão de Agropecuária, estabelecendo o diálogo sobre essa questão que preocupa a todos nós, Deputados, e, tenho certeza, ao Secretário Raul Belém, cuja posição creio que seja de resistência à alienação tanto do CEASA quanto da CASEMG, pois enfraqueceria o setor de nossa agropecuária.

São importantes setores, daí eu entender que o posicionamento de V. Exa. e desta Casa será sempre contra essa tomada de posição do atual Secretário, Sr. Trópia Reis, com quem não queremos polemizar, mas esperamos que seja sensível aos acontecimentos que estão sendo interpretados pela Comissão.

Vi, na última reunião, pela TV Assembléia, a posição do ex-Deputado Amílcar Padovani, que é o Diretor da CASEMG. Colocou com muita propriedade essa questão.

Enfim, esperamos que, no decorrer dos trabalhos, o Governo possa reavaliar sua posição. Muito obrigado.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Deputado João Batista, tenho acompanhado a peregrinação de V. Exa. rumo ao sobrestamento dessa operação, que se desenha, a essa altura, como irreversível. Mas está fora de dúvida e ninguém há de ficar com dúvida a respeito da condição estratégica que reside efetivamente no CEASA-MG no que concerne à distribuição de alimentos.

É uma empresa estratégica, e o Governo do Estado tem o compromisso de realizar, elaborar, implementar um plano vigoroso na agricultura. Esse gesto de alienação, de entrega do CEASA-MG ao Governo Federal, com a CASEMG, compromete bastante o projeto do Governo na área da agricultura.

Componho a base de sustentação do Governo nesta Casa, mas não alienei a minha consciência política ao Governo do Estado, nem solicitei-me isso, nem poderia querê-lo. Conservo a minha independência para, nesse momento, manifestar a minha repulsa e indignação com relação a essa operação infeliz que se está querendo realizar.

Essa é a segunda sinalização equivocada que o Governo recebe da área da Fazenda. A primeira foi aquela moratória, que debatemos e chegamos à conclusão de que foi infeliz, e a segunda é essa. A moratória foi infeliz, tanto que o Secretário caiu. Agora temos outro Secretário, que acena com novo equívoco que o Governo Estadual não precisa cometer, por todas as razões já ditas. É possível concluir, de maneira cristalina, que o Governo não precisa cometer esse equívoco, pode poupar o CEASA-MG, a CASEMG e, por via de consequência, a sociedade de Minas Gerais, que precisa dessas duas empresas.

O que o Governo Federal vai fazer com isso? O Governo Federal está querendo vender a CONAB, está querendo devolver o CEAGESP para o Estado de São Paulo. Fico a me perguntar: se amanhã o Governo Federal colocar em leilão o CEASA-MG, vamos mandar tropa da Polícia Militar para ficar lá, na porta, a fim de impedir que seja privatizado, assim como estão querendo fazer com Furnas? E, nesse caso, há um agravante: o CEASA hoje é de Minas Gerais, é integrado ao patrimônio do Estado, enquanto Furnas é patrimônio da União. Então, com muito maior legitimidade, não podemos permitir a alienação, a privatização, a entrega do CEASA-MG e da CASEMG ao Governo Federal.

Muitas são as argumentações, Deputado João Batista de Oliveira, mas não vou entrar nelas, para não tomar o tempo de V. Exa., que está de parabéns mais uma vez. Obrigado.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado João Batista de Oliveira. A audiência pública realizada a requerimento de V. Exa., na quinta-feira passada, foi um momento importante para ouvirmos a voz de quem tem interesse nesse assunto, que é a voz dos agricultores e das suas entidades, mas também a voz dos Diretores do CEASA e da CASEMG e de todo o corpo técnico envolvido nesses dois órgãos de apoio ao homem do campo.

Se criticamos o Governo Federal, dizendo que não tem uma política clara com relação à agricultura ou à agropecuária, podemos dizer que Minas Gerais construiu pelo menos esses dois órgãos que foram extremamente importantes para o agricultor mineiro, porque garantem a ele o mercado e uma forma de estocagem, de armazenamento e de silagem dos seus produtos. E esse agricultor mineiro acredita neste Governo. Tanto acredita que lotou o auditório na quinta-feira passada para apoiar o requerimento de V. Exa., para dizer da preocupação com a entrega desses dois órgãos ao Governo Federal, que, sabemos, depois irá privatizá-los, atendendo a interesses internacionais, especialmente ao FMI.

Eles estavam lá para apoiar V. Exa. e a nós todos que estávamos preocupados com essa questão. Então, quero dizer, Deputado João Batista de Oliveira, da sua e da nossa luta. Quando temos dúvida sobre as nossas ações políticas, precisamos ouvir o povo. Naquela audiência ficou claro que os agricultores, representados ali especialmente pelos agricultores

de Carandaí, Barbacena, Mateus Leme e outras cidades, estavam extremamente preocupados com a perda desses dois órgãos, necessários para a comercialização e estocagem dos seus produtos. É preciso que se discuta melhor essa questão. Não podem os agricultores mineiros perder mais esses dois órgãos, como perderam a CAMIG e outros. É preciso uma discussão mais ampliada, é preciso amadurecer melhor essa idéia antes que os agricultores percam mais e mais, eles que já perderam tanto. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Deputado João Batista de Oliveira, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que, na verdade, a primeira bandeira desfraldada nesta Casa contra essa possível privatização da CASEMG e do CEASA partiu de V. Exa. Por isso mesmo, o mérito é seu, e estamos respaldando-o.

Estou ouvindo aqui várias manifestações de apoio ao pronunciamento de V. Exa. e espero que, no momento em que tivermos de enfrentar o problema, esses pontos que estão sendo destacados aqui sejam mantidos. O discurso está muito bonito, mas, na hora de enfrentar a onça, temo que muito desse discurso não venha a se concretizar. Parabéns, Deputado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado João Batista de Oliveira. Quero, mais uma vez, cumprimentar V. Exa. Se assim o faço, é com muita alegria e satisfação. V. Exa. tem levantado a grande bandeira da agropecuária nesta Assembléia Legislativa. A agricultura, nesta Casa, é hoje um segmento muito importante, tendo em vista a sua representatividade junto aos nossos pares. Parabenizo V. Exa. e tenho certeza de que esse projeto, esse pensamento, contará, também, com o apoio de todos os pares para o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço os apartes. Sr. Presidente, para concluir, gostaria de convidar todos os Deputados e Deputadas para, na quinta-feira, às 8 horas da manhã, irem, juntamente com a Comissão de Política Agropecuária e o Secretário Raul Belém, ao Mercado Livre do Produtor, quando aproveitaremos a oportunidade para tomar café da manhã com os produtores de Minas Gerais e ter um contato direto com eles. Há alguns anos, quando foi fundado o CEASA, Minas era importadora de 70% de produtos hortifrutigranjeiros. Hoje Minas é grande exportadora desses produtos, graças àqueles que acreditaram no CEASA como proposta de desenvolvimento para o Estado.

Mais uma vez, gostaria de denunciar o nosso Secretário da Fazenda, José Augusto Trópia Reis, não como Secretário, mas como liquidante dos bens patrimoniais do Estado. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, minha presença aqui será rápida. Gostaria de ter feito um aparte ao Deputado João Batista de Oliveira, que tratou aqui de uma matéria fundamental, que é a privatização do CEASA e da CASEMG. São dois poderosos instrumentos que Minas Gerais tem, e o debate que está se levantando com relação à intenção do Governo no sentido de privatizar esses dois órgãos cabe muito bem. Gostaria, primeiro, de parabenizar o Deputado João Batista de Oliveira. Na verdade, ele, na posição de Presidente da comissão que trata dessa questão, é de fato a pessoa indicada para tratar da matéria, não só pela função que ocupa, mas também pela maneira como tem se conduzido à frente da comissão. Quero dar o meu testemunho da maneira dedicada como ele cuida das questões da nossa agricultura, da nossa agroindústria, enfim, do que representa o interior da grande Minas Gerais; aquele produtor que trabalha debaixo de sol e de chuva, se esforçando para produzir, para abastecer as grandes cidades. Costumo dizer que o campo vive sem a cidade, mas a cidade não vive sem o campo. Essa é a grande verdade. Sem o produtor para abastecer os grandes centros, estes não sobreviveriam. Mas vem agora o Governo de Minas com essa informação. Quero destacar a forma incoerente, a maneira chocante como se comporta o Governo do Estado, que, ao mesmo tempo em que defende Furnas, insurge-se contra a privatização de Furnas, mandando até tropas para lá pretende entregar outra parte do patrimônio do Estado à iniciativa privada. O Governo acha que só ele está certo, que tudo que faz está certo e que está acima do bem e do mal, podendo decidir o que é bom para todos.

Quando outros fazem alguma coisa parecida, o que é parecido, o semelhante, está errado. Aquilo que o Governo faz é sempre o certo. Não. Temos de trazer de público o nosso protesto, dizer que não concordamos com essa posição. E não há necessidade dessa privatização. A privatização tem sua filosofia, sua doutrina, deve-se privatizar aquilo que, talvez, não esteja funcionando bem, que o Governo não tem condições de gerir bem, ou que precisa de investimento que o Governo não tem para dar.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Muito obrigado, Deputado. Gostaria de cumprimentar V. Exa. pela posição convergente em relação ao discurso do Deputado João Batista de Oliveira e dar a minha posição, já amplamente divulgada, a respeito da transferência do patrimônio do CEASA-MG e da CASEMG.

Para completar meu raciocínio da intervenção anterior, gostaria de dizer que essa transferência não interessa ao produtor, aos comerciantes, aos funcionários do CEASA-MG e da CASEMG, nem aos consumidores. Por que o Governo vai se opor a todos os segmentos envolvidos no setor? Porque só ao Governo interessaria a venda do CEASA. Já ouvi, através do Secretário da Fazenda, que o Deputado João Batista chama de liquidante de bens do Estado, que tem autorização da Assembléia Legislativa para fazer essa operação, autorização dada mediante lei aprovada aqui.

Gostaria de dizer que é a mesma autorização dada para a venda de ações da CEMIG, que o Governo tanto contesta e que o levou à Justiça. Parece que a batalha está sendo vencida. Então, essa autorização não terá a força que se quer dar a ela, não encerra uma obrigação, não induz o Governo do Estado a realizar essa operação, apenas autoriza. De minha parte, penso que essa autorização não deveria ter sido dada, mas, já que o foi, não encerra uma obrigação, não induz, e o Governo pode, muito bem, evitar esse equívoco.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Agradeço o aparte. Fiz questão de ouvir os colegas e acabei deixando de lado argumentações, já que as feitas no Plenário estavam muito consistentes, até mais do que as minhas.

Gostaria de cumprimentar V. Exa. e de dizer que, muito antes dessa crise, já havia se posicionado a favor dos produtores da região de Barbacena, Carandaí, e até realizamos audiência pública aqui. O Secretário da Fazenda está apontando o revólver para a própria cabeça. Na ânsia de fazer caixa, está se esquecendo de que mais de 300 municípios dependem dessa produção para formar o VAF. Está tirando a arrecadação de Minas Gerais quando entrega o direito de abastecer o Estado a grupos que nem sabemos quais são. Hoje, o produtor rural não entra na CEAGESP, em São Paulo. Apenas o atravessador tem o direito de vender o produto. E o CEASA-MG é a única central de abastecimento onde o produtor vende diretamente. E vale lembrar que tanto a CASEMG quanto o CEASA-MG nem passam na porta do Tesouro do Estado. Elas são auto-suficientes e até lucrativas, muito embora tenham função social.

Gostaria, então, de agradecer a V. Exa. e dizer que o Município de Carandaí, que V. Exa. tão bem representa nesta Casa, é o segundo maior fornecedor do CEASA-MG em toneladas de produtos de boa qualidade.

Depoimentos de produtores de Carandaí mostraram que, se houver essa transferência, poderão ter de embarcar o produto em Carandaí, levar para São Paulo, para, depois, desembarcar em Minas Gerais. O atravessador vai abastecer Minas Gerais pela CEAGESP, em São Paulo, porque, pelo que tudo indica, será esse grupo que dominará o CEASA-MG.

Gostaria de agradecer e levar esse alerta a todo o povo de Minas Gerais. Abastecimento é questão de segurança nacional em qualquer país do mundo, e o nosso Secretário trata essa questão como se fosse um mero encontro de contas. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Eu é que agradeço a excelente contribuição dada pela fala de V. Exa., inclusive trazendo um dado interessante - e não poderia ser diferente, vindo de V. Exa. essa intervenção. Na verdade, ao privatizar o CEASA-MG e a CASEMG, o Governo está privatizando a nossa produção, que irá para as mãos de terceiros, de grupos que não conhecemos. Minas vai perder o controle daquilo que faz muito bem. Não há demérito ou levantamento negativo com relação à atividade desses dois órgãos, mas o Governo quer ficar livre deles.

Não entendemos o discurso, a posição, a ideologia, a doutrina nem as metas do Governo. Ele precisa dizer o que deseja: se é a favor ou contra os funcionários, se é a favor ou contra a privatização, se é a favor ou contra a polícia, se é a favor ou contra a situação que estamos vivemos. Há uma incoerência por parte do Governo. Numa hora, critica o Governo Federal, mas em outra o elogia, quando verifica que as negociações técnicas com o Estado estão bem avançadas. O Governo precisa dizer para onde vai, onde está e aonde quer chegar.

Na verdade, estamos vivendo uma grande confusão. Na própria Assembléia Legislativa, isso está repercutindo. Nas conversações, encaminhamentos e diálogos que temos, sentimos

que a base governista está perplexa, pela falta de entendimento, de rumo e de meta do Governo de Minas. O retrato dessa situação está aí. O Governo que vai à justiça contra a privatização é o mesmo que quer privatizar a produção rural de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos Andrada, gostaria de apartear V. Exa. para me posicionar - já fiz isso na Comissão que tratou do assunto da CASEMG e do CEASA - claramente contra a privatização desses dois órgãos. Estou falando em privatização, porque entregar para Fernando Henrique Cardoso significa entregar para o Fundo Monetário Internacional, que certamente agradecerá. Portanto, não se pode federalizar algo porque se estará internacionalizando, através da venda dessas empresas. Evidentemente que somos contrários.

Concordo com V. Exa., porque é preciso que o Governo reveja qualquer posição no tocante a essas privatizações ou ao que está sendo chamado de federalização. Isso seria coerente com o discurso que o Governo vem fazendo até agora, como em relação a FURNAS e às medidas concretas que tem adotado em relação à CEMIG. No caso da CEMIG, a base do Governo Azeredo, subordinada e singelamente, acabou aprovando todas as medidas adotadas pelo Governo Azeredo.

A base do atual Governo não apenas abana a cabeça, mas também pensa, opina e dá sugestões. Esperamos que o Governador Itamar Franco se sensibilize com o pensamento majoritário de sua base contra qualquer projeto de privatização. Repito: federalizar, entregar esses órgãos a Fernando Henrique Cardoso é remeter direto aos bolsos do FMI. Parabenizo V. Exa. e concordo que é preciso haver coerência do Governo nesse sentido.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a intervenção de V. Exa. Também concordamos em parte com as colocações de V. Exa. Acho que, pela contribuição que o PT vem dando ao Governo Itamar Franco, deveria se diferenciar um pouco do quadro, já que, ao longo de sua história, tem tido uma posição muito firme. Mas que não fique apenas como o Governo, no discurso. Que fique também na prática. Quando o Governo não cumprir aquilo que foi combinado, e não responder às expectativas do PT, que não faça apenas discurso, mas venha, de maneira efetiva, reagir contra a privatização que o Governador Itamar Franco quer fazer. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rajacoop - Cooperativa de Especialidades Médicas e Fisioterápicas. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Licitação: inexigibilidade por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: 60 meses a partir da assinatura.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Network Associates do Brasil Ltda. Objeto: prestação de uso de software "Total Virus Defense", com atualização contínua e suporte técnico. Vigência: 24 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

ATA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 11/11/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/11/99, na pág. 19, col. 3, na fala do Sr. Presidente, onde se lê:

"Está, portanto, aprovada a Emenda nº 4, salvo quanto à inclusão de Nova União no Colar Metropolitano, que ficou prejudicada com a aprovação da Emenda nº 3.", leia-se:

"Está, portanto, aprovada a Emenda nº 4, salvo no que se refere aos Municípios de Nova União, Jabuticubas e Taquaraçu de Minas, que fica prejudicado com a aprovação da Emenda nº 3."